



Samanta Silva Marques OS DOIS LADOS DA PAREDE – A EXPRESSÃO DO SILÊNCIO.

Projeto apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação – Área de Especialização em Educação Social e Intervenção Comunitária, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Rosa Lúcia de Almeida Leite Castro Madeira Professora auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro.

o júri

presidente

Prof. Doutora Maria Manuela Bento Gonçalves
Professora Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Maria Cristina Sousa Gomes
Professora Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Rosa Lúcia de Almeida Leite Castro Madeira
Professora Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Neste espaço privilegiado de expressão, pretendo *dar voz* aos sentimentos de admiração e gratidão que tenho para com todos que se cruzaram comigo nesta encruzilhada.

Um “abraço amigo” à Prof. Doutora Rosa Madeira, minha Orientadora neste Projeto, antes de mais por toda a ajuda prestada e apoio na realização deste trabalho, mas acima de tudo, pelo incentivo, pela convicção, pelo acreditar e me fazer desafiar-me! Obrigada por me ter aberto as portas ao (des)conhecimento. É e será, para mim, uma referência!

Aos meus colegas de mestrado, por todos os momentos...que foram únicos!

À minha Família que foi incansável e fundamental em todo este processo. Obrigado por acreditarem, por incentivarem e, sobretudo, por estarem ao meu lado, vocês são a minha base, a minha segurança...

À Ana Ferreira por ser minha companheira de “Luta” desde o início até ao fim e por ter estado “sempre lá”!

À Sandra Lopes e à Ana Bastos por acreditarem nesta causa e pela sua colaboração e ajuda em toda esta investigação.

A todas as crianças e jovens participantes...por existirem e serem um exemplo de resiliência!

palavras-chave

Cidade Amiga das Crianças; Direitos; Infância; Participação; Valores
Morais; Exclusão Social; Inclusão Social; Cidadania; Civismo.

resumo

O presente Projecto de Investigação-Ação Participativa realizado no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação – especialização em Educação Social e Intervenção Comunitária foi desenvolvido com a participação efectiva de um grupo de crianças e jovens do Lar Especializado de Infância e Juventude – Casa Alberto Souto, localizado no lugar de Bonsucesso, em Aveiro.

O seu propósito surge de inquietações reflectidas sobre os Direitos das Crianças e do desejo em se verem cumpridas utopias que, com vontade poderão vir a ser realidades emergentes.

Pretende assim assumir-se como uma iniciativa no domínio da inclusão das crianças e jovens no exercício dos seus Direitos, compilando um conjunto de reflexões teóricas a partir do programa “Cidade Amiga das Crianças” que ambiciona alterar a situação de exclusão da infância nos processos de cidadania.

Este trabalho aspira à sensibilização social para a adopção de práticas sociais globalizantes e inclusivas, num modelo de cidadania ativa, participada e gratificante.

Este trabalho iniciou-se no ano de 2008, pelo que existem dados demográficos e bibliográficos publicados mais recentemente.

Keywords

Child Friendly Cities; Rights; Childhood; Participation; Moral Values; Social Exclusion; Social Inclusion; Citizenship; Civics.

Abstract

The present participatory action-research project conducted under the master's degree in educational sciences – specialization in social education and communitarian intervention – was developed with the effective participation of a group of children from the specialized home for children and youth, Casa Alberto Souto, located in Bonsucesso, Aveiro.

Its purpose arises from the concerns reflected on the children's rights and the desire to see fulfilled utopias, that, with will, may become emerging realities.

Thus, it intends to position itself as an initiative in the domain of the inclusion of children and youth in the full exercise of their rights, compiling a set of theoretical reflections from the "Cidade Amiga das Crianças" (Children friendly city) program, which aims at changing the situation of exclusion of children in the process of citizenship.

This work aims at raising social awareness towards the adoption of globalizing and inclusive social practices, in a model of active, participatory and rewarding citizenship.

This work started in 2008 so there are demographic and bibliographic data published more recently.

INTRODUÇÃO	1
-------------------------	----------

PARTE I – O TERRENO DE INVESTIGAÇÃO NUMA PERSPECTIVA SOCIAL E TEÓRICA

Capítulo 1 - Enquadramento Teórico	4
1.1. Exclusão: A Exclusão Social	4
1.1.1. Tipos de Exclusão Social	6
1.1.2. A visibilidade do processo de exclusão	7
1.2. A Emergência do conceito de Inclusão	8
1.2.1. Uma sociedade de todos e para todos	8
1.2.2. A importância de uma cidadania inclusiva	9
1.3. As realidades da infância	11
1.3.1. A Exclusão da Infância	13
1.3.2. Lares Especializados de Infância e Juventude - uma resposta social possível	18
Capítulo 2 - Enquadramento Legal dos Direitos das Crianças	23
2.1. A Globalização dos Direitos das Crianças	23
2.2. Direitos da Criança em Portugal	25
2.3. O Direito à Participação da Infância	26

PARTE II – A INVESTIGAÇÃO-ACÇÃO PARTICIPATIVA COMO A OPÇÃO METODOLÓGICA ELEITA

Capítulo 3 – Opções Metodológicas na escuta da Infância	27
3.1. A mudança de Paradigma na Investigação da Infância	27
3.2. A Investigação-Ação Participativa	29
3.2.1. A importância das interações verbais na Investigação-Ação Participativa	30
3.3. Os Instrumentos de Investigação	32
3.3.1. Inquérito por Questionário	32
3.3.2. Diálogos de Investigação	33
3.3.3. GDF – Grupos de Discussão Focalizada ou “ <i>Focus Group</i> ”	34
3.4. A Análise de Conteúdo como forma de análise de dados	37
Capítulo 4 – Caracterização do Contexto: Aveiro e a sua Realidade	40
4.1. O Distrito de Aveiro	40
4.2. O Concelho de Aveiro	40
4.3. A Cidade de Aveiro – uma perspetiva global	40
Capítulo 5 - A “Cidade Amiga das Crianças” como impulsionador para uma Cidadania Ativa	43
5.1. A “Cidade Amiga das Crianças”	43
5.2. A subscrição do programa “Cidade Amiga das Crianças” em Portugal	44
Capítulo 6 – O Projeto “Os dois lados da parede” numa visão global sobre Direitos das Crianças	47
6.1. De Inquietações a Realidades	47
6.2. Problemática	52
6.3. Objetivos	53
6.4. Lar Especializado de Infância e Juventude – Casa Alberto Souto: Evolução e História	53
6.4.1. Desconstruindo Barreiras: Os Atores Sociais Participantes	54
6.5. Construindo Horizontes	59
6.6. Seminário “Abrir Portas onde conversávamos entre Janelas... pensar os Direitos da Criança no diálogo entre Crianças e Adultos.”	60

6.6.1. Workshop “Perspetivando os Direitos das Crianças no concreto”	60
6.7. Grupos de Discussão Focalizada na construção da realidade do exercício dos Direitos da Infância	61
6.8. Questionários sobre Direitos – outras perspetivas.....	63
6.9. Rádio Escolar – um desafio possível.....	64
REFLEXÃO FINAL... numa perspetiva de outros mundos.....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67
FONTES DE INTERNET	71
ANEXOS.....	74
ANEXO I – Questionário “Os Direitos das Crianças”	75
ANEXO II – Análise de Conteúdo das Respostas ao Questionário.....	81
ANEXO III – Certificados de Participação no Seminário “Abrir Portas onde conversávamos entre Janelas...Pensar os Direitos da Criança no diálogo entre Crianças e Adultos” – Casa Alberto Souto	126
ANEXO IV – Consentimento Informado para participação nos Grupos de Discussão Focalizada (GDF)....	133
ANEXO V – Nota de Campo sobre a aplicação dos questionários sobre Direitos aos jovens da Casa Alberto Souto	139

INTRODUÇÃO

“Tenho pensamentos que, se pudesse revelá-los e fazê-los viver, acrescentariam nova luminosidade às estrelas, nova beleza ao mundo e maior amor ao coração dos homens.”

Fernando Pessoa, in “O Eu Profundo”

O presente Projeto de Investigação-Ação Participativa realizado no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação – especialização em Educação Social e Intervenção Comunitária foi desenvolvido com a participação efetiva de um grupo de meninos do Lar Especializado de Infância e Juventude – Casa Alberto Souto, localizado no lugar de Bonsucesso, em Aveiro.

Este trabalho surge de inquietações refletidas sobre os Direitos das Crianças e do desejo em se verem cumpridas utopias que, com *vontade* poderão vir a ser realidades emergentes.

Pretende assim assumir-se como uma iniciativa no domínio da inclusão das crianças e jovens no exercício dos seus Direitos, compilando um conjunto de reflexões, enquadradas socialmente e teoricamente, a partir do programa “Cidade Amiga das Crianças” que aspira alterar a situação de exclusão da infância nos processos de cidadania.

Procura-se refletir sobre a importância da participação efetiva de crianças e jovens em tudo o que lhes está relacionado e lhes diz respeito, através de um modelo de investigação da infância (re)desenhado, no qual crianças e jovens são atores sociais participantes e (co)construtores da sua/nossa realidade.

Trata-se de um Projeto de Investigação-Ação Participativa dividido em três partes, compostas por seis capítulos que seguidamente se apresentam sucintamente.

Na primeira parte, procura-se contextualizar o terreno de investigação e enquadrar teoricamente as inquietações que levam à concretização deste projeto. Esta primeira parte é composta por dois capítulos.

No Capítulo Um, procurou-se fazer uma revisão bibliográfica sobre os conceitos-chave que dão estrutura e sustentação a todo este projeto, denominando-se Enquadramento Teórico.

No Segundo Capítulo faz-se uma contextualização global dos Direitos das Crianças, centrando a questão em Portugal e especificando o Direito à Participação subjacente à construção de uma cidadania *com todos e para todos*.

Após a perceção e a compreensão global do tema, surge a segunda parte deste projeto que consiste na reflexão sobre as opções metodológicas. Composta por um capítulo, o capítulo três, onde se ambiciona sustentar a Opção Metodológica subjacente à escuta ativa e participada da infância que se pretende que seja inclusiva e estruturada de forma a potenciar a visibilidade e a valorização das impressões e opiniões dos atores sociais deste projeto.

Na Terceira Parte deste Projeto, pretende-se dar a conhecer o Desenho do Projeto e a (re)construção de uma nova narrativa, uma “utopia realizável”.

Nesta terceira parte, inclui-se o quarto capítulo, onde se pretende caracterizar o contexto em que se pensa e desenrola a ação deste trabalho, dando a conhecer o Concelho de Aveiro e procurando contextualizar de uma forma global a cidade de Aveiro, sendo este o pano de fundo de toda a nossa intervenção com os atores sociais participantes deste projeto.

O capítulo cinco incide sobre a iniciativa “Cidade Amiga das Crianças” e como através desta se podem adequar e garantir processos de inclusão da infância na esfera social dos processos de cidadania.

Ainda na terceira parte surge o sexto capítulo que coloca em foco as inquietações e questões inerentes a toda a problemática que dá forma a este projeto e, dá a conhecer quais os seus objetivos e desígnios. É ainda nesta parte do trabalho que se passa para o papel *as vozes* dos jovens que com as suas ideias e esboços de realidade(s) deram forma, sentido e colorido a toda esta reflexão e construção participada.

Na última parte deste trabalho, desenvolve-se uma Reflexão Final que resgata os desassossegos iniciais e os reconfigura com o auxílio dos conhecimentos decorrentes da investigação-ação desenvolvida com os jovens participantes.

Com este trabalho, aspira-se a um desarranjo nas mentalidades e nas formas absolutas e inquestionáveis de ver a(s) realidade(s). Pretende-se que desta reflexão se levantem questões, se questionem práticas, se pensem dificuldades e que, acima de tudo, se pensem soluções e práticas com todos e para todos, num modelo de cidadania ativa, participada e gratificante.

Salienta-se que este trabalho se iniciou no ano de 2008, pelo que existem dados demográficos e bibliográficos publicados mais recentemente.

PARTE I – O TERRENO DE INVESTIGAÇÃO NUMA PERSPECTIVA SOCIAL E TEÓRICA

Capítulo 1 - Enquadramento Teórico

1.1. Exclusão: A Exclusão Social

O conceito de Exclusão Social, introduzido em 1974, por René Lenoir, no livro “Les Exclús” tem ganho cada vez mais fluência no discurso político. Porém, o mesmo é alvo de múltiplas discussões em diversos contextos, não conseguindo reunir consenso quanto à sua definição.

A utilização do conceito de exclusão social é relativamente recente, no entanto bastante difundido nos vários discursos, nomeadamente nos meios políticos e intelectuais, e, à medida que a noção de exclusão se generaliza e a sua utilização se torna mais comum, ela torna-se também mais fluída e equívoca enquanto conceito científico (Rodrigues *et al*, n.d.), o que dificulta uma definição consensual.

A noção de exclusão deriva do conceito de pobreza pelo que foi, durante muito tempo, apenas associada à insuficiência de rendimento e de poder de compra/consumo. O termo exclusão social foi, ao longo do tempo, visto de diferentes maneiras e foi e é alvo de muitas discussões, principalmente no âmbito político e académico, este último destacando-se pelo crescente número de trabalhos realizados. Sendo um fenómeno reconhecido, a exclusão tem tido uma profusão de perspectivas, porém algumas vezes confusas.

Robert Castel (Costa, n.d) define “exclusão social” como a fase extrema do processo de “marginalização”. Para o autor, este é um percurso “descendente”, ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade; um desses momentos corresponde à ruptura com o mercado de trabalho, a qual se traduz em desemprego ou mesmo num “desligamento” irreversível face a esse mercado. A fase extrema – a da “exclusão social”, é caracterizada não só pela ruptura com o mercado de trabalho, mas por rupturas familiares e afectivas.

Por seu lado, Sawaia (2002, p.9 citado por Caldeira, n.d) entende que a exclusão é *“um processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É um processo subtil e dialético, pois só existe em*

relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros”.

Refere Rodrigues *et al* (n.d.) que a exclusão resulta de uma desarticulação entre as diferentes partes da sociedade e os indivíduos, gerando uma não-participação num conjunto mínimo de benefícios que definem um membro de pleno direito dessa sociedade.

A exclusão social configura-se, assim, como um fenómeno multidimensional, como um fenómeno social ou um conjunto de fenómenos sociais interligados que contribuem para a produção do excluído, tais como o desemprego, a marginalidade, a discriminação, a pobreza, entre outros.

Alfredo Bruto da Costa (2001) é outro teórico que aborda a questão da exclusão social. Este autor encara a exclusão social como um fenómeno complexo e heterogéneo e nos seus estudos identifica cinco tipos de exclusão distintos fazendo alusão às seguintes dimensões: económica, social, cultural, patológica e de comportamentos auto-destrutivos.

Ainda de acordo com Costa, é comum que, na prática, os vários tipos de exclusão possam aparecer de formas sobrepostas, sendo um, uma consequência do outro.

Verifica-se, assim, que a exclusão tem um carácter cumulativo, dinâmico e persistente, encerrando no seu núcleo processos de reprodução (através da transmissão geracional) e evolução (pelo surgimento de novas formas), que garantem a sua persistência, constituindo simultaneamente causa e consequência de múltiplas ruturas na coesão social, implicando manifestações de dualismo e de fragmentação social. Numa situação de exclusão verifica-se uma acentuada privação de recursos materiais e sociais, arrastando “para fora ou para a periferia da sociedade” todos aqueles que “não participam dos valores e das representações sociais dominantes” (Fernandes, 1995, p.16 citado por Rodrigues *et al*, n.d). O excluído encontra-se fora dos universos materiais e simbólicos, sofrendo a ação de uma espiral crescente de rejeição, que culminará na incorporação de um sentimento de auto-exclusão (Rodrigues *et al*, n.d.).

Estas perspetivas apontam para a importância das competências sociais e de participação, bem como do conhecimento e do acesso aos recursos, algo que se considera ser o mais amplo na exclusão. Revela-se, assim, a enorme complexidade de situações que são abarcadas pelo conceito de exclusão social, o que explica que a tentativa da sua conceituação teórica ainda esteja em discussão e não acabada.

Bruto da Costa (2006) frisa que “no final do percurso, a noção de excluído está a caminho de sofrer o destino da maior parte dos termos que foram consagrados, nos nossos dias, pela mediocridade dos modos intelectuais e universitários: está saturada de sentidos, de não-sentidos e de contra-sentidos”.

O mesmo autor refere que a exclusão social é um fenómeno complexo e heterogéneo, em que não existe apenas uma exclusão, mas sim vários tipos de exclusões.

1.1.1. Tipos de Exclusão Social

Reconhecidas como problemas sociais, realidades que reclamam ações e políticas de inclusão social, as exclusões sociais podem ser do tipo económico, social, cultural, patológico e por comportamentos auto-destrutivos:

A *exclusão do tipo económico* refere-se a uma situação de privação múltipla por falta de recursos. Caracteriza-se por más condições de vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional, emprego precário, etc. Quando se trata de pobreza de longa duração, refletir-se-á em características psicológicas, culturais e comportamentais próprias. A título de exemplo: uma situação de desemprego, que assumindo um carácter de longa duração, conduzirá à pobreza, impedindo o pagamento de renda da casa, uma situação de despejo e logo uma situação de sem-abrigo.

A *exclusão de tipo social* corresponde à privação relacional e caracteriza-se pelo isolamento, por vezes associada à falta de autossuficiência e à falta de autonomia pessoal (p.e. idosos, deficientes, doentes crónicos e acamados sem rede de suporte). Este tipo resulta, muitas vezes, do estilo de vida dos familiares/amigos e da inadequação/insuficiência de resposta de uma sociedade e de um estado de providência.

Na *exclusão cultural* encontra-se fenómenos como o racismo, xenofobia ou certas formas de nacionalismo, que podem conduzir à exclusão social de minorias étnico-culturais (p.e. ex-reclusos).

A *exclusão de origem patológica* está relacionada com fatores patológicos, de natureza psicológica ou mental. Fatores estes, conducentes a ruturas familiares.

Por último, a *exclusão por comportamentos auto-destrutivos* refere-se a comportamentos relacionados com a toxicodependência, o alcoolismo e a prostituição.

Frequentemente, o conceito de exclusão surge associado à pobreza, como se tratassem de sinónimos. Contudo, um indivíduo ou uma família poderão estar excluídos economicamente, por falta de recursos mas poderão não o estar socialmente, continuando envolvidos com a sua comunidade e grupo de pares. No entanto, a circularidade das causas e das consequências, isto é, a complexidade do fenómeno, faz com que o mal-estar numa esfera da vida do sujeito se reflita noutras, sobrepondo formas de exclusão.

1.1.2. A visibilidade do processo de exclusão

Segundo Xiberras (1993), existem formas de exclusão visíveis e outras apenas perceptíveis, porque não excluem nem materialmente, nem simbolicamente: os excluídos estão simplesmente ausentes ou invisíveis.

A mesma autora refere que as formas mais visíveis ou mais chocantes do processo de exclusão residem na rejeição das representações normalizantes da sociedade moderna avançada. Existe toda uma série de normas ou de níveis a atingir, aquém dos quais os indivíduos não parecem habilitados a participar do modelo normativo, isto é do que é “bem”, “belo”, “conveniente” ou “competitivo”. Todas as esferas da sociedade moderna parecem submetidas a estes níveis ou limites de normalidade que definem, em resposta, um insucesso em relação à norma. Este insucesso em relação à normalidade parece constitutivo dos processos de exclusão (*idem* :29).

Os fenómenos como a pobreza e o desemprego, serão considerados como processos similares na sua maneira de rejeitar os homens para fora do que a sociedade detém de mais invejável: a esfera dos bens e dos privilégios económicos. Esta forma de exclusão consiste, numa rutura do laço económico que liga fielmente, ou normativamente, os atores sociais ao modelo de sociedade (*idem*: 28).

1.2. A Emergência do conceito de Inclusão

De acordo com as evidências históricas, o conceito de inclusão surge e desenvolve-se relacionado, principalmente, à causa da defesa da pessoa com deficiência. Tal movimento teve início a partir da década de 80, mais precisamente em 1981, quando a Organização das Nações Unidas (ONU), realizou o Ano Internacional das Pessoas Deficientes. A Assembleia Geral da ONU, ocorrida em Dezembro de 1990, é um marco desse desenvolvimento, pois, através da Resolução nº 45/91, que explicitou o modelo de Sociedade Inclusiva, também denominada “Sociedade para Todos”, determina que esta deve existir e estruturar-se para atender às necessidades de cada cidadão, baseando-se no princípio de que todas as pessoas têm o mesmo valor nessa mesma sociedade (Ferreira, 1999 cit. in Luz, 2003).

De acordo com Luz (2003), o conceito de inclusão expande-se durante as duas últimas décadas, à medida que não só defende grupos de pessoas com deficiência mas também reivindica igualdade de direitos para todos os cidadãos que, por qualquer motivo, estejam excluídos de um ambiente social e dos serviços oferecidos pela sociedade. Direciona-se, por isso, no sentido de uma “sociedade para todos” e do reconhecimento de que a sociedade deve ser plural e aberta às diferenças.

1.2.1. Uma sociedade de todos e para todos

Segundo Ratzka (1999), sociedade inclusiva é uma sociedade para todos, independentemente de sexo, idade, religião, origem étnica, raça, orientação sexual ou deficiência; uma sociedade não apenas aberta e acessível a todos os grupos, mas que estimula a participação; uma sociedade que acolhe e aprecia a diversidade da experiência humana; uma sociedade cuja meta principal é oferecer oportunidades iguais para todos realizarem o seu potencial humano.

Werneck (1997: 21) citado por Luz (2003) afirma que “a sociedade para todos, consciente da diversidade da raça humana, estaria estruturada para atender às necessidades de cada cidadão, das maiorias às minorias, dos privilegiados aos marginalizados”.

Mantoan (2001: 51) citado por Luz (2003) destaca ainda que “não lidar com as diferenças é não perceber a diversidade que nos cerca, nem os muitos aspetos em que

somos diferentes uns dos outros e transmitir, implícita ou explicitamente, que as diferenças devem ser ocultadas, tratadas à parte”.

Uma sociedade verdadeiramente inclusiva implica que se respeite e valorize as diferenças e os direitos à igualdade de género e de oportunidades para todos.

Saber respeitar as diferenças é uma tarefa extremamente difícil na sociedade contemporânea, pois esta tenta homogeneizar a partir da construção de modelos ou padrões pré-concebidos.

Atualmente, é marcante a busca pela valorização e aceitação das diferenças e da diversidade, o que faz com que o caminho para uma sociedade inclusiva possa ser conjecturado não como uma simples utopia, mas sim como uma possibilidade real.

1.2.2. A importância de uma cidadania inclusiva

A cidadania tem sido um conceito circunscrito a um grupo social - os adultos, homens e brancos. De fora ficam os outros grupos sociais, alguns dos quais têm vindo a desenvolver permanentes lutas contra tal hegemonia, reivindicando iguais direitos para o seu grupo, como por exemplo, as mulheres, as minorias étnicas, entre outros. A infância encontra-se excluída de tal grupo hegemónico, sendo o fator idade, o primeiro fator inibidor do seu acesso ao exercício da cidadania.

É importante lembrar que, como defendem Natália Fernandes e Catarina Tomás (2004) a criança não é um mero recetor das influências a que está sujeita, é também um ator em contínuo desenvolvimento e que tem, necessariamente, pontos de vista e opiniões próprias e diversas, que importam ter em consideração sempre que são abordadas questões que lhes digam respeito. A participação origina o sentimento de ser capaz de controlar aquilo que se pensava estar de fora do seu alcance, pelo que a sua impossibilidade gere sentimentos de impotência e insegurança.

As autoras recuperam a sistematização elaborada por Santos, relativa aos modos de produção da globalização, e adotam o conceito de *cosmopolitismo infantil*, um movimento transnacional de luta pelos Direitos das Crianças, que se revê, por um lado, no papel desempenhado por organizações como Unicef, Childwatch, International Save the Children Alliance, Unesco, entre outras; e, por outro lado, através de uma crescente produção científica sobre a temática da infância.

Diferentes autores defendem diferentes conceitos, cujo objetivo último é criar um lugar para a criança enquanto cidadã.

Outros autores têm vindo a defender um outro conceito, o *protagonismo infantil*, como o conceito mais adequado para assegurar uma cidadania plena da infância. Gaitán (1998, p.86 citado por Fernandes e Tomás, 2004), considera que o protagonismo infantil é o “processo social mediante o qual se pretende que crianças e adolescentes desempenhem um papel principal no seu desenvolvimento e no da sua comunidade para alcançar a realização plena dos seus direitos atendendo ao seu interesse superior”. Outros autores (Cussiánovich, 1997 e Liebel, 2000 citados por Fernandes e Tomás, 2004), reforçam a ideia de que o conceito do protagonismo constitui o enfoque para enriquecer a participação das crianças e que esse processo reforça o fortalecimento da identidade pessoal e social das crianças, o reforço das suas possibilidades de defesa e as suas competências para cumprir acordos.

Para concretizar o protagonismo infantil, Gaitán (citado por Fernandes e Tomás, 2004) considera a existência de três mecanismos essenciais:

1. *Organização Infantil*: processo que visa a articulação das crianças, individualmente ou em grupo, com a finalidade de promover o exercício e o respeito pelos seus próprios direitos. Esta organização deve ser lúdica, flexível, mas também funcional, regulamentada e democrática;
2. *Participação Infantil*: tem como objectivo garantir a legitimidade e incidência social do protagonismo infantil. Para tal é fundamental facilitar a abertura de espaços onde as suas opiniões e iniciativas tenham margem de aceitação, de negociação e obviamente adquiram visibilidade;
3. *Expressão Infantil*: concebe-se como a manifestação do ser, pensar e sentir das crianças como sujeitos numa sociedade, isto de acordo com os seus interesses, mas também dependente das influência externas dos adultos que interagem com elas e que irão sem dúvida influenciar o grau de autenticidade de tais manifestações.

O discurso e a *praxis* dos adultos, empenhados na consolidação da cidadania da infância, deverá discutir as questões de competências, sentimentos de pertença e implicação na comunidade, participação, entre outras em vez de se manter centrado na discussão sobre a situação de dependência e tutela em que vivem as crianças e jovens. O dismantelamento

do argumento paternalista - “as crianças não podem esperar ter direitos iguais aos dos adultos”, porque não possuem as competências necessárias para o exercício de tais direitos, deverá ser assumido como um dos primeiros desafios na consolidação da cidadania da infância (Fernandes e Tomás, 2004).

Sarmiento *et al* (2006) defendem que a cidadania da infância implica o preenchimento de condições estruturais, relativas à organização da sociedade, para o alargamento dos direitos das crianças, instituições *para* as crianças que sejam também instituições *das* crianças e a generalização de uma cultura que permita a inclusão democrática das crianças em todos os domínios da vida social e pessoal.

Para estes autores “não há cidadania sem cidade”, pelo que esta deve garantir a satisfação das necessidades básicas e salvaguardar os direitos de proteção e de provisão. É a cidade dos homens que constrói a possibilidade ou a impossibilidade da sustentação do “melhor interesse” para as crianças.

1.3. As realidades da infância

A construção da realidade da infância faz – se na relação com e das imagens que nos vão afetando, de geração em geração. Há uma negatividade constituinte da infância, que, em larga medida, sumariza esse processo de distinção, separação e exclusão do mundo social. A própria etimologia encarrega-se de estabelecer essa negatividade: *infância* é a idade do não-falante, o que transporta simbolicamente o lugar do detentor do discurso inarticulado, desarranjado ou ilegítimo; o *aluno* é o sem-luz; *criança* é quem está em processo de criação, de dependência, de trânsito para um outro. Como consequência, as crianças têm sido, sobretudo linguística e juridicamente, sinalizadas pelo prefixo de negação (são *inimputáveis*; juridicamente *incompetentes*) e pelas interdições sociais (não votar, não eleger nem ser eleitos, não se casar nem constituir família, não trabalhar nem exercer uma atividade económica, não conduzir, não consumir álcool).

Defende Landsdown (1994 citado por Fernandes e Tomás, 2004) que o facto de demorar a consideração das crianças como cidadãos por direito próprio, pode ser explicado, para além de outros fatores estruturais, com base em características inerentemente associadas ao fator idade, como o são a sua imaturidade e vulnerabilidade inerente - um conjunto de

características bio-psicológicas que não outorgam à criança o conjunto de competências que os adultos consideram necessárias para o exercício da cidadania. O autor caracteriza dois tipos de vulnerabilidade: a vulnerabilidade inerente e a vulnerabilidade estrutural. A *vulnerabilidade inerente*, tem a ver com a debilidade física, a imaturidade, a falta de conhecimento e experiência das crianças que as torna dependentes da proteção do adulto – este aspeto permanece como inquestionável e tão mais visível quanto mais pequena for a criança. A *vulnerabilidade estrutural*, relaciona-se com a falta de poder político e económico e de direitos civis das crianças. A vulnerabilidade estrutural é uma construção social e política, que deriva de atitudes históricas e das presunções acerca da natureza da infância e da própria sociedade.

De acordo com Fernandes e Tomás (2011), Portugal foi um dos primeiros países a aprovar uma Lei de Proteção à Infância em 1911, a consagrar na Constituição da República de 1976, como direitos fundamentais, a infância e a ratificar a Convenção dos Direitos da Criança em 1990. No entanto, muitos dos compromissos permanecem incumpridos, uma vez que a agenda da infância não é ainda considerada como uma prioridade política, económica e social.

A partir da análise e comparação dos relatórios da CNPCJR (Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco) do ano de 2000 e do ano de 2010, que tinham como objetivo cartografar a situação das crianças portuguesas em situação de risco, as autoras verificaram que houve avanços significativos no que se refere à criação de legislação de proteção à infância, nomeadamente, de proteção a crianças em situação de risco, quer ao nível global, quer ao nível nacional, ainda que não de forma homogénea. No último século, as preocupações com a proteção das crianças assumiram alguma visibilidade nas agendas políticas e jurídicas e na ação de alguns movimentos e organizações sociais. Mas, apesar de este ser um facto indiscutível, existem outros factos que comprovam que continuam a existir muitas crianças que veem a realização dos seus direitos negada, e muitas vezes, de uma forma brutal, uma vez que os relatórios relativos à análise do fenómeno da pobreza e exclusão social (Bastos *et al.*, 2008; OCDE; 2009,2011; UNICEF, 2011 *cit in* Fernandes, N. e Tomás, C., 2011) revelam que os indicadores de pobreza infantil e de exclusão continuam a afetar mais as crianças que os adultos e que os indicadores de risco continuam a aumentar. Estes factos devem interpelar-nos considerando que, provavelmente, tal como defende Gaitán “o desejo de alcançar o maior

bem-estar das crianças é algo que se dá por feito, mas, no entanto, a definição do que se supõe ser o ‘interesse superior da criança’ fica ao arbítrio da interpretação adulta e está influenciado pelas convenções sociais que determinam o lugar e papel adequado para as crianças na sociedade” (2006:63 *cit in* Fernandes, N. e Tomás, C., 2011). Na opinião das autoras, este é um fenómeno que deve ser enfrentado para que as políticas públicas tenham efeitos mais consistentes e visíveis nos mundos das crianças.

Na verdade, a infância é especialmente prejudicada, entre todos os grupos e categorias sociais excluídas (grupos étnicos minoritários, pobres, mulheres, pessoas idosas, etc.), quer pela relativa invisibilidade face às políticas públicas e aos seus efeitos, quer por que é geralmente excluída do processo de participação e decisão na vida coletiva.

1.3.1. A Exclusão da Infância

Sarmiento (2006) defende que as condições atuais da pós-modernidade, com o processo de globalização, implicam uma mudança de estatuto da infância.

A globalização proporciona uma maior proximidade entre os indivíduos, sobretudo pelos avanços tecnológicos na área da comunicação. Paradoxalmente, o mundo parece ter-se tornado mais complexo e a sociedade apresenta-se mais desigual e heterogénea. A desigualdade marca sobretudo os grupos sociais mais frágeis que continuam a ser excluídos e ocultados das arenas e dos centros de decisão. O grupo social geracional das crianças insere-se obviamente neste quadro de desigualdade de exclusão e na impossibilidade de protagonismo (Sarmiento *et al*, 2006).

Apesar da construção de consensos sobre os direitos das crianças, adotados a nível global, apesar de todas as transformações positivas de melhores condições de vida das crianças, persistem os fatores e as condições de exclusão das gerações mais jovens face aos direitos sociais, baseados em condições estruturais, culturais, simbólicas e ideológicas subjacentes à idade/geração (Fernandes e Tomás, 2004).

Sarmiento (2002, p.269) identificou quatro espaços estruturais de exclusão da infância, com base nos espaços estruturais defendidos por Boaventura Sousa Santos: o espaço da produção que foca a relação das crianças com o trabalho e com a distribuição da

riqueza – defende o autor que “as condições da modernidade tardia criaram condições para a sua generalização [do trabalho infantil]” seja nos países periféricos com a sua mão-de-obra barata e situações de pobreza extrema, seja nos países centrais com a indústria da publicidade e do espetáculo; o espaço doméstico onde as transformações familiares afetam as crianças; o espaço da cidadania onde salienta a escola e a esfera política; e o espaço comunitário onde se evidencia as relações de pares e as “culturas infanto-juvenis”.

Fernandes e Tomás (2011) defendem que na base da situação das crianças em risco, em Portugal, reside a complexidade da sociedade portuguesa, enquanto sociedade de desenvolvimento intermédio ou semiperiférica (Santos, 1994 *cit. In.* Fernandes, N. e Tomás, C., 2011). Por outro lado, as autoras referem ainda que vivemos numa sociedade dilemática (Pais, 2007 *cit. In.* Fernandes, N. e Tomás, C., 2011), nomeadamente entre a proclamação e a defesa, pelo menos ao nível dos discursos, dos direitos das crianças e severa restrição nas condições sociais do seu usufruto. Se por um lado tem existido um desenvolvimento acentuado de políticas sociais e de um conjunto de medidas para a infância e para as famílias que se refletiram na melhoria da situação das crianças portuguesas e que por um lado podem explicar algumas situações, por outro lado, no caso das crianças em risco, parecem demorar a ter o impacto esperado. Ainda na base deste último aspeto, consideram-se as fortes desigualdades sociais que Portugal ainda revela, sendo por esse motivo necessário recolocar as questões do risco na infância num quadro mais abrangente de discussão, nomeadamente o relativo às questões da pobreza e da exclusão social.

A exclusão social apresenta-se como um dos grandes problemas da evolução das sociedades e do desenvolvimento económico, uma vez que a riqueza gerada não foi, nem é distribuída de forma a gerar bem-estar e riqueza geral, mas antes se mostrou potenciadora de grandes e inúmeras desigualdades sociais.

Aqueles que na sociedade assumem o papel de excluídos, não veem reconhecido o seu lugar na mesma, não tanto pela questão económica, mas por se verem privados do seu direito a participarem na sociedade e também pela dificuldade falta de oportunidades que esta lhes proporciona.

Assim, o grupo da Infância e Juventude surge como aquele mais vulnerável aos riscos que esta exclusão acarreta. A probabilidade de este grupo se envolver em

comportamentos de risco e desafiar os limites é muito elevada, surgindo assim a necessidade de a sociedade estar alerta e ter respostas.

Numa análise dos dados dos relatórios da CNPCJR realizada por Fernandes e Tomás (2011), verificou-se que o risco assumiu ao longo desta década um aumento no que diz respeito ao volume processual. O aumento de processos jurídicos leva a considerar um aumento da importância de se intervir perante o risco, nomeadamente, parece haver uma maior consciência social deste fenómeno por parte da sociedade em geral.

No que respeita ao perfil de crianças em risco, este parece ter sofrido algumas modificações, mas manteve-se igual noutras dimensões.

Relativamente às dimensões que se mantiveram iguais, as autoras fazem uma caracterização resumida dos dados.

Quanto à questão de género, continuam a ser os meninos os que mais são sinalizados. Parece haver também uma “metropolização do risco”, uma vez que as cidades de Lisboa e Porto são as mais representativas no volume processual global nacional das CPCJ (2011:68 *cit in* Fernandes, N. e Tomás, C., 2011). A negligência foi a principal problemática sinalizada e os estabelecimentos de ensino e as autoridades policiais as principais entidades sinalizadoras.

No que respeita às medidas aplicadas, a opção foi a de manter a criança ou jovem em meio natural de vida, sugerindo os dados que ao longo desta década houve um aumento das crianças intervencionadas no seu contexto familiar. Ao nível etário houve um aumento significativo do acompanhamento a crianças na faixa etária entre os 15/18 anos. No entanto, o maior número de crianças acompanhadas situa-se no grupo etário entre os 10 e os 14/15 anos.

Segundo as autoras, outra dimensão crucial da imutabilidade dos dados foi o da caracterização sociológica das famílias das crianças com processo instaurado, a análise dos relatórios indica o mesmo perfil ao longo da década: uma família biológica, nuclear, tendo os pais idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos de idade, com rendimentos provenientes do trabalho, com baixo capital escolar e tendo como principal problemática o alcoolismo.

Para as autoras, o facto do perfil das famílias sinalizadas ter-se mantido inalterado ao longo desta década, leva a questionar a insuficiência de medidas de políticas de apoio à família, que interrompam e enfrentem esta realidade. No entanto, é de referir que estão previstas

medidas de promoção de competências junto destas famílias e que têm vindo a ser desenvolvidas ao longo desta década, nomeadamente, apoio junto de familiares, a educação e formação parental, a criminalização dos castigos físicos, entre outras. Mas, a problemática destas famílias exige que se intervenha de fundo e, assim sendo, seria fundamental que se adotassem medidas de educação para a saúde e que se interviesse junto dos elementos da família que apresentam comportamentos aditivos como alcoolismo ou toxicodependência, uma vez que o equilíbrio e o desenvolvimento das competências parentais e familiares parece ser comprometido face à presença destes dois fatores.

Por último, e ainda com base na análise dos dois relatórios, as autoras referem que existe uma ideia de localização das respostas sociais, ou seja, na sua grande maioria as situações de risco que envolvem crianças, são sinalizadas e acompanhadas pelos concelhos de naturalidade das crianças.

No entanto, ao longo desta década verificaram-se alterações nas faces do risco para as crianças portuguesas. Assim, relativamente ao que se alterou, as autoras referem como um dado importante, o aumento dos processos que se registou relativamente às crianças pequenas (0 aos 5 anos). Na opinião das mesmas este aumento poderá estar relacionado, de alguma forma, com as alterações que aconteceram entre estas duas datas relativamente à frequência de estabelecimento de ensino pré-escolar.

Um outro dado significativo que as autoras entendem que deve ser interpretado com base no aumento do fenómeno de imigração na sociedade portuguesa (cf. Machado, 2003 *cit in* Fernandes, N. e Tomás, C., 2011), relaciona-se com as crianças sinalizadas e acompanhadas naturais de outros países para além dos PALOP (países africanos de língua oficial portuguesa), uma vez que estes mantiveram-se.

Outra dimensão que as autoras referem como justificação para o aumento das crianças sinalizadas prende-se com uma outra mudança na sociedade portuguesa que diz respeito à escolaridade e à obrigação do cumprimento da escolaridade.

Com o aumento da escolaridade, tenta-se prevenir a questão do trabalho infantil, no entanto, esta problemática mantém-se, alterando-se somente a designação da mesma para ‘exploração do trabalho infantil’. As autoras referem ainda com base na análise dos dois relatórios que a novidade introduzida se prende com a consideração da participação de crianças menores de 16 anos em espetáculos ou outras atividades de natureza cultural,

artística ou publicitária, tendo este assunto assumido uma visibilidade muito significativa no último relatório do CNPCJR.

A nível nacional, algumas das respostas sociais sob o ponto de vista da garantia e preservação dos Direitos da Infância e Juventude, são: i) Organização Tutelar de Menores; ii) Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (Decreto de Lei nº 98/98, de 18 de Abril); iii) Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1 de Setembro) e respetivo Diploma de Regulamentação (Decreto de Lei nº 332-B/2000, de 30 de Dezembro); iv) Lei Tutelar Educativa (Lei nº 166/99, de 14 de Setembro) e respetivo Diploma de Regulamentação (Decreto de Lei nº 323-E/2000, de 20 de Dezembro); v) Regime Jurídico do Acolhimento Familiar (Decreto de Lei nº 190/92, de 3 de Setembro).

Quando nos reportamos às respostas sociais que anteriormente enumeramos, assumimos uma realidade cada vez mais presente na nossa sociedade, a das crianças e jovens em risco.

De acordo com a Lei nº 147/99, capítulo I, art. 3º (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo), uma criança ou jovem encontra-se em risco ou perigo quando:

“Está abandonada ou vive entregue a si própria”;

“Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais”;

“Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal”;

“É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento”;

“Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional”;

“Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação”.

Fernandes e Tomás (2011) defendem que a exclusão social das crianças exige políticas para a infância de alta intensidade, articuladas e eficazes, e ainda que específicas, não podem ser dissociadas das políticas e medidas de âmbito mais geral no combate à exclusão. Mas, referem as autoras, será a aposta nesta especificidade que poderá ajudar a acautelar a ideia de que o bem-estar das crianças deverá ser ponderado a partir de uma perspetiva geracional. As autoras sustentam a sua opinião na ideia de Gaitán, quando refere que desta forma “contribui para pôr em relevo o lugar da infância como grupo social que compete com outros grupos sociais para aceder a recursos comuns, tendo como finalidade conseguir intercâmbios justos e mutuamente satisfatórios. Através dessa análise tornam-se explícitas as opções de preferência da sociedade relativamente a cada grupo social.”(2006:75 *cit. In.* Fernandes, N. e Tomás, C., 2011).

Dada a emergência desta realidade da Infância, a sociedade, conforme foi referido anteriormente, deve organizar-se de forma a poder responder a estas novas solicitações sociais que surgem da necessidade de se verem garantidos os direitos da infância. Assim, surgem os Lares de Infância e Juventude como uma das respostas sociais ao problema da exclusão social da Infância.

1.3.2. Lares Especializados de Infância e Juventude - uma resposta social possível

Os Lares Especializados de Infância e Juventude assumem-se como uma resposta social para a garantia da promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo.

Reportando-nos à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, capítulo I, art.3º), este tipo de intervenção surge quando “ *os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo*”.

Ainda conforme a mesma Lei (Lei 147/99, de 1 de Setembro, capítulo I, art. 4º), a intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo terá que obedecer aos seguintes princípios:

- a) *“Interesse superior da criança e do jovem – a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto”;*
- b) *“Privacidade – a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada”;*
- c) *“Intervenção precoce – a intervenção deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida”;*
- d) *“Intervenção mínima – a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do jovem em perigo”;*
- e) *“Proporcionalidade e atualidade – a intervenção deve ser a necessária e a adequada à situação de perigo em que a criança ou o jovem se encontram no momento em que a decisão é tomada e só pode interferir na sua vida e na da sua família na medida do que for estritamente necessário a essa finalidade”;*
- f) *“Responsabilidade parental – a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem”;*
- g) *“Prevalência da família – na promoção de direitos e na proteção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem na sua família ou que promovam a sua adoção”;*
- h) *“Obrigatoriedade da informação – a criança e o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa”;*
- i) *“Audição obrigatória e participação – a criança e o jovem, em separado ou na companhia dos pais ou de pessoa por si escolhida, bem como os pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção”;*

- j) *“Subsidiariedade – a intervenção deve ser efetuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria da infância e juventude, pelas comissões de proteção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais.*

Assim, aquando da deteção de um caso de uma criança ou jovem em risco ou perigo, deverá haver a intervenção inicial das entidades com competência em matéria da infância e juventude. As principais entidades aqui entendidas como tendo competências para intervir são: Escola; Clubes Desportivos e Recreativos; Centros de Saúde; Paróquia; Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), entre outras.

Esta primeira abordagem que surge na Comunidade só funcionará com o envolvimento e responsabilização parental ou dos responsáveis legais pela criança ou jovem e, sempre e quando, estes se mostrem colaboradores no processo de intervenção.

No caso de as entidades competentes em matéria de infância e juventude não conseguirem atuar de forma adequada e suficiente a remover o perigo em que a criança ou o jovem se encontram, deverão sinalizar e dar conhecimento do caso à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) local.

Assim, de acordo com o novo modelo de proteção de crianças e jovens em risco, em vigor desde Janeiro de 2001, verifica-se o apelo à participação ativa da comunidade, numa relação de parceria com o Estado, concretizada nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), capaz de estimular as energias locais potenciadoras de estabelecimento de redes de desenvolvimento social. As Comissões de Proteção de Menores, criadas na sequência do Decreto - Lei nº 189/91, de 17 de Maio, foram reformuladas e criadas novas de acordo com a Lei de Promoção e Proteção aprovada pela Lei nº 147/99, de 1 de Setembro.

No âmbito da Lei nº 147/99, de 1 de Setembro (art. 12º, ponto 1), as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) são definidas como *“instituições oficiais não judiciais com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral”*.

As comissões de proteção são declaradas instaladas por portaria conjunta do Ministro da Justiça e do Ministro do Trabalho e da Solidariedade (Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, art. 12º, ponto 3).

A comissão de proteção funciona em modalidade alargada ou restrita.

À comissão alargada compete desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem.

À comissão restrita compete intervir nas situações em que uma criança ou jovem está em perigo, nomeadamente:

- i. Atender e informar as pessoas que se dirigem à comissão de proteção;
- ii. Apreciar liminarmente as situações de que a comissão de proteção tenha conhecimento,
- iii. Proceder à instrução dos processos;
- iv. Decidir a aplicação e acompanhar e rever as medidas de promoção e proteção, com exceção da medida de confiança a pessoa selecionada para a adoção ou instituição com vista a futura adoção.

Como medidas de promoção e proteção, as CPCJ podem aplicar as seguintes (Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, art. 35º, ponto 1):

- “Apoio junto dos pais”;
- “Apoio junto de outro familiar”;
- “Confiança a pessoa idónea”;
- “Apoio para a autonomia de vida”;
- “Acolhimento familiar”;
- “Acolhimento em instituição”.

As medidas de promoção e proteção da criança ou jovem em perigo visam proporcionar as condições adequadas de segurança e bem-estar, tendo como principal objetivo afastar a criança ou jovem do perigo a que se encontrava exposto.

Mas, estas medidas podem ser vetadas pelo não cumprimento ou consentimento da criança ou jovem e/ou dos seus Pais ou Representantes Legais. Nesse caso, toda a intervenção é transferida para a tutela judicial, dando lugar a um processo judicial.

No entanto, mesmo por decisão do Tribunal, as medidas de promoção e proteção serão para ser cumpridas, pelo que visam, conforme referido anteriormente, proporcionar as

condições adequadas de segurança e bem-estar e, afastar a criança ou jovem do perigo a que se encontrava exposto, garantindo a defesa e proteção dos seus Direitos.

Assim, importa focar esta análise na medida de “Acolhimento em Instituição”, uma vez que é neste modelo que se encontram os atores sociais participantes deste projeto.

A medida de acolhimento em instituição consiste *“na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral”* (Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, art. 49º).

As modalidades de *acolhimento em instituição* podem ser de curta duração ou prolongadas e variam de acordo com as características da criança ou jovem e dos motivos que desencadearam a sua institucionalização.

O acolhimento de curta duração tem lugar em casa de acolhimento temporário por prazo não superior a seis meses. No entanto, este prazo pode ser excedido quando, por razões justificadas, seja previsível o retorno à família ou enquanto se procede ao diagnóstico da respetiva situação e à definição do encaminhamento subsequente.

O acolhimento prolongado tem lugar em lar de infância e juventude e destina-se à criança ou ao jovem quando as circunstâncias do caso aconselhem um acolhimento de duração superior a seis meses (Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, art. 50º).

Os lares de infância e juventude podem ser especializados ou ter valências especializadas e devem ser organizados segundo modelos educativos adequados às crianças e jovens neles acolhidos (Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, art. 51º).

Assim sendo, os Lares Especializados de Infância e Juventude deverão organizar-se segundo um modelo educativo, podendo este ser mais aberto ou mais fechado, consoante as características e o perfil das crianças e jovens acolhidos. Desta forma, em Portugal, existem Lares que se assumem mais livres no que respeita às saídas e entradas das crianças ou jovens, assim como, no que respeita às visitas dos seus familiares ou representantes legais. E outros que adotam um modelo de funcionamento mais *“contentor”*, sendo todas as saídas, entradas e visitas controladas. É neste modelo que se assume o Lar onde estão atualmente acolhidos os jovens participantes neste projeto: o Lar Especializado de Infância e Juventude – Casa Alberto Souto.

Capítulo 2 - Enquadramento Legal dos Direitos das Crianças

2.1. A Globalização dos Direitos das Crianças

Como foi possível notar anteriormente, a exclusão é um tema que muito preocupa os teóricos. Essa exclusão social não escolhe género, etnia ou grupo etário. Com o objetivo de diminuir os fatores de exclusão social, a comunidade política procedeu à elaboração e publicação de diferentes documentos, cujo objetivo é defender a igualdade dos indivíduos, através da promoção dos seus direitos.

Após a II Guerra Mundial, uma época de intenso desrespeito pelos direitos humanos, surgiu um novo documento – a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, que se destina a toda a população mundial, rejeitando toda a discriminação através de um conjunto de direitos indivisíveis e interdependentes. É um marco na promoção e defesa da dignidade humana, no entanto é mais pelo seu valor moral pois tornou-se num importante influenciador das Constituições de diversos Estados.

Este documento não está direcionado ao grupo específico da infância, no entanto as crianças, tal como qualquer outro grupo social, estão abrangidas por esta Declaração.

Dois anos depois, em 1950, a Assembleia-geral das Nações Unidas decidiu elaborar uma nova declaração, concernente, desta vez, aos Direitos da Criança. Segundo Delgado (2006, p.116) este “é um documento curto, pouco elaborado, sob a forma de resolução, o que significa que carece de efeitos obrigatórios, independentemente da virtude moral que possua”. Apesar da sua falta de carácter vinculativo, este é, sem dúvida, um marco histórico na proteção das crianças e jovens, que passaram a ser objeto de atenção da legislação internacional direta e exclusivamente, e não por consequência, como sucedia nos documentos até então elaborados.

Quatro décadas após a Declaração dos Direitos da Criança, surge, em 1989, a Convenção sobre os Direitos das Crianças, documento que enuncia um amplo conjunto de direitos fundamentais – os direitos civis e políticos, e também os direitos económicos, sociais e culturais – de todas as crianças, bem como as respetivas disposições para que sejam aplicados. A Convenção pormenoriza os direitos previstos na Declaração dos Direitos da

Criança, desenvolvendo-os e estabelecendo mecanismos de controlo e de eficácia de forma a aumentar a fiscalização, avaliação e sobretudo a capacidade de cumprimento por parte de cada um dos Estados Partes.

A Convenção dos Direitos da Criança constitui o mais completo e importante documento sobre os direitos de todos os seres humanos com menos de 18 anos. Este tratado veio substituir a conceção tradicional de proteção pelo conceito de participação, reconhecendo à criança direitos semelhantes aos do adulto: direitos civis e liberdades; ambiente familiar e aconselhamento parental; cuidados básicos como a saúde e o bem-estar; a educação e o lazer. Prevê ainda algumas medidas especiais em casos de guerra, situações em que as crianças estejam em conflito com a lei, situações de exploração e situações em que as crianças pertençam a um grupo minoritário ou indígena.

É constituída por 54 artigos, que podem ser divididos em quatro categorias de direitos: os direitos à sobrevivência, como por exemplo, o direito a cuidados adequados; os direitos relativos ao desenvolvimento, onde se inclui o direito à educação; os direitos relativos à proteção, como por exemplo, o direito de ser protegida contra a exploração; e, por último, os direitos de participação, onde se considera que a criança tem o direito de exprimir a sua própria opinião e participar nas decisões que lhe concernem.

Defende a UNICEF que a Convenção dos Direitos da Criança não é apenas uma declaração de princípios gerais; quando ratificada, representa um vínculo jurídico para os Estados que a ela aderem, os quais devem adequar as normas de Direito interno às da Convenção, para a promoção e proteção eficaz dos direitos e Liberdades nela consagrados.

A Convenção, de acordo com o Comité dos Direitos da Criança da ONU, assenta em quatro princípios fundamentais (Albuquerque, 2004; UNICEF):

- Princípio da não discriminação, consagrado no artigo 2º da Convenção e que entende que todas as crianças têm o direito de desenvolver todo o seu potencial, não devendo nenhuma ser vítima de discriminação;
- Princípio do interesse superior da criança (consagrado no artigo 3º da Convenção) deve ser uma consideração prioritária em todas as ações e decisões que lhe digam respeito, sejam decisões de tribunais, autoridades administrativas, órgãos legislativos e de instituições públicas ou privadas;

- Princípio da sobrevivência e desenvolvimento, consagrado no artigo 6º da Convenção, sublinha a importância da garantia de acesso a serviços básicos e à igualdade de oportunidades para que as crianças possam desenvolver-se plenamente. Este princípio aplica-se à consagração e proteção do direito de vida, assim como, os direitos de desenvolvimento, que deve ser interpretado de forma lata, incluindo o desenvolvimento físico, emocional, mental, cognitivo, social e cultural da criança;
- Princípio do respeito pela opinião da criança, consagrado no artigo 12º da Convenção, entende que a criança deve ser livre de ter opiniões sobre todas as questões que lhe digam respeito e que estas devem ser ouvidas e tidas em conta.

Para Delgado (2006) a elaboração deste documento ocorre na sequência lógica de uma evolução que, gradualmente, passa da proclamação de princípios para a construção de regras que resultam na produção de efeitos jurídicos desejados; da mera atribuição de direitos, para o reconhecimento, do tipo e conteúdo dos deveres; em resumo, do reconhecimento da importância e da especificidade da infância e da juventude, a que se deve assegurar uma proteção especial, que garanta o desenvolvimento harmonioso e integral da criança.

A Declaração dos Direitos da Criança consistia, simplesmente, numa enumeração de princípios, sem valor jurídico. A Convenção, pelo contrário, tem força de lei, comprometendo-se os governos que a ratificaram a permitir às crianças o desenvolvimento das suas capacidades sem fome, pobreza, violência, negligência ou outras injustiças e dificuldades, respeitando simultaneamente os seus direitos civis, económicos, sociais, culturais e políticos. Desta forma, o documento veio permitir que se encarasse, pela primeira vez, a criança como um ser titular de direitos e liberdades fundamentais.

2.2. Direitos da Criança em Portugal

Em Portugal, os direitos das crianças estão consagrados na Constituição da República Portuguesa, no artigo 69º que diz que “as crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições.”

As questões relativas à proteção das crianças e jovens estão mais especificadas na Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) que tem por objeto “promover os direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral” (LPCJP, Artigo 1º do Anexo). Esta Lei é aplicada em situações em que os pais (ou representantes legais) das crianças e jovens colocam em perigo a segurança, saúde, educação, formação, desenvolvimento. Situações tais como, o abandono, maus-tratos físicos ou psíquicos, abusos sexuais, ausência de afeto, atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados, comportamentos que coloquem em risco a segurança ou equilíbrio emocional da criança ou jovem; ausência de oposição de facto pelos pais (ou representantes legais) a comportamentos (atividades ou consumos) que afetem a segurança, saúde, educação, formação, desenvolvimento da criança ou jovem (Portal COESIS).

2.3. O Direito à Participação da Infância

Nos dias de hoje existem diversos documentos que defendem os direitos da criança, como se vem expondo. Fernandes (2005) refere que os 54 artigos da Convenção dos Direitos da Criança podem ser agrupados em três categorias distintas – os direitos de provisão, de proteção e de participação. Defende esta autora que este último grupo de direitos é o menos aprofundado e defendido nos escritos relacionados com os direitos da criança.

A participação das crianças é para o Comité dos Direitos da Criança um princípio orientador fundamental, ou seja, o seu cumprimento contribui para assegurar o cumprimento de todos os outros direitos. De acordo com Crowley (1998, p. 9 citado por Fernandes e Tomás, 2004) “não é somente um meio para chegar a um fim, nem tão pouco um processo: é um direito civil e político básico para todas as crianças e é portanto um fim em si mesmo”.

Ao longo do tempo, a imagem característica da criança como sujeito de direitos foi-se alterando. Na segunda metade do século XX a imagem veiculada através dos discursos políticos e intelectuais é a da criança que necessita de proteção; no início do século XXI procura valorizar-se a imagem de criança cidadã (Sarmiento, 1999 citado por Fernandes e Tomás, 2004).

PARTE II – A INVESTIGAÇÃO-ACÇÃO PARTICIPATIVA COMO A OPÇÃO METODOLÓGICA ELEITA

Capítulo 3 – Opções Metodológicas na escuta da Infância

3.1. A mudança de Paradigma na Investigação da Infância

De acordo com O’Kane (2005), desde o final dos anos 80 do séc. XX que tem existido um interesse crescente em escutar as experiências e pontos de vista das crianças, como sendo separados e diferentes dos seus educadores adultos, interesse esse que abre caminho a um novo paradigma no estudo da infância. Esse novo modelo procura explorar as relações e culturas da infância das crianças como áreas de estudo de direito próprio (James e Prout citados por O’Kane, 2005). Esta mudança de paradigma reflete a ideia de que a criança passou a ser vista como um participante ativo na construção e determinação das suas experiências, das suas vidas individuais e coletivas e, das sociedades em que vivem.

A mudança metodológica nos métodos de investigação foi por vários autores e por várias vezes objeto de estudo e de reflexão. No entanto, o compromisso de conduzir investigações *com* crianças em vez de *sobre* elas, necessita, de acordo com O’Kane (2005) de uma consideração maior dos muitos problemas teóricos, metodológicos e éticos que surgem. Assim, parece ser necessário considerar se as metodologias existentes e as considerações éticas são apropriadas para a infância, uma vez que elas são maioritariamente pensadas para o adulto, assim como, ter atenção ao facto de que algumas questões se apresentam separadamente, ou mais fortemente, quando os participantes são crianças (Sinclair citado por O’Kane, 2005).

Segundo Morrow e Richards citados por O’Kane (2005), o maior desafio para os investigadores que trabalham com crianças, são as disparidades de poder e estatuto entre adultos e crianças. Ou seja, quando um investigador se propõe trabalhar num determinado contexto histórico e cultural onde as crianças não são ouvidas, ele passa a ter um grande desafio em encontrar formas de quebrar o poder desigual entre adultos e crianças, e criar espaços que permitam às crianças ter voz e ser ouvidas (Mayall e Roberts citado por O’Kane, 2005).

De acordo com O’Kane (2005), ao tentar envolver os participantes no projeto investigativo, “a participação não implica simplesmente a aplicação mecânica de uma “técnica” ou método, sendo antes parte de um processo de diálogo, ação, análise e mudança” (Pretty *et al* citados por O’Kane, 2005). Assim, de acordo com Theis (citado por O’Kane 2005), o uso bem sucedido de técnicas participativas requer um compromisso de processos progressivos de partilha de informação, diálogo, reflexão e ação.

Numa investigação participativa levada a cabo por Natália Soares (2005), pode-se identificar três patamares de participação das crianças na investigação (Soares *et al*, 2006):

- O *patamar da mobilização* que identifica um processo iniciado pelo adulto, em que a criança é convidada a participar, sendo encarada como parceira e intervindo na tomada de decisões necessária ao longo de todo o processo.
- O *patamar da parceria* que identifica um processo em que a implicação da criança na investigação se faz desde o desenho da mesma.
- O *patamar do protagonismo* que identifica um processo dependente em exclusivo da ação das crianças. O investigador adulto é visto como um consultor disponível e presente.

Assim, os dispositivos metodológicos fundamentais para a recolha e construção da informação pretendida deverão ser escolhidos tendo por base a ponderação destes três patamares, atendendo à especificidade do que se investiga, à natureza e às questões levantadas pela investigação, ao contexto onde a mesma decorre e à diversidade que caracteriza o grupo dos sujeitos da pesquisa, expressa em termos sociais, económicos, culturais, mas também etários e de género (Soares *et al*, 2006).

São várias as ferramentas que se podem utilizar na investigação participativa com crianças, a saber: as entrevistas; a observação participante; os grupos de discussão; a utilização de registos escritos das crianças; a utilização de fotografia e de vídeo; a utilização de técnicas visuais individuais ou em grupo; a utilização de técnicas dramáticas, role-play ou ainda a observação de situações de faz de conta, sendo algumas destas exploradas em contextos diferentes deste projeto.

3.2. A Investigação-Ação Participativa

Na Investigação Participativa com crianças parece ser fundamental a consideração de alguns aspetos éticos e metodológicos indispensáveis a todo o processo. Alderson (citado por Roberts, 2005, p.248) debruçou-se sobre as questões éticas quando *se dá voz às crianças*, e daí enumerou dez procedimentos que os investigadores sociais devem respeitar numa investigação com crianças: objetivo da investigação; custos e expectativas colocadas na investigação; privacidade e confidencialidade; seleção, inclusão e exclusão; fundos; revisão dos objetivos e métodos de investigação; informação para crianças, pais e outros educadores; consentimento; disseminação; e, impacto nas crianças.

Tendo em conta a escuta das crianças no âmbito deste projeto, destaca-se alguns: dependência do seu consentimento informado e sendo-lhes garantida privacidade e confidencialidade; seleção, inclusão e exclusão; fundos; revisão dos objetivos e métodos de investigação; informação para crianças e educadores; consentimento; disseminação; e, impacto nas crianças.

Corroborando essa perspetiva, Soares *et al* (2006), fazem referência a três aspetos que consideram ser importantes para a organização da investigação com crianças de forma participada e informada eticamente, alguns dos quais defendidos também por Alderson.

O primeiro aspeto diz respeito à valorização da voz e ação das crianças. Este parece ser o indicador essencial sobre o qual terá que se basear toda a investigação, valorização essa que não admite formas de pseudo-participação infantil (Hart citado por Soares *et al*, 2006).

O segundo visa o consentimento informado das crianças. Alderson defende que a disseminação da informação obtida deve, sempre que possível, atingir uma população infantil para além daquela que esteve envolvida na investigação. Na investigação participativa com crianças este é um dos momentos mais importantes (Soares *et al*, 2006). Os autores consideram aqui a informação dada à criança acerca da investigação em causa e o seu consentimento para participar nas mesmas.

O terceiro e último aspeto prende-se com a consideração de estratégias e recursos metodológicos plurais e coletivos. De acordo com Soares *et al* (2006), na investigação participativa com crianças é indispensável considerar uma multiplicidade de recursos

metodológicos que permitam tornar audíveis as vozes das crianças, especialmente daquelas que o silêncio forçado pela norma social, seja maior.

3.2.1. A importância das interações verbais na Investigação-Ação Participativa

As interações verbais com os outros constituem-se como um meio extremamente funcional de construir, alargar e refinar o conhecimento. Sendo assim, é possível através dos diálogos com as crianças, aprender sobre o que elas conhecem e, até certo ponto, perceber como elas aprendem (Christensen e James, 2005). Existem cada vez mais referências científicas sobre a competência das crianças em termos de desenvolvimento que surge em detrimento da visão, assente em alguns paradigmas psicológicos, de que quando comparadas aos adultos, as crianças são incompetentes e incompletas.

Com base neste novo paradigma, a Sociologia da Infância apela aos investigadores para estes melhorarem o conhecimento sobre a posição das crianças como atores sociais participantes. Neste sentido, em termos metodológicos, nomeadamente, na investigação-ação, o investigador terá que assumir um papel de observador participante com as crianças. Isto é, terá de observar, escutar, refletir e relacionar-se com as crianças no diálogo, à medida das situações naturais que decorrem da interação social e em função das suas interpretações e perceções durante o trabalho de campo. Segundo Mandell e Thorne (citados por Christensen e James, 2005), *a observação participante de crianças requer tentar adotar o “papel menos adulto”, misturando-se com o mundo social das crianças, não tomando o lado dos adultos, operando física e metaforicamente ao nível das crianças nos seus mundos sociais*. Contudo, e segundo Thorne, este posicionamento social do investigador é muito difícil de manter. De forma a obter informação de qualidade sobre a infância, deve-se partir da experiência das crianças. O investigador deverá colocar-se numa posição com a criança que procure a diluição das questões do poder entre esta e o adulto.

No paradigma psicológico tradicional a investigação é *sobre* crianças, tendo como objetivo estudar o seu desenvolvimento enquanto são observadas, avaliadas e julgadas. No paradigma inerente à Sociologia da Infância, pretende-se trabalhar *com* crianças, no sentido em que o adulto tenta entrar no mundo do conhecimento da criança, tendo em mente que a sua própria compreensão e plano de ação possam ser modificados pelo

processo de investigação. Isto não significa que os objetivos da investigação sejam divulgados às crianças.

Ao investigar diretamente *com* crianças, o investigador pretende compreender o conhecimento que estas possuem sobre a sua posição social, o estatuto de ser uma criança e as relações criança-adulto. Torna-se fundamental perceber o próprio entendimento e conhecimento da criança nos vários espaços estruturais nos quais vive a sua vida (doméstico, emprego, mundo, comunidade, mercado e estado). Ao partir para a investigação com crianças, é necessário olhar para a totalidade do dia da criança e para os impactos que os vários contextos exercem uns nos outros. Por outras palavras, é importante perceber *as vidas diárias das crianças através e entre os contextos delas* (Christensen e James, 2005).

Seguindo uma metodologia de investigação do tipo investigação-ação participativa, considera-se que o investigador deverá estabelecer com as crianças *Diálogos de Investigação de acordo com* Christensen e James (2005). Os diálogos de investigação são as interações verbais estabelecidas com as crianças que possibilitam perceber a forma como elas conhecem e aprendem as realidades/contextos, nos quais interagem e participam socialmente. O primeiro passo para estabelecer estes diálogos prende-se com o investigador transformar-se numa figura familiar à criança. Outro aspeto importante, e para o qual Christensen e James chamam à atenção, é que, metodologicamente, a escola e a casa, para além de serem espaços estruturais diferentes, apresentam desafios diferentes. Para que a criança se sinta mais confiante e menos ansiosa, o investigador deve pedir às crianças para conversarem com ele aos pares, dando a possibilidade à criança de escolher um amigo. Conversar com os amigos é uma forma muito eficaz que a criança dispõe para adquirir conhecimento. Para o investigador, *escutar as conversas pode ser uma forma de aprender sobre este processo* (Christensen e James, 2005). Nestes diálogos de investigação, estes mesmos autores referem que para se compreender o que as pessoas dizem, é necessário proceder a uma exploração do contexto.

No espaço estrutural doméstico, a recolha de dados apresenta nuances diferentes das presentes na escola. A posição social do investigador não tem parâmetros claramente definidos. Esta posição é negociada entre as condições oferecidas pelo adulto (um dos pais)

e aquilo que a criança entende como apropriado. O adulto e a criança podem negociar entre eles as condições, a estrutura e quem tomará parte no acontecimento social.

3.3. Os Instrumentos de Investigação

3.3.1. Inquérito por Questionário

Um questionário questiona, pergunta, interroga. A palavra questionário deriva do termo latino *quaestionariu* e designa uma série de questões ou perguntas sobre um dado assunto (Sousa, 2005).

De acordo com Sousa (2005), poderemos considerar o questionário como uma técnica de investigação em que se interroga por escrito uma série de sujeitos, tendo como objetivo conhecer as suas opiniões, atitudes, predisposições, sentimentos, interesses, expectativas, experiências pessoais, etc. Ainda para o mesmo autor, aplicar um questionário é interrogar um determinado número de sujeitos, tendo em vista uma generalização ou, o suscitar de um conjunto de respostas individuais, em interpretá-las e generalizá-las.

O questionário assume-se como um instrumento de investigação particularmente direcionado para a pesquisa de opiniões, que são naturalmente subjetivas e passíveis de mudança.

Na maioria das investigações, os questionários são utilizados para se obterem informações diretamente provenientes dos sujeitos, que depois se convertem em dados susceptíveis de serem analisados (Sousa, 2005).

De acordo com o autor acima referido, a construção de um questionário deverá ter em conta três questões fundamentais: i) o exato objetivo do questionário; ii) a população que se pretende estudar; iii) os recursos de que se dispõe.

No que respeita ao Objetivo, o propósito geral deverá ser resumido num objetivo central específico, concreto e definido em termos operacionais. Os objetivos devem ser passíveis de operacionalização, uma vez que como os questionários se objetivam mais para as opiniões, interesses, desejos, pensamentos e atitudes, a sua subjetividade torna-os mais difíceis de operacionalizar.

Relativamente à População que se pretende estudar, a definição da mesma torna-se essencial para se proceder à organização de uma amostra representativa à qual se possa aplicar o questionário, quando não é possível aplicá-lo diretamente a todos os indivíduos da população. É ainda fundamental ter em consideração as características dos indivíduos

da população, dado que o conteúdo dos questionários deve organizar-se e estar redigido consoante as capacidades e interesses do grupo, tornando-se o mais compreensível possível para quem o irá ler.

Quanto aos Recursos disponíveis, os custos financeiros deverão ser ponderados, uma vez que a correta execução e aplicação do questionário dependerá da sua exequibilidade.

De acordo com Sousa (2005), ainda na construção do questionário deverão ter-se em conta os seguintes pontos de reflexão: a definição das variáveis; a ordenação das perguntas; a preparação dos itens e a escolha do modo de resposta.

O questionário revelou-se um instrumento extremamente útil neste projeto, uma vez que auxiliou a pesquisa da opinião do grupo crianças participantes no estudo inicial.

3.3.2. Diálogos de Investigação

Segundo Christensen e James (2005), as conversas informais com pares ou com grupos de crianças e com crianças juntamente com os seus pais, no ambiente social familiar de casa, possibilitam acesso ao conhecimento das crianças e a informações da vida diária, tanto na perspetiva das crianças, como na perspetiva dos adultos.

Para além dos espaços estruturais referentes à escola e à casa, o investigador deve valorizar os outros espaços intermédios, nos quais a criança desenvolve outras atividades e interações sociais que, por vezes, o espaço escola e o espaço casa não valorizam, ou até mesmo excluem. No entanto, trabalhar com as crianças nestes *domínios da infância* (Moore citado por Christensen e James, 2005) poderá levantar determinados problemas metodológicos, relacionados com o consentimento informado por parte dos pais das crianças. De qualquer forma, a recolha de dados nestes espaços “exclusivamente infantis” permitem obter conhecimento geralmente não conhecido pelos adultos.

Reconhecer pontos de referência nas informações das crianças é, também, importante para o desenrolar de um diálogo descontraído.

Os diálogos de investigação permitem explorar tópicos com pouca participação do investigador, podendo-se chegar a uma boa compreensão sobre o que realmente é importante para as crianças.

Outra grande vantagem destes diálogos reside no facto das crianças, através da conversa umas com as outras, fortalecerem o seu conhecimento e aprenderem mais sobre os vários aspetos dos seus mundos sociais. Ao compararem experiências, ao discutirem respostas emocionais e acontecimentos e ao debaterem valores, as crianças aprendem sobre o que é ser criança, sobre a variedade de infâncias existentes, como também, aprendem a respeitar e a tolerar o outro diferente.

O diálogo permite demonstrar as capacidades sociais das crianças entre si. *Uma análise dos diálogos com pares ou grupos de crianças pode demonstrar as suas capacidades cognitivas de escutar, tomar nota, responder e adicionar pontos.* (Christensen e James, 2005). O diálogo pode revelar, ainda, aspetos das relações afetivas. Como as crianças nas conversas de grupo são geralmente positivas, escutam-se entre si e, frequentemente, defendem e fazem as outras falar e ajudam com a apresentação social de outras crianças (Christensen e James, 2005).

Uma vez que os direitos das crianças são pouco reconhecidos e que as políticas sociais existentes não estão direcionadas para os interesses diretos das crianças, é necessário contrariar esta tendência. Assim, os diálogos de investigação, como meio de aquisição de dados verdadeiros e reflexivos das compreensões das próprias crianças sobre as condições sociais das infâncias, constituem-se como um engenho poderoso ao serviço de todos aqueles que lutam para que as crianças tenham uma vida satisfatória e feliz.

3.3.3. GDF – Grupos de Discussão Focalizada ou “Focus Group”

Outra técnica que se considera importante numa investigação-ação participativa com crianças, tendo por objetivo auscultar as vozes e as opiniões das crianças em interação social umas com as outras, é o Grupo de Discussão Focalizada-GDF¹.

O conceito de “Grupo de Discussão Focalizada-GDF” tem origem na área da pesquisa de mercado, nos anos 20. Começa a ser adotado pelas ciências sociais a partir dos anos 40. Com os anos 80, assiste-se a um aumento e interesse pelos diferentes campos de pesquisa

¹ Informações retiradas de uma apresentação em Powerpoint “Grupos de Discussão Focalizada” de Laura Fonseca, elaborada no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação – Educação Social e Intervenção Comunitária.

social - política e cultural, incluindo os media (estudos de audiência), sociologia, psicologia social, consultadoria e avaliação, estudos organizacionais, ambientais, de saúde e de atitudes públicas - pelos grupos de discussão focalizada. No campo da pesquisa política os GDF, ou *focus groups* têm-se caracterizado por estratégias de promover um maior envolvimento nos serviços públicos, criar formas de democracia deliberativa, debates e processos de tomada de decisão.

Em todos os contextos, os *focus groups* oferecem um método de gerar dados na base do grupo de interação e de discussão, assim como explorar diferentes perspetivas de um tópico. Um GDF é um pequeno grupo de discussão que está centrado num tópico particular sendo facilitado por um pesquisador. A característica chave do GDF é a interação qualitativa e a unidade de análise constituir-se pelo grupo e não por cada indivíduo que toma parte na discussão. Relativamente aos tipos de amostras, consideram-se dois tipos: *amostra randômica* destinada a gerar dados não individuais em discussões interativas (muito usada nas organizações); *amostra intencional*, sendo estas amostras propositadas pelo facto dos participantes terem uma relação com um tópico de pesquisa.

Será importante referir que os GDF não se podem confundir com um conjunto de entrevistas realizadas a várias pessoas ao mesmo tempo. Os GDF exploram a formação e negociação de compromissos no interior do grupo, e também, como as pessoas definem, discutem e contestam questões-chave na interação social. Mostra como os compromissos emergem no processo comunicativo. Estes compromissos, opiniões e atitudes têm a característica de serem produzidos na interação com os outros, em detrimento do que é formado discretamente a nível individual. Outro aspeto pertinente de ressaltar no GDF, é que este evidencia como as pessoas articulam e justificam as suas ideias na relação com outras. Neste sentido, surge a ideia que os grupos de discussão focalizada assumem um papel central como estratégia de gerar dados, explorando o modo de produção do conhecimento social e cultural dos significados.

A ter em conta na forma de estruturar as interações de pesquisa no âmbito do GDF, são necessários os seguintes elementos:

- um rol de questões a fixar;
- um *tópico guia* dos temas para discussão;

- um grupo de treino;
- estímulos visuais (tais como *clips* de vídeo, relatórios, fotografias);
- grupo típico envolve 6 a 10 pessoas;
- um número específico de grupos;
- uma série de sessões com as mesmas pessoas;
- haver algo (sumos, etc) para promover uma atmosfera relaxada (quebra gelo);
- tempo máximo de 2 horas para todo o processo – os participantes devem ter informação das expectativas do pesquisador.

Consoante o tipo de pesquisa adotado, quantitativa, etnografia e análise dos dados, os GDF possibilitam diferentes resultados e impactos. Na pesquisa quantitativa, os GDF, que servirá de base ao mesmo, apresenta-se como um instrumento no desenho e, complementarmente, como método de recolha de dados, encorajando as pessoas e em particular as crianças a falar com abertura, contrastar visões, procurando buscar as contribuições não individuais mas as que emergem da interação do grupo. Relativamente ao processo de análise de dados, eis as seguintes considerações:

- a ênfase na compreensão dos membros faz com que muitas vezes seja visto como beneficiando a análise dos dados;
- a ênfase na modelação e crítica dos significados, faz com que os GDF possam explorar as descobertas emergentes nos inquéritos, entrevistas e observações;
- o duplo mérito da interpretação adicional, ao buscar integrar as visões dos respondentes e o *feedback* no processo de pesquisa participatório;
- pode ser particularmente válido quando os resultados são confusos, ajudando a aprofundar inconsistências e desacordos nas respostas, ou surpreendentes, ajudando a clarificar as anomalias ou silenciamentos;
- instrumento analítico de uso fácil na pesquisa da ciência social, além de permitir refletir sobre procedimentos da pesquisa, não tendo apenas um significado interpretativo e consultivo, ao adicionar algo mais à pesquisa.

A um nível básico, os GDF são um meio prático de rapidamente gerar dados, razoável e convenientemente. A um nível intermédio, os GDF são um instrumento válido para desenhar pesquisa – ajudando a refinar os conceitos, terminologias, construir as questões; ou a análise de dados, ajudando à interpretação, reflexão e compreensão dos próprios participantes da pesquisa. A um nível mais avançado podem ser feitas reivindicações como um meio de gerar dados qualitativos. Nesta perspetiva, os GDF captam a interatividade e a natureza comunicativa da ação social e dos significados sociais, sob modos inacessíveis aos métodos de pesquisa que tomam o indivíduo como unidade básica de análise.

Dentro dos GDF é importante abordar as competências dos investigadores. O investigador age, acima de tudo, como um facilitador da interação e da discussão, procedendo à gestão do espaço e do tempo para que os diferentes membros do grupo partilhem as suas visões e conhecimentos. Outra função é a de canalizar a discussão para o principal dos temas. As preocupações práticas e éticas relacionadas com a garantia de anonimato e confidencialidade dos sujeitos que participam nos GDF, englobam-se no horizonte de contemplação de quem pesquisa. O investigador tem, também, de estar, por um lado, preparado para lidar com as vozes dominantes ou inapropriadas, e por outro, sustentar a paz da discussão e assegurar que os tópicos chave sejam cobertos sem o constrangimento ou a precipitação de falar. Neste sentido, o investigador é guia do processo e discussão, encorajador da voz nos seus próprios termos. Em relação à análise dos dados recolhidos, será importante frisar que o investigador/pesquisador terá que atender sempre à natureza interativa distinta dos dados que emergem no processo social real.

3.4. A Análise de Conteúdo como forma de análise de dados

Analisar significa estudar, interpretar, procurar conhecer determinada realidade através do exame sistemático dos seus elementos.

A Análise de conteúdo compreende, portanto, uma intenção de analisar um ou mais documentos, com o propósito de inferir o seu conteúdo imanente, profundo, oculto sob o aparente; ir além do que está expresso como comunicação direta, procurando descobrir conteúdos ocultos e mais profundos (Sousa, 2005).

Sousa (2005) refere ainda que embora geralmente se refira a análise de conteúdo como um instrumento de medida, não se trata na realidade de um instrumento mas de um conjunto de procedimentos diversos, incluindo mesmo técnicas diferentes que, pela sua sistematização, analisam documentos de diferentes modos e com diferentes objetivos.

Quando se fala em “análise de conteúdo”, estes conteúdos não são os textos ou discursos em si, são o que estes contêm de facto, o que existe na realidade dentro deles e não o que aparentam ser e conter.

A análise de conteúdo surge assim como o método mais conhecido de análise essencialmente estrutural, em que se procura, em documentos de natureza variada, através de operações de disjunção e conjunção, entender a sua organização estrutural para, a partir daí efetuar inferências que levem ao real conteúdo manifesto e não apenas ao aparente (Sousa, 2005).

Segundo Cohen e Manion (1987) *cit. In* Sousa (2005), o objetivo concreto da análise de conteúdo é a transformação de documentos qualitativos em dados quantitativos.

Já Holsti (1986) *cit. In* Sousa (2005), entende a análise de conteúdo como um método de investigação especificamente desenvolvido para investigar uma série de problemas em que o conteúdo da comunicação serve como base de inferência.

De acordo com Sousa (2005), as técnicas mais recentes de análise de conteúdo utilizam procedimentos mais cuidadosos e sofisticados, procurando essencialmente identificar categorias e unidades de análise, refletindo ambas a natureza do documento analisado em relação ao propósito da investigação.

No que respeita à análise por categorias, estas são normalmente determinadas após uma inspeção inicial do documento, cobrindo as suas principais áreas de conteúdo.

Para Bardin (1977), a categorização é uma operação de classificação dos elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos.

Assim, de acordo com Neto (1997) *cit. In* Sousa (2005), um sistema de categorias deve possuir duas características fundamentais:

i) um conjunto de duas ou mais categorias significativas para o problema em estudo – que decorrem normalmente das questões de investigação, das hipóteses, conceitos-chave ou temas importantes;

ii) um conjunto de regras ou normas para associar os fenómenos estudados às várias categorias.

Ainda segundo o mesmo autor, a atividade de categorização implica, entre outras, as seguintes tarefas:

- a decomposição do texto original em unidades de significado;
- a numeração dessas mesmas unidades;
- a classificação das unidades de significado em função do sistema de categorias estabelecido.

Neste projeto aliaram-se técnicas de investigação quantitativas e qualitativas, que harmoniosamente se combinaram com o objetivo de dar sustentabilidade. Assim, a análise de conteúdo foi extremamente útil na análise dos dados provenientes do inquérito por questionário, ao grupo da Infância e Juventude.

PARTE III – DANDO FORMA À UTOPIA: O PROJECTO “Os Dois Lados da Parede – A Expressão do Silêncio”

Capítulo 4 – Caracterização do Contexto: Aveiro e a sua Realidade

4.1. O Distrito de Aveiro

De acordo com as áreas geográficas definidas para a divisão do território nacional, o concelho de Aveiro pertence ao Baixo Vouga (NUT III) que, por sua vez, está inserido na região centro do País (NUT II). Administrativamente o concelho de Aveiro é um dos dezanove municípios que pertence ao distrito de Aveiro, confrontando-se a norte com o Concelho da Murtosa, a sul com os Concelhos de Ílhavo, Vagos e Oliveira do Bairro, a Este com os Concelhos de Albergaria-a-Velha e Águeda e a Oeste com a Costa Atlântica.

4.2. O Concelho de Aveiro

O município é o quinto concelho do distrito de Aveiro em termos de superfície com 199,9 Km² e o segundo mais populoso, com 73.335 habitantes (74.063 habitantes em 2003, Fonte: ANMP) e o sétimo a nível de densidade populacional com 366,89 hab./Km², de acordo com o Recenseamento Geral da População e Habitação em 2001 (INE)².

Aveiro situa-se na Região Centro de Portugal Continental, mais concretamente, no Litoral Atlântico, na sub-região do Baixo Vouga e é composta por 14 freguesias: Aradas, Cacia, Eirol, Eixo, Esgueira, Glória, Nariz, Nossa Senhora de Fátima, Oliveirinha, Requeixo, Santa Joana, São Bernardo, São Jacinto e Vera Cruz. O concelho de Aveiro integra uma área importante da Ria de Aveiro, que compõe os canais urbanos e faz parte da área de quatro freguesias, separando a cidade da Freguesia de São Jacinto.

4.3. A Cidade de Aveiro – uma perspetiva global

A concentração urbana crescente tem motivado estudos e a criação de um sistema de estatísticas urbanas, por parte do Instituto Nacional de Estatística, no sentido de uma melhor caracterização do espaço geográfico “cidade” e que passa pela disponibilização de

² Nos Censos de 2001 a População Residente em Portugal era de 10. 356.117, sendo 5.355.976 mulheres e 5.000.141 homens.

um conjunto de variáveis e indicadores a partir do Recenseamento Geral da População e Habitação.

Segundo a Tipologia das Áreas Urbanas, aprovada pelo Conselho Superior de Estatística (DR II, de 11/9/1998) designam-se de áreas “predominantemente urbanas” (APU) todas as freguesias do concelho, à exceção de Eirol, Nariz, Nossa Senhora de Fátima e Requeixo que são classificadas como áreas “medianamente urbanas” (AMU), sendo apenas São Jacinto uma área predominantemente rural. De acordo com esta classificação, 91,1% da área do concelho é caracterizada como urbana.

No entanto, por parecer tratar-se de uma análise mais expressiva da diversidade da realidade local, a classificação apresentada pelo Observatório Permanente de Desenvolvimento Social (O.P.D.S.), define as freguesias da Vera Cruz e Glória como zonas urbanas; Aradas, Esgueira, Cacia e Oliveirinha como zonas peri-urbanas com características predominantemente urbanas; Santa Joana, Eixo, São Bernardo e São Jacinto como peri-urbanas com características predominantemente rurais, e; Nariz, Nossa Senhora de Fátima, Requeixo e Eirol como territórios rurais, tendo em linha de conta, nestes últimos dois casos, o peso da população do sector primário no total da população ativa e a tipologia de equipamentos existentes (Universidade de Aveiro, 2001, p.13).

De acordo com os Censos 2001, abordado no diagnóstico social de Aveiro, existem no concelho de Aveiro 26 040 famílias clássicas. Relativamente à sua dimensão distinguem-se, no concelho, 7 169 famílias constituídas por 2 pessoas, seguindo-se as famílias com 3 pessoas que, sendo 6 714 têm um significado de 25%, as famílias com 4 pessoas, com 5 184 elementos com uma pessoa (17%) e, por fim, com 5 pessoas (9%). É de salientar também que há uma tendência para a diminuição da dimensão das famílias clássicas no período intercensitário, uma vez que diminui a preponderância das famílias mais numerosas.

É nas freguesias de Esgueira, Glória e Vera Cruz que apresentam o maior número de famílias clássicas, com representatividades de 17% (4349), 15% (3864) e 14% (3693), respetivamente, e, por outro lado, em Eirol e S. Jacinto revelam os menores significados, com cerca de 1% cada uma (292 e 329 famílias, respetivamente).

A dimensão das famílias no concelho tende a não ser elevada, uma vez que a maioria dos agregados não apresenta mais que 3 elementos na sua constituição, sendo que Glória e

Vera Cruz, que constituem contextos urbanos, veem particularmente acentuada esta tendência. Pelo contrário, a freguesia de São Jacinto, contexto peri-urbano com características rurais, destaca-se pela tendente maior dimensão dos agregados, da mesma forma que, menos acentuadamente, Santa Joana, Cacia e Requeixo.

No que diz respeito à análise dos nascimentos, verifica-se que no quinquénio 1996-2000 o território concelhio apresenta a mais baixa taxa de mortalidade infantil, com 3,6%, seguindo-se a Região Centro com 4,8%. Relativamente a 2001, é possível referir que a Região Centro apresenta a mais baixa taxa.

Um outro índice de análise a referir a nível do concelho de Aveiro, é a nível do desenvolvimento humano (cruza interrelacionadamente a esperança de vida à nascença - nível de longevidade, a taxa de alfabetização - nível de educação, água, eletricidade e instalações sanitárias - nível de conforto, e produto interno bruto - nível de vida), que de acordo com os dados existentes, apresenta a escala do distrito como o detentor do maior índice de desenvolvimento humano, na medida em que é o concelho que mais se aproxima à unidade. Este dado é de suma importância, uma vez que constitui uma leitura de síntese do território em análise, mas também permite, e num quadro de intervenção futura, ponderar a importância concelhia do nível de qualificação, da coesão social, promover o desenvolvimento sustentável das regiões, a qualidade de vida urbana e o desenvolvimento rural e garantir a melhoria sustentada da proteção social³

Ao nível da infância e juventude, sendo Aveiro um distrito que apresenta também uma proporção de jovens superior à média nacional, e também devido à influência da Universidade, têm sido implementadas medidas políticas de inclusão e participação das crianças e jovens na emergência de dinâmicas de intervenção em prol da coesão social e da participação efetiva na co-contrução na comunidade local.

Foram assim surgindo iniciativas e projetos que visam o desenvolvimento sustentável da população, bem como a concretização de uma cidadania co-participada, nomeadamente, fazendo-se cumprir os direitos das crianças, criando oportunidades e estruturas de escuta e participação das mesmas. Surge, por isso, a necessidade de implementação efetiva de uma das iniciativas da Unicef em que a cidade de Aveiro foi pioneira, a “Cidade Amiga das Crianças”.

³ Segundo as diretivas do *Plano de Desenvolvimento Económico e Social* (P.N.D.E.S.) 2000-2006.

Capítulo 5 - A “Cidade Amiga das Crianças” como impulsionador para uma Cidadania Ativa

5.1. A “Cidade Amiga das Crianças”

Uma cidade amiga das crianças é claramente uma cidade que se preocupa com a infância e com o cumprimento dos seus direitos, assim como as necessidades, opiniões e as prioridades das crianças. Pretende ser, portanto, uma cidade virada para a inclusão que abrange todas as gerações, incluindo a infância.

O conceito de “Cidade Amiga das Crianças” foi criado há 11 anos pela UNICEF e actualmente, de acordo com alguns estudos, existem 867 cidades amigas das crianças espalhadas por todo o mundo (EDUCARE, 2007). São projectos que chamam todas as crianças e jovens a participar em iniciativas ou tomadas de decisões sobre os assuntos que lhe dizem respeito, assim como garante os serviços básicos a que todos os cidadãos e cidadãs têm direito (educação, cuidados de saúde, habitação, água potável, saneamento adequado, ser protegido da exploração, violência e abuso, passear seguro nas ruas onde vive, ter espaços verdes e de lazer, ambientes não contaminados). De igual modo, é um projecto que procura construir espaços onde todas as crianças possam viver como cidadãos livres e iguais com acesso a todos os serviços, participando em eventos sociais e culturais, sem qualquer tipo de discriminação, independentemente da sua idade, género, etnia, origem cultural, religião ou deficiência.

O projeto “Cidades Amigas das Crianças” é antes de mais uma iniciativa de colaboração entre governos, municípios, comunidades e crianças, que com esforço e empenho trabalham sempre em rede. É um movimento global de cidades, de alguns países, empenhados em desenvolver planos de acção para as crianças ao nível local, no quadro da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças. Este movimento envolve países de rendimento baixo, médio e elevado. O Secretariado Internacional das Cidades Amigas das Crianças tem sede em Florença, onde determinados dados são recolhidos e processados de forma a que, posteriormente, seja possível fornecer informação e prestar apoio aos “construtores” das Cidades Amigas das Crianças.

A construção de uma cidade amiga das crianças implica todo um conjunto de aspectos que de seguida serão descritos (INIA, 2007):

- A participação das crianças, procurando envolve-las nas tomadas de decisões e ouvir as suas opiniões (todas as crianças gostam que lhes seja pedida a opinião e gostam de participar mesmo quando os assuntos não fazem parte do seu quotidiano);
- A existência de um quadro legal amigo das crianças, que salvaguarde os Direitos das crianças;
- Uma estrutura que garanta que a opinião das crianças será encarada como sendo prioritária;
- Um instrumento que periodicamente seja capaz de identificar e avaliar os impactos que as leis, as políticas e as acções têm nas crianças antes, durante e após a sua implementação;
- Um relatório sistemático sobre o estado em que as crianças da cidade se encontram, tendo em conta o cumprimento dos seus direitos;
- Sensibilizar a população em geral (adultos e crianças) para a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças.

5.2. A subscrição do programa “Cidade Amiga das Crianças” em Portugal

No caso de Portugal, tal como tem acontecido na maioria dos países, verifica-se a existência de um espaço cada vez mais urbanizado, poluído, escasso de espaços verdes e de lazer, que acabam por prejudicar a qualidade de vida e o desenvolvimento de todas as crianças. No entanto, segundo dados de 2007, Portugal, é também um dos países que optou por aderir à ideia da “Cidade Amiga das Crianças”, sendo actualmente treze os municípios (Amadora, Aveiro, Cascais, Guarda, Matosinhos, Palmela, Ponte de Lima, Portimão, Póvoa de Varzim, Trancoso, Vila do Conde, Vila Franca de Xira e Viseu) que se encontram envolvidos no referido projecto e que cada vez mais se mostram disponíveis e capazes de ouvir as crianças e os jovens antes de colocar em prática políticas que lhes digam respeito (EDUCARE, 2007).

A UNICEF revela que, até 2025, 60% das crianças dos países em desenvolvimento estarão a residir em contextos urbanizados, em que metade dos quais se encontrarão em situação de pobreza, pelo que surge a urgente necessidade de criar espaços para que as crianças sejam ouvidas e possam expressar a sua opinião, onde a diferença não exista e as suas

idéias sejam verdadeiramente levadas a sério. Para isso é necessário que os adultos tenham um espírito aberto e inovador, capaz de valorizar as vozes das crianças.

Neste sentido, considera-se que as sociedades precisam urgentemente de cidadãos competentes que se preocupem com as problemáticas sociais do contexto onde se encontram inseridos e que procurem criar uma pedagogia nova para as cidades, com o objectivo de melhorar a qualidade de vida de todos, incluindo crianças e jovens (Peres e Lopes, 2006, p.73).

Com base no 2º relatório periódico de Portugal (CRC/C/65/Add.11), o Comité sobre os Direitos da Criança (28.º sessão) apontou algumas observações e recomendações relativas à aplicação da Convenção dos Direitos da Criança.

Este Comité encontra em Portugal alguns motivos de preocupação relativos à ausência de uma estratégia nacional abrangente de implementação da Convenção dos Direitos das Crianças. Com vista à melhoria da execução das estratégias e medidas necessárias, aponta algumas sugestões e recomendações.

Importa assim referir as principais sugestões deste Comité no que respeita à garantia do exercício de Direitos dos grupos de crianças e jovens em situação de exclusão social.

Assim sendo, enumeram-se de seguida estas principais recomendações:

- O Comité desafia Portugal a considerar formas através das quais todas as crianças possam ver garantido o respeito pelos seus direitos, incluindo crianças de meios carenciados e de comunidades isoladas, em particular nos sectores da saúde, educação e outros serviços de segurança social;
- O Comité recomenda que Portugal prossiga e aumente os seus esforços para assegurar o igual respeito para todas as crianças do direito à não discriminação, dando particular atenção a crianças e famílias que vivem na pobreza, incluindo, de modo particular, as crianças ciganas que vivem em áreas menos desenvolvidas
- Adote legislação que proíba os castigos corporais na família e noutros contextos não cobertos pela legislação existente;
- Promova formas positivas, participativas e não violentas de disciplina enquanto alternativa aos castigos corporais;

- Desenvolva sistemas obrigatórios de relatórios para detecção da prática dos castigos corporais na família;
- O Comité recomenda que Portugal empreenda todos os esforços até ao limite máximo dos recursos disponíveis, para apoiar as famílias na criação dos filhos e responsabilidades para assegurar a proteção dos direitos de todas as crianças no contexto do ambiente familiar;
- Reforce a vigilância e recolha de dados de abuso e negligência relativos a crianças;
- Faça com que seja obrigatório que os relatórios de casos de abuso, sejam encaminhados para um órgão adequado e assegure a disponibilização de apropriada formação e adequada proteção para os profissionais responsáveis pelos relatórios;
- Assegure a disponibilização de apoio reabilitador para as crianças vítimas de abuso;
- Desenvolva políticas de desinstitucionalização e continue com os seus esforços para reduzir a institucionalização de crianças;
- Reforce a sua avaliação da colocação de crianças em meio alternativo, a ser feita regular e frequentemente e tomando em consideração os pontos de vista o interesse superior da criança;
- Garanta a igualdade de acesso de todas as crianças ao mais alto nível de saúde em todas as zonas do país;

Este Comité exorta ainda Portugal a:

- i) Tomar medidas para implementar de modo mais eficaz a legislação e as políticas existentes;
- ii) Continuar a assegurar a participação de pessoas das minorias, incluindo crianças, na implementação dessas políticas.

(In Relatório da 28ª sessão do Comité, 2001)

Capítulo 6 – O Projeto “Os dois lados da parede” numa visão global sobre Direitos das Crianças

O Título deste Projeto surgiu da interação com os atores sociais participantes - os cinco jovens da Casa Alberto Souto - e aparece como o nome certo que descreve os seus percursos e ilustra o início da mudança das suas narrativas...Estes Jovens com quem tivemos o privilégio de co-construir este projeto, percecionam as suas vidas sob o ponto de vista de uma caminhada longa por caminhos escuros e cuja direção aparentemente sem saída lhes possibilitou um reinício, o reencontro consigo próprios, com a sua consciência e a redefinição das suas trajetórias. O “outro lado do muro” onde tudo se torna mais colorido e onde aos poucos o nublado vai dando lugar à nitidez e, onde o escuro vai sendo substituído pelo claro e, onde as suas próprias trajetórias vão assumindo outros significados e, onde iniciam o seu processo de descoberta e auto-conhecimento e, onde no final tudo se tornará claro e eles próprios se sentirão donos do seu próprio destino, capazes de encararem o mundo sob uma nova perspetiva, longe da (in)visibilidade, ocupando um novo lugar social e capazes de se fazerem ouvir e de fazerem ecoar a sua nova narrativa.

6.1. De Inquietações a Realidades

Este projeto de investigação teve início numa ação conjunta com mais três investigadoras, aquando da leitura e apropriação dos conhecimentos transmitidos pelo estudo comparativo entre a Cataluña (Espanha) e Molise (Itália), intitulado “Três miradas a los derechos de la infancia”, realizado por doze investigadores no ano de 2005, tendo como principal objetivo *“entender distintos derechos en situaciones cotidianas por parte de los propios niños y niñas, como de las situaciones cotidianas que se dan en distintos contextos en los que es posible la educación y la promoción de los derechos humanos a partir de la infancia y con los propios niños y niñas como sujetos activos, prestando particular atención a los entornos familiar y escolar, y la construcción de una ciudadanía informada, consciente de sus deberes y derechos.”* (Casas; Saporiti et al. 2005:19; “Três miradas a los derechos de la infancia”).

Ao tomarmos conhecimento deste estudo, identificamo-nos imediatamente. O nosso principal objetivo era compreender como as crianças entendem os seus direitos e se os mesmos são reconhecidos nos seus quotidianos, promovendo ao mesmo tempo um pensamento organizado sobre as questões dos direitos e a participação com a sua opinião sobre assuntos que lhes dizem respeito.

Assim, com base no estudo mencionado construímos um questionário com 15 dilemas e 6 questões sobre os direitos, perfazendo um total de 21 questões. Com a colaboração do Agrupamento de Escolas de Aveiro, contámos com a participação de 318 crianças com idades compreendidas entre os 9 e os 14 anos, dos 4º, 5º e 6º anos de escolaridade.

O questionário incidia sobre o conhecimento específico de alguns direitos manifestamente exercidos na infância, como: direito à educação; direito à participação; direito à opinião; direito à privacidade; direito à proteção; direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; direito à não discriminação.

Relativamente aos 15 dilemas expostos ao grupo de crianças, o quadro 1 (abaixo) auxilia a compreensão da relação estabelecida entre os dilemas e os Direitos a que eles reportam:

Dilema	Referência a Direitos
9;11;12	Direito à Educação
1;10	Direito à Participação
4;6;15	Direito à Opinião
3	Direito à Privacidade
5;8	Direito à Protecção
2	Direito à Liberdade de Pensamento, Consciência e Religião
7;13;14	Direito à Não Discriminação

Quadro 1: Relação entre os Dilemas apresentados e os Direitos da Infância

Assim, verificámos que relativamente ao *Direito à Educação*, as respostas dadas aos dilemas 9; 11 e 12 (ver Anexo I - Questionário), revelam, na sua maioria, que a

necessidade de Educação/Aprendizagem ainda não é encarada pelas crianças como um direito, mas sim como uma condição da infância.

De acordo com o grupo de crianças, estas entendem que a infância pressupõe o direito à educação, numa perspetiva de obrigação do cumprimento efetivo dos Direitos da Infância.

Ainda o mesmo grupo de crianças, no que respeita ao *Direito à Participação*, analisado a partir dos dilemas 1 e 10 (ver Anexo I - Questionário), parece entender o conceito de participação numa perspetiva de solidariedade, revelando uma visão de participação como a ação para ajudar ou incluir o outro. A ideia central das suas opiniões reflete a visão de participação numa perspetiva de inclusão social.

O *Direito à Opinião*, estudado a partir dos dilemas 4; 6 e 15 (ver Anexo I - Questionário), parece ser aquele que melhor é entendido por este grupo de crianças. Entendem que dar a sua opinião em assuntos relacionados consigo próprios, é um direito que têm e que devem exercer. As crianças deste grupo entendem que devem dar a sua opinião nos assuntos que as envolvem, uma vez que se não se expressarem sobre as suas preferências, poderão ser incluídas em grupos e atividades que não gostem.

Mas, ainda no mesmo grupo de crianças, algumas entendem que não devem dar opinião, uma vez que os Pais têm autoridade sobre elas para tomarem as decisões necessárias para a sua vida.

Da análise das respostas ao dilema 3 (ver Anexo I - Questionário), referente ao *Direito à Privacidade*, as crianças deste grupo mostraram-se ainda muito recetivas à partilha das suas questões pessoais com os seus Pais, reforçando a ideia de que a relação Pais-Filhos deve ser baseada na confiança mútua.

Relativamente ao *Direito à Proteção*, investigado a partir dos dilemas 5 e 8 (ver Anexo I - Questionário), a maioria das crianças respondeu de acordo com a sua perspetiva pessoal sobre o assunto em causa. No entanto, grande parte delas entende ser fundamental o Bem-Estar da Criança e da Família, conforme a conceção clássica do modelo de família. A sua visão relativa à proteção da infância é concebida a partir da família nuclear e nela se realiza e concretiza este direito.

Ao serem colocados perante o dilema 2 (ver Anexo I - Questionário) que analisa o *Direito à Liberdade de Pensamento, Consciência e Religião*, este grupo de crianças entende que todos temos direito às nossas escolhas e que estas devem ser garantidas e

respeitadas. No entanto, colocam em primeiro plano as suas próprias escolhas em detrimento das escolhas do outro.

No que respeita ao *Direito à Não Discriminação*, investigado através dos dilemas 7; 13 e 14 (ver Anexo I - Questionário), as respostas das crianças revelaram que a sua opinião geral é que todos devemos ter os mesmos direitos e as mesmas oportunidades.

A segunda parte do questionário é composta por 6 questões de resposta direta sobre Direitos.

Iniciando a análise dos dados pela questão 21 que incide sobre o espaço onde os Direitos da Infância são mais respeitados, concluímos que é na família e na escola que as crianças sentem que os seus Direitos são mais respeitados em detrimento do seu bairro/freguesia ou nos tribunais/contextos judiciais. A família e a escola são, de facto, a referência mais presente no quotidiano das crianças, o que se reflecte na escolha das suas respostas.

Perante a questão 17 que pretende recolher informação sobre quem tem Direitos, as respostas das crianças apontam para as pessoas no geral ou todos têm Direitos.

Na questão 18, a qual pretende recolher informação acerca do conhecimento que o grupo tem relativamente a se as crianças têm Direitos, as respostas foram afirmativas, no entanto, ainda há crianças que ignoram se de facto têm direitos e outras que referem que apenas algumas, excluindo o grupo das crianças mais pequenas.

Na questão 19, que solicita às crianças que refiram quais são os seus Direitos, verificaram-se dois tipos de respostas, as que reportam para direitos como provimento das necessidades básicas das crianças e, as que relacionam direitos com a forma de poderem exprimir os seus gostos e preferências pessoais

No entanto, esta questão foi aquela em que se verificou maior abstenção de respostas, o que poderá ser um indicador de que o grupo de crianças inquirido ainda não se encontra totalmente informado sobre os seus direitos. Os direitos verdadeiramente reconhecidos por este grupo de crianças são: o Direito à educação, o Direito à liberdade de expressão e o Direito à opinião da criança.

Da análise geral realizada das questões sobre os Direitos da Infância, pudemos concluir que este grupo de crianças tem conhecimento que existem direitos (questão 16) mas ainda

não consegue definir objetivamente a sua determinação, onde algumas crianças confundem os seus direitos com os seus deveres ou com liberdade de ação sem responsabilidades, ou com uma recompensa por alguma ação benéfica e até como uma oportunidade para mandar.

De um modo geral, podemos concluir que algumas crianças da cidade de Aveiro já escutaram a palavra Direitos e têm conhecimento de alguns Direitos porém, existem outras, para quem o termo Direito ainda aparece como algo abstrato ou simplesmente algo que têm conhecimento existir mas que não sabem exatamente do que se trata ou quais são.

Focando a nossa análise em quatro dos sete Direitos da Infância analisados ao longo deste estudo, nomeadamente, Direito à Participação; Direito à Proteção; Direito à Opinião e Direito à Não Discriminação, pôde-se perceber que a ideia geral das crianças inquiridas apresenta-se como uma base fundamental para se poder analisar e compreender outras realidades pautadas por ausência ou retirada de alguns destes Direitos. Existem crianças e jovens que estão privados de estar com as suas famílias biológicas, conforme sugerem enquanto Direito, algumas das crianças inquiridas.

Algumas crianças e jovens, residentes no concelho de Aveiro, em regime de institucionalização e/ou de contenção, estão privadas deste direito à proteção familiar, estando, na maioria das vezes, vedadas ao exercício do seu Direito à Participação, que é tão valorizado pelas crianças participantes deste estudo. Assim sendo, o Direito a darem a sua opinião e a expressarem as suas ideias acaba também por ser comprometido, uma vez que as oportunidades para o exercer se tornam escassas. Sendo este também um Direito muito valorizado pelo grupo inquirido.

Praticamente impedidos de exercerem direitos fundamentais à cidadania da infância, estes jovens retidos e contidos em instituições, vêem ainda comprometido o seu Direito à Não Discriminação que, na ideia das crianças inquiridas se apresenta claro: *“todos têm direito a duas oportunidades”*; *“somos todos iguais”*; *“Porque nós temos os mesmos direitos”*.

Foi então a partir da análise destes resultados que surgiu a verdadeira problemática deste trabalho e dos trabalhos das outras três investigadoras participantes.

6.2. Problemática

Aveiro, com uma situação privilegiada, quanto à sua localização, uma taxa elevada de atividade, tanto nos homens como nas mulheres e uma taxa de desemprego reduzida, tem vindo a assistir a um crescimento populacional. No entanto, começa a existir um problema que é global, e que não está a ser indiferente neste concelho, que são os problemas sociais das crianças e jovens em risco que estão a tornar-se uma realidade e um fenómeno em crescimento. (Censos, 2001 *in* Diagnóstico Social do Concelho de Aveiro, s/d)

Por se entender fundamental dar visibilidade às crianças e jovens em situação de exclusão social, a pesquisa será feita num Lar de Infância e Juventude que faz o acolhimento institucional prolongado, em regime de contenção, de 14 jovens com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos de idade.

Assim, pretende-se com este projeto realizar um trabalho conjunto com o grupo de jovens com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos de idade e que se encontram *institucionalizados e em regime de contenção* no Lar Especializado de Infância e Juventude - Casa Alberto Souto.

Neste sentido, surgem questões de fundo que colocam em causa a visibilidade daqueles que, num ou noutro momento, viram as suas “infâncias” interrompidas e tiveram que ser retirados às suas famílias biológicas e colocados em regime de contenção numa instituição para crianças e jovens. Longe de casa e daqueles que, apesar das suas vivências ou das experiências de que são autores e atores, são as suas famílias e pessoas de referência, as crianças vêm-se a “braços” com uma situação de rutura. Estarão estas crianças a exercer todos os Direitos a que têm direito? Serão elas ouvidas e tidas em conta quando delas se fala e para elas se planeiam vidas? Serão estas crianças co-autoras das suas próprias vidas? Ou meras espectadoras de um palco onde as cenas são os vários capítulos das suas vidas, planeados e desenhados por todos aqueles que julgam saber o que é melhor para si?

Como podem então os Países em geral e as suas cidades em particular garantir às crianças o direito de exprimirem livremente a sua opinião sobre as questões que as envolvem e de participarem nas decisões públicas tendo a certeza de que as suas ideias e

opiniões são realmente escutadas e tidas em consideração, independentemente do lugar social que ocupam?

6.3. Objetivos

Considerando a justificação do propósito deste trabalho, assumem-se como principais objetivos:

- Analisar as opiniões dos jovens em contexto de institucionalização e em regime de contenção sobre o conhecimento que têm sobre Direitos;
- criar oportunidades de escuta promotoras de uma cultura de respeito pelos direitos das crianças e jovens, para o local onde estão inseridos;
- Potenciar práticas de respeito pela universalidade dos Direitos da Infância, nomeadamente, daqueles que se encontram em situação de institucionalização;
- Promover a inclusão e integração social das crianças e jovens em situação de institucionalização.

6.4. Lar Especializado de Infância e Juventude – Casa Alberto Souto: Evolução e História

O Lar Especializado de Infância e Juventude - Casa Alberto Souto tem uma longa história que remonta ao ano de 1870, tendo então a designação de “Asilo José Estêvão”, destinando-se a acolher jovens abandonados, de ambos os sexos, dos 7 aos 12 anos.

Em 1960, por decisão da Junta Distrital, o “Asilo Escola” passa a designar-se “Internato Distrital de Aveiro”. Nessa data, foi transferido para Edifício construído para o efeito, situado na Quinta do Forte – Bonsucesso, propriedade de Dr. Alberto Souto e inaugurado a 12 de Novembro de 1972, passando a acolher cerca de 100 jovens entre os 5 e os 25 anos de idade.

A designação foi alterada em 1985 para “Colégio Distrital Dr. Alberto Souto”, mantendo o seu carácter assistencial para, em 1991, integrar o património do Instituto de Reinserção Social. A portaria nº 689/95 de 30 de Junho fixa a denominação e âmbito dos Colégios de Acolhimento, Educação e Formação com a competência para executar “todas

as medidas tutelares que devam ser cumpridas ou executadas em instituição e para o desenvolvimento de todas as ações previstas no Decreto-Lei nº 314/78 de 27 de Outubro”.

Em 2001, passa a designar-se Centro Educativo Alberto Souto, por força da entrada em vigor da Lei Tutelar Educativa (Lei nº 166/99 de 14 de Setembro) e a ter como finalidade, o internamento de jovens com prática de facto qualificado pela lei como crime, com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos.

Em Fevereiro de 2008, o equipamento é transferido da Direcção-Geral de Reinserção Social para o Instituto da Segurança Social, I.P. (Portaria nº 101/2008 de 1 de Fevereiro, dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública, da Justiça e do Trabalho e da Solidariedade Social) e passa a Lar Especializado de Infância e Juventude adotando a designação de Casa Alberto Souto.

Assim, o Lar Especializado de Infância e Juventude - Casa Alberto Souto – passou a ser um estabelecimento integrado do ISS-IP e encontra-se na dependência do Centro Distrital de Aveiro. À mesma compete acolher jovens do sexo masculino, entre os 12 e os 18 anos, no âmbito da lei de Promoção e Proteção (Lei nº147/89 de 1 de Setembro, na modalidade de acolhimento institucional prolongado – art. 50º, nº 4 da LPCJP).

Tem como missão dotar cada jovem com competências pessoais, emocionais, sociais e de aprendizagem que lhes permita um crescimento harmonioso e possibilite a sua inserção na sociedade como cidadão autónomo e responsável.

6.4.1. Desconstruindo Barreiras: Os Atores Sociais Participantes

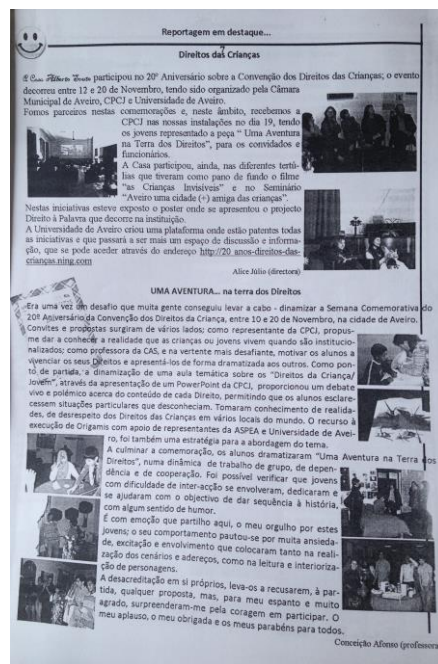
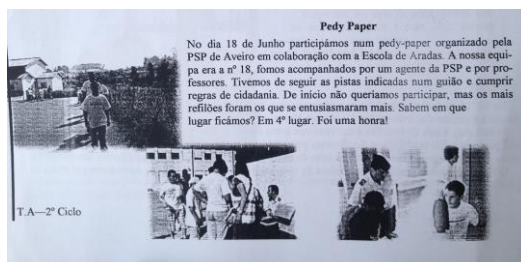
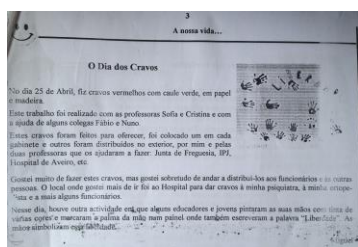
Este projeto desenvolve-se com base na iniciativa da “Cidade Amiga das Crianças” e tem o propósito de dar voz ao grupo de jovens institucionalizados no Lar Especializado de Infância e Juventude - Casa Alberto Souto, nomeadamente, catorze jovens com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos de idade e que se encontram *institucionalizados em regime de contenção*, estando, por isso, contidos no espaço da casa, onde convivem unicamente com os pares que lá se encontram em igual situação de vida e com os técnicos que lá trabalham. É no Lar que frequentam a escola e estão inseridos em cursos PIEF (programa integrado de educação e formação, destinado a jovens em situação de exclusão social e em elevado risco de abandono escolar) a fim de concluírem o 3º ciclo do ensino básico. Ainda no Lar desenvolvem atividades de âmbito lúdico-pedagógico que lhes

permitem desenvolver competências e interesses individuais e, permitem a participação em atividades fora da casa.

Com vista à integração e participação destes jovens, tem-se vindo a procurar a efetiva inclusão destes jovens nas atividades e iniciativas dinamizadas no âmbito da “cidade amiga das crianças”.

Desde o ano de 2009 que se tem vindo a concertar esforços no sentido de incluir e integrar estes jovens nas várias iniciativas promotoras de cidadania ativa.

No ano de 2009, através da ASPEA (Associação Portuguesa de Educação Ambiental), os jovens da Casa Alberto Souto foram integrados em várias atividades e iniciativas de participação social. Realizaram a comemoração do dia internacional da mulher; comemoraram o dia da água, o 25 de abril; foram integrados em instituições externas para realização de estágios de transição para a vida ativa; realizaram atividades desportivas em parceria com o Agrupamento de Escolas de Aradas; realizaram um pedy paper dinamizado pela PSP e, em Novembro, participaram pela primeira vez na comemoração do 20º aniversário da convenção dos direitos da criança.



20º Aniversário da Convenção Sobre os Direitos da Criança

8 e 18 de Novembro | 18h00

Início das filmagens do Microfilme "Direitos para Todos - Grandes Ideias de Gente Pequena"

Guião: Tiago João
Equipa de Reportagem de Elite
Produção: Oficinas Sem Mestre
Edição e Realização: Departamento de Comunicação e Arte da UA (DECA)
Estreia - 20 de Novembro

10 a 20 de Novembro

Aula temática "Direitos da criança/jovem I Oficina de Origami" nas escolas do Concelho
Departamento de Ciências da Educação da UA
CIVITAS | CPJ | Aveiro

10 de Novembro | 18h00

Conferência "Os direitos da criança como direitos humanos: o papel da comunidade na sua concretização" | Armando Leandro - Conselho Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco

Apresentação do filme "As Crianças Invisíveis" | João Pedrosa - Universidade de Aveiro
18h00 | Auditório da Livraria dos Serviços de Acção Social da UA

12 a 18 de Novembro

Ciclo de Tertúlias (Filme "As Crianças Invisíveis")

12 de Novembro

Visas pessoais das crianças: trajectórias e (des)encontros
António Cardoso Ferreira | Maria José Cardoso Ferreira | GAF - Grupo Amador em Festa
21h00 | Livraria Oficina do Livro - Gilchrist

14 de Novembro

A autonomização das crianças enquanto sujeitos de direitos
Júlio Pires da Rosa - Supremo Tribunal de Justiça
18h00 | Livraria Bertrand - Fórum Aveiro

16 de Novembro

Infâncias vividas entre as margens e os muros
Natalia Fernandes - Instituto de Estudos da Criança | Universidade do Minho
18h00 | Teatro Aveirense - Café Bar

18 de Novembro

Mundos sociais e competências das crianças
Marueta Ferreira - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação | Universidade do Porto
18h00 | Auditório do Mercado Negro

11 a 20 de Novembro | Todo o dia

"Aveiro sob o olhar das crianças"
Exposição de fotografias
Florinhas do Vouga

Avaliar Branco "Cidade Amiga das Crianças"
Dirigido às crianças para construção de uma escultura colectiva
17, 18 e 19 de Novembro | Praça da República
10h00 - 12h00 | 14h00 - 18h00
Ariequim - Teatro para a Infância | Departamento de Ciências da Educação da UA

14 de Novembro

A Hora do Conto "Pelos Olhos de Criança"
Dirigida às crianças
17h00 | Livraria Bertrand - Fórum Aveiro
ORBS

16 a 20 de Novembro | Todo o dia

Semana temática no Pré-escolar
Elaboração de um perfil dirigido aos pais e à comunidade
Dramatização "Néliga e o direito à diferença"
Exposição dos "novos" direitos das crianças
Criação de fantoches
Centro Social e Paroquial da Vera Cruz

"Guia Básico dos Direitos da Criança" - ATL
Elaboração e distribuição pelas crianças
Exposição dos trabalhos sobre os direitos da criança
Centro Social e Paroquial da Vera Cruz

18 e 19 de Novembro

"My Story - Democracia à altura das crianças"
Corta-metragem, Angola, 2009
Exibição do filme e debate do projecto com a participação da realizadora Mía Degner
14h00-18h00 | Escola Básica do 1º Ciclo da Glória
10h00-12h00 | E. B. do 1º Ciclo de S. Bernardo
14h00-18h00 | E. B. 2, 3 João Moniz
18h00-17h30 | Centro Paroquial de S. Bernardo
Oficinas Sem Mestre | Fundação Padre Félix

19 de Novembro

Visita pela CPJ à Casa Alberto Souto
Dramatização pelos alunos "Uma aventura na terra dos direitos"
18h00 | Casa Alberto Souto

20 de Novembro

Berndt "Os Direitos da Criança - Por uma Cidade (+) Amiga das Crianças"
09h15 - 17h45 | Com programa próprio
Auditório do Departamento de Medicina da UA

"Plataforma WEB SOCIAL de divulgação das actividades do 20º Aniversário da Convenção Sobre os Direitos da Criança - retrato do processo e resultados obtidos"
Estreia do Microfilme "Direitos para Todos - Grandes Ideias de Gente Pequena"

Blog "Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Aveiro" | Todo o dia

Poster do projecto "Direito à Palavra"
19h00 | Centro de Saúde de Aveiro
Todo o dia | Auditório do Departamento de Medicina da UA

Inauguração da escultura construída pelas crianças
18h15m | Praça da República
Ariequim - Teatro para a Infância

Inauguração do Programa Ler + dá Saúde
Sessão de leitura de um conto
19h00 | Centro de Saúde de Aveiro
ACES Baixo Vouga II, Unidade de Saúde Pública
Centro de Saúde de Aveiro | Biblioteca Municipal

"O Riso é Magia"
Sessões de Rictenspiels para crianças dos 8 aos 15 anos do Centro Paroquial de S. Bernardo
10h00 e 11h00 - 15h00 e 18h00 | Instituto Português da Juventude

Largada de balões
18h00 | ATL do C.S.C.D.A. 513
CSCDA 513

Elaboração e distribuição de postais e pela
Creche Eng. António Pascoal
CSCDA 513

Reportagem "Pela Voz de Criança"
18h30 | Casa de Aveiro
ORBS

"Heart, Keep Beating"
Filme documental, Roménia 2009
Exibição e debate do filme com a participação da realizadora Mía Degner
Oficinas Sem Mestre | Grupo de Aveiro da Amnistia Internacional / Portugal
22h00 | Sala Vermelha do Mercado Negro

Organização :
Câmara Municipal de Aveiro
Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
Universidade de Aveiro

Perceções:
ACES Baixo Vouga II, Unit. de Saúde Pública
Centro Saúde Aveiro
Agrupamentos de Escolas de Aveiro
Ariequim - Teatro para a Infância
ASPEA
Casa Alberto Souto
Centro Paroquial de S. Bernardo
Centro Social e Paroquial da Vera Cruz
CIVITAS
CSCDA 513
Florinhas do Vouga
Fundação Padre Félix
Grupo Aveiro - Amnistia Internacional
Livraria Oficina do Livro
IPJ de Aveiro
Oficinas Sem Mestre
ORBS
Mercado Negro
Teatro Aveirense

Princípio 1: Toda a criança será beneficiada por cuidados especiais, para que seus filhos possam nascer.

Princípio 2: Nenhuma criança será discriminada por motivo de religião, parentesco social ou status.

Princípio 3: Toda e qualquer criança do mundo deve ter seus direitos respeitados!

Princípio 4: Crianças com deficiência física ou mental devem receber educação e cuidados especiais, pois elas merecem respeito.

Princípio 5: Crianças com deficiência física ou mental devem receber educação e cuidados especiais, pois elas merecem respeito.

Princípio 6: Crianças com deficiência física ou mental devem receber educação e cuidados especiais, pois elas merecem respeito.

Princípio 7: Crianças com deficiência física ou mental devem receber educação e cuidados especiais, pois elas merecem respeito.

Princípio 8: Crianças com deficiência física ou mental devem receber educação e cuidados especiais, pois elas merecem respeito.

Princípio 9: Crianças com deficiência física ou mental devem receber educação e cuidados especiais, pois elas merecem respeito.

Princípio 10: Crianças com deficiência física ou mental devem receber educação e cuidados especiais, pois elas merecem respeito.

Princípio 11: Crianças com deficiência física ou mental devem receber educação e cuidados especiais, pois elas merecem respeito.

Princípio 12: Crianças com deficiência física ou mental devem receber educação e cuidados especiais, pois elas merecem respeito.

Princípio 13: Crianças com deficiência física ou mental devem receber educação e cuidados especiais, pois elas merecem respeito.

Princípio 14: Crianças com deficiência física ou mental devem receber educação e cuidados especiais, pois elas merecem respeito.

Princípio 15: Crianças com deficiência física ou mental devem receber educação e cuidados especiais, pois elas merecem respeito.

Princípio 16: Crianças com deficiência física ou mental devem receber educação e cuidados especiais, pois elas merecem respeito.

Princípio 17: Crianças com deficiência física ou mental devem receber educação e cuidados especiais, pois elas merecem respeito.

Princípio 18: Crianças com deficiência física ou mental devem receber educação e cuidados especiais, pois elas merecem respeito.

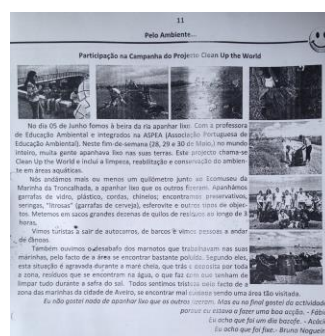
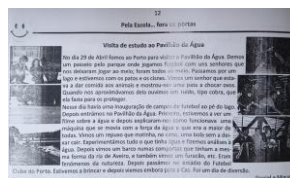
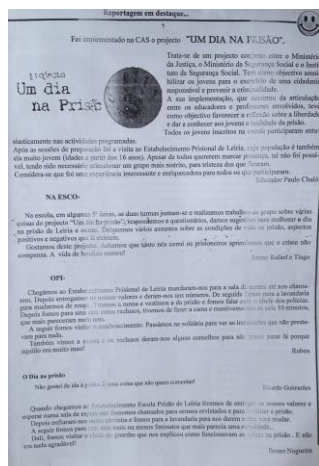
Princípio 19: Crianças com deficiência física ou mental devem receber educação e cuidados especiais, pois elas merecem respeito.

Princípio 20: Crianças com deficiência física ou mental devem receber educação e cuidados especiais, pois elas merecem respeito.

Em 2010, ainda através da ASPEA participaram em atividades de educação ambiental como são exemplo a campanha “clean up the world”; a visita ao pavilhão da Água e aos Bombeiros; o projeto eco-escola verde. Ainda neste ano, os jovens da Casa Alberto Souto participaram na atividade “um dia na prisão” que se revelou um momento de sensibilização para o exercício de uma cidadania responsável e como forma de prevenção da criminalidade.

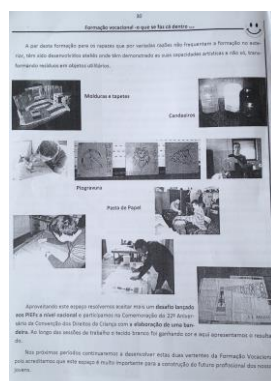
No âmbito da iniciativa “Cidade Amiga das Crianças”, os jovens foram convidados a participar no 21º aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança, onde participaram com a composição de uma música alusiva ao tema e, à posterior foram convidados pela Universidade de Aveiro a participar num debate sobre o repto “Queremos um mundo melhor!” dinamizado por uma aluna estagiária do mestrado integrado em Psicologia.

56



No ano de 2011, a participação destes jovens tornou-se cada vez mais efetiva no que respeita aos processos de cidadania e à participação nas iniciativas e desafios lançados no âmbito da “Cidade Amiga das Crianças”.

Ao longo deste ano, realizaram trabalhos de sensibilização para os direitos das crianças; a sua formação vocacional foi articulada com os parceiros sociais no sentido de os jovens poderem colaborar na organização do 22º aniversário da convenção dos direitos das crianças e, no mês de Novembro participaram ativamente na respetiva comemoração, tendo estado presentes nas atividades propostas e participado na elaboração de músicas alusivas ao tema num workshop dinamizado por investigadores da Universidade de Aveiro.



Um Convite | Desafio

No próximo dia 20 de Novembro celebra-se em todo mundo, o 22º aniversário da **Convenção dos Direitos da Criança**. Esta é um dos documentos internacionais mais reconhecidos e consensuado entre todos os Países. A sua ratificação obriga a adequação da legislação nacional de forma a que Cada Criança e Todas as Crianças, tenham garantias de poderem exercer os seus direitos de Protecção contra todas as formas de discriminação, negligência e maus tratos, de Privacidade dos membros da família e de Participação nas decisões que afectam as suas vidas.

Um dos efeitos mais importantes da criação destas condições jurídicas e políticas, foi o reconhecimento das Crianças como **Sujeitos de Direito Próprio**, pela **Sociedade Civil** através de Comissões e da acção articulada entre instituições e agentes locais. As crianças começaram a ter voz e a ser ouvidas entre si e pelos Adultos sobre outras dimensões das suas vidas individuais e sobre a vida colectiva, enquanto Cidadãos e Contemporâneos aos Adultos.

Com a realização desta cerimónia pretendemos viver esta nova experiência de encontro e de comunicação inter geracional, a partir do diálogo com jovens investigadores sobre as pesquisas e projectos que foram elaborados com o fim de proporcionar esta aprendizagem entre Adultos e Crianças.

O convite para participação neste evento destina-se a Autarcas, Dirigentes, Animadores Sociais e Educadores: Pais e Profissionais que participam na inclusão social das Crianças na Comunidade e na construção de **Cidades e Amigas da Criança**.

Inscrições limitadas: até segunda-feira 21 de Novembro: diana.s.ramos@hotmail.com

Comissão Científica: Carlos Monizelo CE-ISC
Rosa Maciel, Adeline Pinto, Alexandre Baneira, Ana Isabel Ferreira, Ana Vera Almeida, Benilde Oliveira, Célia Almeida, Frederico Lopes, Gabriel Silva, Liliana Júbilo, Maria Crispa, Raquel Almeida, Rita Simões, Sofia Veiros, Sónia Mendes, Sandra Lopes, Sora Mendes, Sónia Silva

Comissão Organizadora: Monizelo CE-ISC e Educação Básica (PB)
Diana Ramos, Ana Rita Coelho, Dulcineia Moreira, Ana Cordeiro

Participações especiais:
Universidade do Minho: Instituto de Estudos da Criança
Parlamento Infantil do Guiné Bissau
Movimento Associacionista e Democrático Participativo e Associação Min-e-Min
Instituto Paulo Freire Portugal

22º aniversário da Convenção sobre Direitos da Criança 20 a 27 de Novembro de 2011



Abrir Portas onde conversávamos entre Janelas...
pensar os Direitos da Criança no diálogo entre Crianças e Adultos

Anfitrião: Evangelista Loureiro
Departamento de Educação Universidade de Aveiro



Dia 25 de Novembro

- 09h00**
09h15 **Sessão de Abertura:** Boas vindas
António Moreira - Universidade de Aveiro - Departamento de Educação
- 09h30**
09h45 **Sessão A - Conferência**
A Criança aprende pelos Direitos e Participação da Criança
Raquel Almeida - Instituto de Estudos da Criança-Universidade do Minho
moderadora: Mariana Gonçalves
- 10h00**
Sessão B - Workshop: O (re)conhecimento da Participação como
viabilidade
Conversa em grande rede sobre os Manifestos e o que fazer com eles!
Marta José - António Carlos Ferreira
- 10h30**
10h45 **Breve apresentação dos Posters**
A Voz das Crianças Invisíveis das Comunidades
A Conversa com os Membros e Bateios Ciganos - Ana Vera Almeida
Paulo do Partido: uma nova narrativa social? - Frederico Lopes
A Diferença contra a Invisibilidade - Raquel Almeida
O adolescente e a terra: a construção colectiva do Ser? - Maria Crispa
- 10h45**
10h55 **Workshop: Com tempo para conhecer:**
O Diálogo sobre os Projectos
- 11h00**
11h15 **Sessão A - Conferência**
A Construção de espaços de escuta e de voz entre crianças: um desafio
Ana Rita
Raquel Almeida - Universidade de Aveiro
Cécilia Rodrigues Pinto e Catarina Botelho-Investigadoras no Instituto da Criança
Moderadora: Inês Guedes-Universidade de Aveiro
- 11h30**
11h45 **Sessão B**
Workshop: Conhecendo a Vozes
e Participação da Criança como Direito
- 11h55**
12h05 **Intervalo**
- 12h15**
12h30 **Breve apresentação dos Posters**
Paulo do Partido: uma nova narrativa social? - Frederico Lopes
O tempo das Crianças e a sua Cidadania na Escola - Benilde Oliveira
O tempo invisível das Crianças: Sora Mendes
Aprendendo a vida no nome das Mulheres: Alexandra Baneira
- 12h45**
12h55 **Workshop - Diálogo sobre os Projectos**
- 13h00**
13h15 **Conferência: As Crianças na Cidade: Existência,**
Ação Social e Participação Política
Raquel Almeida - Instituto de Educação - Universidade do Minho

Dia 26 de Novembro

- 09h00**
09h15 Desenhando pontos de chegada e de partida para a Participação das Crianças e Adultos na construção de Cidades e Amigas da Criança
- 09h30**
09h45 **Sessão A - Conferência**
Os Direitos da Criança: equidade e além da Convenção
Sónia Mendes - Universidade de Aveiro
moderador: António Augusto Telo Mendes
- 10h00**
10h15 **Sessão B - Workshop: O (re)conhecimento da Participação como**
viabilidade
Conversa em grande rede sobre os Manifestos e o que fazer com eles!
Marta José - António Carlos Ferreira
- 10h30**
10h45 **Breve apresentação dos Posters**
Quando São as Crianças a falar sobre Direitos entre as Crianças
Paulo do Partido: uma nova narrativa social? - Frederico Lopes
A Diferença contra a Invisibilidade - Raquel Almeida
O adolescente e a terra: a construção colectiva do Ser? - Maria Crispa
- 10h45**
10h55 **Workshop: Com tempo para conhecer:**
O Diálogo sobre os Projectos
- 11h00**
11h15 **Sessão A - Conferência**
A Representação e a Participação Política das Crianças na Cidade
Catarina Trindade, Doutora Superior de Educação Paula Frazão
Moderador: António Moreira
- 11h30**
11h45 **Sessão B**
Workshop: Conhecendo a Vozes
e Participação da Criança como Direito
- 11h55**
12h05 **Intervalo**
- 12h15**
12h30 **Breve apresentação dos Posters**
A construção de espaços de Cidadania com as Crianças
Cidades Amigas das Crianças - Liliana Júbilo
Os Direitos e a Cidadania - Rita Simões
Participação e Cidadania: Finais infantis-jovens de Aveiro - Adeline Pinto
Relações e actividades intergeracionais em instituições - Sofia Veiros
- 12h45**
12h55 **Workshop: Diálogo sobre os Projectos**
- 13h00**
13h15 **Sessão de Encerramento**
O Manifesto e Carimbo Verde a caminho: em direcção a um Manifesto das Crianças!
Conversa com Sora Mendes sobre o Manifesto do Parlamento Infantil do Guiné Bissau
Câmara Municipal de Aveiro, CPJ Aveiro, Universidade de Aveiro.

6.5. Construindo Horizontes

<i>Data</i>	<i>Ações</i>	<i>Local</i>	<i>Actores Sociais Participantes</i>
26 e 27 novembro 2011	Seminário “Abrir Portas onde conversávamos entre Janelas...pensar os Direitos da Criança no diálogo entre Crianças e Adultos.”	Departamento de Educação da Universidade de Aveiro	Jovens do Lar Especializado de Infância e Juventude – Casa Alberto Souto
27 de novembro de 2011	Workshop “Perspectivando os Direitos das Crianças no concreto”	Departamento de Educação da Universidade de Aveiro	
janeiro de 2012	Grupos de Discussão Focalizada (GDF)	Lar Especializado de Infância e Juventude – Casa Alberto Souto	
25 de abril de 2012	Questionário sobre Direitos	Lar Especializado de Infância e Juventude – Casa Alberto Souto	
A implementar	Criação de uma rádio escolar	Agrupamento de Escolas de Aveiro; Portal das Crianças da Cidade de Aveiro	

Quadro 2 – Planificação do Projecto “Os Dois Lados da Parede – a Expressão do Silêncio.”

6.6. Seminário “Abrir Portas onde conversávamos entre Janelas...pensar os Direitos da Criança no diálogo entre Crianças e Adultos.”

Em Novembro de 2011 celebrou-se o 22º aniversário da Convenção sobre Direitos das Crianças. De 20 a 27 de Novembro de 2011, a Universidade de Aveiro aliou-se a esta causa e, o Departamento de Ciências da Educação, foi palco do Seminário “Abrir Portas onde conversávamos entre Janelas...pensar os Direitos da Criança no diálogo entre Crianças e Adultos”, dedicado a esta temática.

Neste certame participaram alguns grupos de Crianças e Jovens que, ao longo dos dias 26 e 27 realizaram workshops e atividades relacionados com o tema “Cidade Amiga das Crianças”, dinamizados por elementos da Comissão Científica.

No dia 27, cinco jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos de idade, do Lar Especializado de Infância e Juventude – Casa Alberto Souto aceitaram o convite para participarem neste Seminário.

Realizaram um Workshop intitulado “Perspetivando os Direitos das Crianças no concreto” que potenciou a participação efetiva destes jovens em atividades que permitiram o desenvolvimento de um trabalho que *deu voz* às suas narrativas e experiências que, nesse mesmo dia, apresentaram em grande público.

6.6.1. Workshop “Perspetivando os Direitos das Crianças no concreto”

O Workshop “Perspetivando os Direitos das Crianças no concreto” realizou-se no Departamento de Ciências da Educação, da Universidade de Aveiro e teve uma duração de aproximadamente uma hora e meia. Nesse tempo, os cinco jovens do Lar Especializado de Infância e Juventude – Casa Alberto Souto, juntamente com um jovem da associação monnamon, de 13 anos de idade criaram um Poster com a ilustração de alguns pontos da cidade de Aveiro e, nesse mesmo poster identificaram os pontos fortes e os pontos fracos da cidade onde vivem e/ou estão acolhidos, por meio de desenhos e anotações, colocando a verde o que consideravam positivo e a vermelho o que entendiam que poderia ser melhorado. A par deste trabalho de ilustração da sua cidade, os jovens redigiram e compuseram um *Rap* que deu voz à sua narrativa social.

Este trabalho foi posteriormente apresentado no Auditório do Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro, onde se encontravam elementos da Comissão Científica e da Comissão Organizadora do Seminário, elementos da Câmara Municipal de Aveiro, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Aveiro, do Lar Especializado de Infância e Juventude – Casa Alberto Souto, entre outros elementos da comunidade, permitindo que naquele momento se “destapasse a cortina” da invisibilidade da infância e se promovesse a emergência de um novo lugar social para estes jovens.

6.7. Grupos de Discussão Focalizada na construção da realidade do exercício dos Direitos da Infância

Após a sua participação neste Seminário, surgiu o interesse em escutar estes jovens e perceber quais as suas impressões e sentimentos relativos à experiência de serem ouvidos e tidos em conta numa plateia repleta de espectadores sorvedores de opinião e onde, entre muitos olhares, se encontravam aqueles que, com poder político, cultural e social, poderão levar avante estas vozes silenciadas que ali tiveram oportunidade de se fazer ouvir.

Na Casa Alberto Souto, promoveram-se Grupos de Discussão Focalizada com os cinco Jovens de onde se pôde perceber o quão importante é, para quem vive privado da esfera social, poder participar; estar envolvido em; dar opinião; sentir que são importantes as suas ideias. Como disse um dos jovens: *“é importante saber que ainda há alguém que luta pelos direitos das crianças e faz alguma coisa por isso e tudo numa maneira de brincar, tudo a brincar...”* Esta visão do seminário foi extremamente interessante, a forma como um jovem que tem vindo a estar privado de muitos dos seus direitos interpreta esta iniciativa de levar à “praça pública” temas tão sensíveis como os Direitos das Crianças. No fundo, foi unânime a ideia de que é muito importante ouvir as crianças e os jovens. Ouvir as crianças porque *“...as crianças não mentem...”* e dar atenção à opinião dos jovens porque *“...eles, às vezes, têm boas ideias...”*.

Todos estes jovens gostaram de participar nesta iniciativa e entendem que era muito importante que em Aveiro e em todas as cidades houvesse lugar à expressão de opiniões e que as pessoas com poder para alterar realidades e marcar a diferença, pudessem ouvir,

estar presentes em tertúlias, seminários, workshops e grupos de discussão com crianças e jovens.

Para estes cinco jovens da Casa Alberto Souto, a participação neste seminário foi mais positiva do que o que esperavam, uma vez que as expectativas que tinham eram as de que iriam somente ouvir falar sobre questões de direitos, observar trabalhos, mas nunca imaginaram que iriam também apropriar-se do espaço e dos materiais para criarem eles próprios a sua apresentação, o seu trabalho numa perspetiva de se fazerem ouvir relativamente ao que gostavam de ver e ter na cidade de Aveiro, aquela que os acolhe neste momento, mas da qual, perspetivam não guardar saudade, uma vez que a sua passagem por ela foi “dura”. Para todos estes jovens, a Casa Alberto Souto é uma passagem que os afastou dos seus hábitos e rotinas e que, conforme os próprios, “...foi aqui que consegui ver os dois lados da parede!...”; “...o que eu andava a fazer lá fora...se eu estivesse lá fora isto ia prolongando e mais tarde ou mais cedo ia parar à prisão...aqui começo a conseguir ver o outro lado da parede, mas ainda nublado!”

“Um abre olhos” para a vida, diz um deles. Cientes de que foi nesta Casa que tiveram a oportunidade de se reorientar e de construir para si próprios um novo Projeto de Vida e uma nova forma de perceber e interpretar o mundo.

Foi também neste “abrigo da vida” que se descobriram “para a vida” e tiveram oportunidade de fazer coisas que nunca pensaram possíveis ou que nunca se imaginaram com vocação:

“Gostei de ir para a rádio...a mesa de mistura para mim já não era novidade...o que foi mais novidade foi aquela aparelhagem que tinha CD1 e CD2...Eu comecei a cantar e a escrever músicas com ele (colega da Casa), eu via-o, via-o fazer, às vezes até passava ali horas com ele e depois, olha, comecei a dizer vou ali para o PC e começava a escrever...Ele foi importante para mim...Eu via-o fazer letras e a cantar, via-o a fazer e ia-me dando ideias...nunca cantei com as dicas dele, mas houve dicas que às vezes imitava-o...Desde aí comecei a fazer tudo por mim, rasguei as músicas todas e comecei a fazer tudo por mim...fiz uma música com ele...fiz uma música que a letra foi toda feita por mim, toda, toda, não foi dicas de ninguém, foi toda feita por mim...agora estou a fazer outra...vamos lá ver como é que sai, eu às vezes não me dedico mesmo às coisas, sou daquelas pessoas que gosto de fazer as coisas com calma...”

“...E eu através desse dia consegui entrar no Teatro e estou a gostar muito...quero ficar aqui até aos 21 anos para ir para a Universidade cá”.

Assim, surgiu a necessidade de se analisar o impacto que estas iniciativas têm para um maior conhecimento individual sobre direitos e, uma maior consciência dos processos de cidadania.

6.8. Questionários sobre Direitos – outras perspetivas

Após a participação dos jovens da Casa Alberto Souto na 22ª comemoração da convenção dos direitos das crianças, procedeu-se à aplicação dos questionários sobre direitos, a fim de se comparar a visão destes jovens com a perspetiva do grupo inquirido no agrupamento de escolas de Aveiro e, perceber-se qual o real impacto destas iniciativas e, qual o conhecimentos que estes jovens possuem acerca dos seus direitos.

Os questionários foram aplicados na Casa Alberto Souto, no dia 25 de abril de 2012 e todos os jovens participaram.

Assim, percebeu-se que analogamente ao grupo de crianças do Agrupamento de Escolas de Aveiro (AEA), o grupo de jovens da CAS, também revelou saber o que é um direito, uma vez que ao serem questionados sobre se sabem o que é um direito, os jovens responderam que sim.

Já no que respeita ao conhecimento que têm sobre quem tem direitos, os jovens da CAS evidenciaram respostas coerentes com as do grupo de crianças do AEA, na medida em que se reportaram às pessoas no geral, às crianças e, ainda, aos animais e outros seres vivos.

Relativamente à questão sobre se as crianças têm direitos, tal como o grupo de crianças do AEA, as respostas dos jovens da CAS, foram afirmativas, no entanto, ainda há um jovem que ignora se de facto as crianças têm direitos.

Na questão que reporta para o conhecimento que têm sobre quais são os direitos das crianças, no grupo da CAS, alguns jovens não responderam e outros responderam de forma incoerente e revelaram não ter entendido a questão. No entanto, as respostas dos jovens da CAS revelam que para estes jovens, os direitos são entendidos como provimento das

necessidades básicas das crianças, para outros, são interpretados como necessidade de liberdade e de privacidade e ainda outro confunde deveres com direitos.

À semelhança das crianças do AEA, os jovens da CAS também mostraram uma maior abstenção nas respostas, assim como, revelaram igualmente que o direito à liberdade de expressão é um dos que mais valorizam.

Surge pois, a fase final deste projeto e o desafio para a criação de uma rádio escolar.

6.9. Rádio Escolar – um desafio possível...

Após o trabalho realizado com estes jovens, a observação e escuta ativa das suas ideias, ambições, projetos de vida, surge a ideia de se promover a criação de uma rádio escolar que promova a consciência cívica, a cidadania e que possa ser a “alavanca” para um novo lugar social destes jovens.

A ideia será a de se criar, no Portal das Crianças de Aveiro, uma rádio escolar que se revele num espaço privilegiado de conversa sobre temas de cidadania e direitos das crianças e, de apresentação de criações musicais produzidas pelos jovens da Casa Alberto Souto.

A rádio escolar funcionará através do portal das crianças de Aveiro e será implementada no agrupamento de escolas de Aveiro, bem como, na casa Alberto Souto, no período de almoço, ficando disponíveis para reprodução online todos os programas, a fim de poderem ser consultados noutros horários ou por outras crianças e jovens de outros “mundos”, escolas e agrupamentos.

REFLEXÃO FINAL... numa perspectiva de outros mundos...

Chegados a este final que se pretende que seja um início para; uma perspectiva para outros mundos; outras visões; outros horizontes; outras narrativas sociais, importa refletir sobre os constrangimentos e as dificuldades que se sentiram ao longo de todo este processo e progresso.

Um Projeto de Investigação-Ação é, sem dúvida, uma nova abordagem no conhecimento do real social, é uma espécie de reinvenção do saber com base na (re)construção social de conhecimentos e saberes que renascem do conjunto, do todo, do grupo e das suas (inter)ações.

Nesta (re)definição de um real em que as crianças e jovens tomam as rédeas dos seus processos de cidadania, surgem constrangimentos inerentes à própria mentalidade existente e à ideia de que determinados grupos sociais como é o caso da Infância, não são competentes para participar nas decisões públicas. Na nossa realidade, é socialmente aceite que as crianças e jovens sejam passivas, providas de espírito crítico e de opinião. É comum e igualmente aceite que sejam punidas por se exprimirem ou por entenderem que devem opinar sobre algo que entendam dizer-lhes respeito. Na nossa sociedade, existe uma opressão manifesta do grupo da infância.

Assim e enquanto grupo de oprimidos, algumas crianças e jovens que participaram na fase inicial deste projeto e foram inquiridas através de questionário sobre o conhecimento que têm sobre os Direitos da Infância manifestam uma consciência distorcida dos Direitos a que têm direito. A Sociedade, a Família e a Escola, formal ou informalmente, parecem ainda transmitir às crianças as questões dos Direitos manipuladas por juízos de valor ou pela sua subjetividade relativa à legitimidade do exercício de determinados Direitos regulamentados.

Um dos constrangimentos sentidos prende-se com a forma como algumas crianças e jovens encaram os seus Direitos por direito. O grupo da Infância mostra-se ainda muito imbuído da ideia de passividade, aceitação incondicional, impotência e acriticismo.

Por outro lado, existem grupos, como aquele que neste projeto foi ator e (co)autor que, na sua condição de socialmente excluídos têm uma visão mais abrangente e alargada deste mesmo mundo onde (co)habitam infâncias tão distintas e tão distantes entre si e comumente distantes de outros grupos da mesma realidade social. Em situações sociais

opostas, com este grupo surge a dificuldade em *dar-lhes voz*; em fazerem-se ouvir, uma vez que se trata de um grupo socialmente excluído, provido do contacto social e, por si só, trata-se de um grupo silenciado pela própria sociedade.

Com estes criámos um “*outro lado da parede*”, onde se pretende a emergência de uma nova narrativa social e de um mundo *de todos, com todos e para todos*. Juntos, visualizámos um horizonte social diferente do paradigma existente, mas possível e atual, capaz de poder existir no aqui e no agora, na contemporaneidade destes mesmos atores sociais.

Penso que com este trabalho iniciámos a possibilidade de conquista de um novo lugar social para estas crianças e jovens. Um papel social ativo com visibilidade na esfera pública, onde “infâncias escondidas” tenham a possibilidade de pensar, sonhar, idealizar e conquistar a sua posição social tornando-se participantes e (co)construtoras dos seus contextos, numa perspetiva de verdade, clareza, maturidade e competência social.

A nossa utopia é que as sociedades e os seus protagonistas se aliem numa perspetiva de inclusão, onde todos os grupos sociais possam ter acesso a um lugar, a uma posição e se crie um mundo onde haja uma rede de (inter)ações onde qualquer falta, qualquer silêncio ou ausência, seja sentida, valorizada e estimulada a integrar, a participar, a dar o seu contributo...*a simplesmente existir e ser realmente importante.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albuquerque, C. (2004). *Os Direitos da Criança em Portugal e no Mundo Globalizado*, in *Direitos das Crianças*. Coimbra: Coimbra Editora, p. 39-63.

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Carvalho, A. D.; Batista, I. (2004). *Educação social: fundamentos e estratégias*. Porto Editora.

Casas, F.; Saporiti, A. (coord.) (2005). *Tres Miradas a los Derechos de la Infancia – Estudio comparativo entre Cataluña (España) y Molise (Italia)*. Madrid. Plataforma de Organizaciones de la Infancia.

Christensen, P.; James, A. (2005). *Investigação com crianças: perspectivas e práticas*. Porto. Edições Escola Superior de Educação Paula Frassinetti.

Clavel, G. (2004). *A Sociedade da Exclusão: compreendê-la para dela sair*. Porto Editora.

Cobo, I.; Franco, P.; Revilla, F. (2004). *Participación Social de la Infância - Algunas Experiencias en la Comunidad de Madrid*. Madrid. Instituto Madrileño del Menor y la Familia - Consejería de Familia y Asuntos Sociales.

Costa, A. B. (2001). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Delgado, P. (2006). *Os Direitos das Crianças: da Participação à Responsabilidade*. Porto: Profedições.

Diagnóstico Social do Concelho de Aveiro. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro (s/d).

Fernandes, N., e Tomás, C. (2004). *Da Emergência da Participação à Necessidade de Consolidação da Cidadania da Infância...os Intrincados Trilhos da Acção, da Participação e do Protagonismo Social e Político da Infância*”. In Manuel Jacinto Sarmiento e Ana Beatriz Cerisara. Crianças e Miúdos. Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: Edições Asa, p. 35-162.

Fernandes, N., e Tomás, C. (2010). *Participação e Acção Pedagógica: a Valorização da Competência e Acção Social das Crianças*.

Fernandes, N., e Tomás, C. (2011). *Direitos da Criança em Portugal: os desassossegos dos riscos na/da infância*. Maia: IV Encontro Maus-Tratos, Negligência e Risco na Infância e na Adolescência.

Fonseca, V. (2004). *Exclusão escolar como processo de exclusão social: algumas reflexões sociológicas sobre as dificuldades de aprendizagem*. Artigo da Revista Infância e Juventude do Instituto de Reinserção Social.

“Horizontes Sociais”. Observatório Permanente de Desenvolvimento Social da Universidade de Aveiro. (O.P.D.S.). Aveiro: Universidade de Aveiro.

Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro – *Lei de protecção de crianças e jovens em perigo*.

Lister, R. (2003). *Investing in the Citizen-workers of the Future: Transformations in Citizenship and the State under New Labour*. In Social Policy & Administration, vol. 37, nº 5, pp. 427-443.

Martins, P. C. (1999). *Sobre a convenção dos direitos das crianças. Da psicologia dos direitos aos direitos da psicologia*. Artigo da Revista Infância e Juventude do Instituto de Reinserção Social.

Novella, A.; Trilla, J. (2001). *Educación y Participación Social de la Infancia*. In Revista Iberoamericana de Educación, nº026, pp.137-164. Madrid. Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI).

O'Kane, C. (2005). *O Desenvolvimento de Técnicas Participativas*. In Christensen, P.; James, A. (2005). *Investigação com Crianças: Perspectivas e Práticas*. Porto. Edições Escola Superior de Educação Paula Frassinetti.

Peres, Américo Nunes; Lopes, Marcelino de Sousa (2006) *Animação, Cidadania e Participação*. Chaves: Edição Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia, p.73.

Prout, A. (2005). *Prefácio*. In Pia Christensen e Allison James, *Investigação com crianças. Perspectivas e práticas*. Porto: Edições Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.

Relatório da 28ª sessão do Comité - 24 de Setembro a 12 de Outubro de 2001 (doc. CRC/C/111).

Roberts, H. (2005). *Ouvindo as Crianças: e Escutando-as*. In Pia Christensen e

Allison James, *Investigação com crianças: Perspectivas e Práticas*. Porto: Edições Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, pp.243-260.

Sarmiento, M. J. (2002). *Infância, Exclusão Social e Educação como Utopia Realizável*. In Educação & Sociedade, 78, pp. 265-283.

Sarmiento, M. J., Soares, N. e Tomás, C. (2006). *Participação social e cidadania das crianças*. In David Rodrigues (org.), Inclusão e Educação. Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus Editorial, pp.141-159.

Sarmiento, M. J.; Fernandes, N.; Tomás, C. (2007). *Políticas Públicas e Participação Infantil*. In Educação, Sociedade e Cultura, nº 25, pp. 183-206.

Scott, J. (2005). *“Crianças enquanto Inquiridas. O Desafio dos Métodos Quantitativos”*, Capítulo V. In Pia Christensen e Allison James, Investigação com Crianças: Perspectivas e Práticas. Porto: Edições Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, pp.97 a 121.

Soares, N., Sarmiento, M. e Tomás, C. (2006). *Investigação da infância e crianças como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças*. Nuances. Estudos sobre Educação, 12 (13), 50-64.

Sousa, A. (2005). *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte

Stainback, S.; Stainback, W.(1999). *Inclusão: Um guia para educadores*. Artmed Editora.

Strecht,P. (2002). *Interiores: Uma ajuda aos pais sobre a vida emocional dos filhos*. Assírio & Alvim.

Xiberras, M. (1996). *As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio*. Instituto Piaget.

FONTES DE INTERNET

Agrupamento de Escolas de Aradas. Projeto Educativo (2008-2011). Recuperado em 30 de Novembro de 2011, de http://www.agrupamentoaradas.pt/download/PE09_10.pdf.

Álbum “Os Saltimbancos” de Chico Buarque. Recuperado em 30 de Novembro de 2011, de <http://cliquemusic.uol.com.br/discos/ver/os-saltimbancos>.

Citações de Fernando Pessoa. Recuperado em 30 de Novembro de 2011, de <http://www.citador.pt/frases/citacoes/a/fernando-pessoa/30>.

Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco. Recuperado em 29 de Dezembro de 2011, de <http://www.cnpcjr.pt/left.asp?07#05>.

Costa, A. B. (n.d). Exclusões Sociais – Conceito (s) de “exclusão social”. Recuperado em 14 de Junho de 2011, de http://www.metanoia-mcp.org/documentos/varios/bruto_costa_01.htm.

EDUCARE – Portal da Educação (2007). Portugal adere às cidades amigas das crianças. Recuperado em 15 de Junho de 2011, de <http://www.educare.pt/educare/Actualidade/Noticia.aspx?contentid=355EF7659DCF1DD5E04400144F16FAAE&opse=1&channelid=0>.

Fernandes, N. (2005). *Infância e direitos: participação das crianças nos contextos de vida: representações, práticas e poderes*. Tese de doutoramento. Recuperado em 5 de Setembro de 2011, de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6978>.

Iniciativa para a Infância e a Adolescência – INIA (2007). Notícias da INIA. Recuperado em 14 de Junho de 2008, de <http://www.inia.gov.pt/actualizacao.asp>.

Junta de Freguesia de Aradas. Caracterização. Recuperado em 30 de Novembro de 2011, de <http://www.jf-aradas.pt/aradas.php>.

Lima, C.A., Silva, R.A. (2005). Abandono institucional – Brasil e Portugal. Universidade do Porto. Recuperado em 6 de Dezembro de 2007, de <http://www.opcaoadopcao.org/files/27.doc>.

Portal COESIS (n.d.). Direitos da Criança. Recuperado em 23 de Junho de 2008, de <http://www.coesis.org/articles.php?frmCatID=694§ionID=5&PHPSESSID=&PHPSESSID=>.

Portal do Governo. Constituição da República – Sétima Revisão Constitucional (2005). Recuperado em 14 de Junho de 2011, de <http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Portugal/SistemaPolitico/Constituicao/Pages/default.aspx>.

Rodrigues, E. V.; Samagaio, F.; Ferreira, H.; Mendes, M.; Januário, S. (n.d.). A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal. Recuperado em 5 de Setembro de 2011, de <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1468.pdf>.

Sarmiento, M. J (n.d.). As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. Recuperado em 5 de Setembro de 2011, de <http://cedic.iec.uminho.pt/Textos de Trabalho/textos/encruzilhadas.pdf>.

UNICEF (n.d). Direitos da Criança. Recuperado em 14 de Junho de 2011, de <http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=18101111&m=2>.

ANEXOS

PROJECTO “Os Dois Lados da Parede – A Expressão do Silêncio”

ANEXO I – Questionário “Os Direitos das Crianças”

Olá!

Nós somos um grupo de alunas do mestrado em Ciências da Educação com especialização em Educação Social e Intervenção Comunitária e estamos a desenvolver um projecto de investigação sobre os "**Direitos da Criança**", na cidade de Aveiro que é uma Cidade Amiga Das Crianças.

É muito importante para nós sabermos o que cada um de vocês pensa sobre este assunto.

Tu e todas as crianças do 4º, 5º e 6º ano de escolaridade deste Agrupamento de Escolas estão convidadas a participar neste projecto, começando por responder a este inquérito.

Todas as informações são confidenciais.

Agradecemos muito a vossa participação!

Turma_____ Idade_____ Sexo_____

1. A Jennifer é uma aluna da tua turma, que veio de outro país e que não fala bem português. A tua turma está a ensaiar uma peça de teatro. Achem que com a Jennifer a participar, a peça de teatro não vai ficar como estava. Achas que a Jennifer deve participar igualmente?

Sim ☐ Não ☐ porque

2. Mohamed é um colega teu que não quer comer na cantina quando a ementa tem carne de porco, porque a sua religião o proíbe. Nesses dias ele só come o arroz, batatas ou os vegetais e a sopa. Achas que para que o Mohamed possa comer uma refeição completa, a cantina deverá trocar a comida de todos nesse dia?

Sim ☐ Não ☐ porque

3. Recebeste uma carta de um amigo ou amiga e os teus pais leram-na. Ficaste chateado?

Sim ☐ Não ☐ porque

4. Os teus pais inscreveram-te numa actividade extracurricular e/ou tempos livres por acharem que era importante para ti. Pensas que eles te podem inscrever sem te perguntar por acharem que é importante para ti?

Sim ☐ Não ☐ porque

5. Os pais da Maria e do João não podem tomar conta dos dois. Achas que é bom que durante algum tempo um dos dois irmãos tenha que ir viver com outra família que vive noutra cidade?
Sim ☐ Não ☐ porque
6. Os pais de uma menina da tua turma separaram-se. Achas que ela deve ser ouvida sobre com quem quer ficar?
Sim ☐ Não ☐ porque
7. A tua família vai ter de mudar de casa. Achas justo que por causa disso tenhas que ir para outra escola onde não conheces ninguém e não possas continuar a brincar com os teus amigos?
Sim ☐ Não ☐ porque
8. Achas que os teus pais podem mudar de canal de televisão quando acharem que o programa que estás a ver não é para a tua idade?
Sim ☐ Não ☐ porque
9. O Ruanda é um país muito pobre que fica em África. Neste país não há professores suficientes para dar aulas a todas as crianças. A tua professora decidiu ir para lá durante três meses para dar aulas a esses meninos. Achas bem que a tua professora falte à tua turma durante este tempo?
Sim ☐ Não ☐ porque
10. Achas justo que nas festas da tua terra só possas organizar um jogo se os teus pais também participarem?
Sim ☐ Não ☐ porque
11. Os pais da Joana não a deixam ir a uma visita de estudo porque preferem que ela fique em casa com eles. Concordas com os pais da Joana?

Sim ☐ Não ☐ porque

12. O Marco é um colega teu que faltou à escola porque teve que ir trabalhar com os seus pais. Achas que é justo ele ter que trabalhar?

Sim ☐ Não ☐ porque

13. O Manuel é um colega da tua turma que tem um comportamento incorrecto dentro da sala de aula e perturba as actividades da turma. A tua professora pensou em duas soluções para este problema. Assinala a opção com a qual concordas:

a) O Manuel é expulso da escola ☐

b) Os colegas ajudam o Manuel a melhorar o comportamento ☐

Porque escolheste esta opção?

14. A Isabel é cega e vai para uma escola especial mas ela gostava de estar na tua escola com os seus amigos. Achas que ela tem direito de frequentar a mesma escola que tu?

Sim ☐ Não ☐ porque

15. Os teus pais estão a planear as férias de Verão. Achas que deveriam perguntar-te o que gostavas de fazer nessas férias?

Sim ☐ Não ☐ porque

16. Sabes o que é um direito?

17. Quem tem direitos?

18. As crianças têm direitos?

19. Se respondeste sim diz quais são.

20. Na tabela a seguir encontrarás alguns direitos, **ordena-os de 1 a 7 de acordo com os que tu aches mais importantes para ti.**

(1 = mais importante até 7 = menos importante)

Direitos	Descrição	Ordem de importância para ti
Liberdade de expressão	Direito de dar a conhecer as tuas ideias, obter e dar informações	
Opinião da criança	Direito de dar opinião e que esta seja tomada em consideração	
Liberdade de pensamento, consciência e religião	Direito à liberdade de pensamento, consciência e religião	
Liberdade de associação	Direito de reunir e fazer parte de associações, clubes ou grupos	
Acesso a informação apropriada	Direito ao acesso a uma informação de interesse para ti. O Estado deve tomar medidas para te proteger contra informações que te possam prejudicar.	
Protecção da vida privada	Direito à tua privacidade, em família, na escola, correspondência e informações que aches que sejam só tuas.	
Direito à Não Discriminação	Direito de protecção contra práticas que possam levar à não discriminação racial ou religiosa.	

21. Assinala com um X onde sentes que os teus direitos, apresentados na tabela, são mais respeitados:

Direitos	Na tua família e grupo de amigos	Na tua escola	No teu bairro/vizinhança/freguesia	Nos tribunais ou outros espaços judiciais
Liberdade de expressão				
Opinião da criança				
Liberdade de pensamento, consciência e religião				
Liberdade de associação				
Acesso a informação apropriada				
Protecção da vida privada				

Comenta as respostas que deste nesta tabela.

Queres deixar-nos um desenho sobre este assunto? Se sim, utiliza a parte detrás desta folha.

Obrigada pela tua participação!

ANEXO II – Análise de Conteúdo das Respostas ao Questionário

QUESTÃO 1:

A Jennifer é uma aluna da tua turma, que veio de outro país e que não fala bem português. A tua turma está a ensaiar uma peça de teatro. Achem que com a Jennifer a participar, a peça de teatro não vai ficar como estava. Achas que a Jennifer deve participar igualmente?

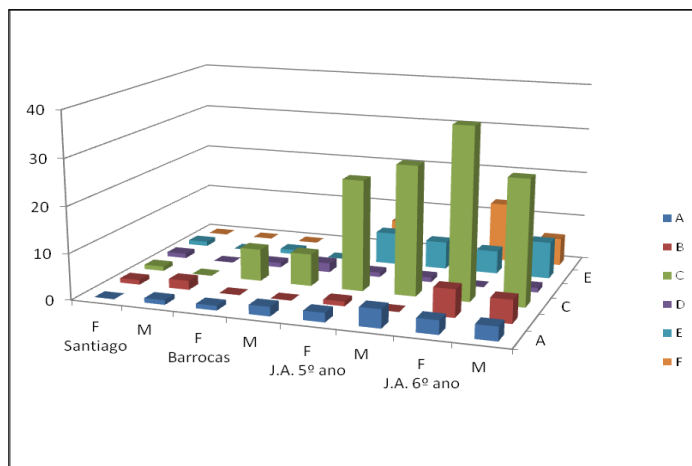
Análise das Respostas - Resumo

Tipo de Resposta	Nº de Respostas	Total de Respostas
Sim com Justificação	224	318
Não com Justificação	31	
Sim sem Justificação	59	
Não sem Justificação	3	
Respostas em branco	1	

Análise das Respostas SIM (Total = 224/ 318)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da criança/ empatia
	B	Argumento baseado na solidariedade Comunidade/pertença
	C	Referência a Direito/ norma – Mínimos éticos
	D	Capacidade do grupo
	E	Alternativas pragmáticas
	F	Respostas múltiplas – englobam vários argumentos
	G	Respostas incoerentes

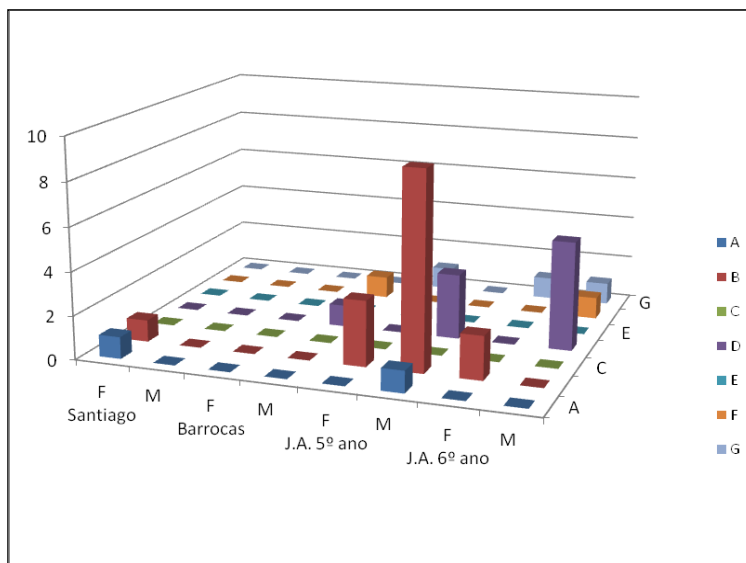
Categorias	Santiago		Barrocas		João Afonso 5º ano		João Afonso 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	0	1	1	2	2	4	3	3
B	1	2	0	0	1	0	6	5
C	1	0	7	7	24	28	37	27
D	1	0	1	2	1	1	0	1
E	1	0	1	0	7	6	5	8
F	0	0	0	0	7	1	13	6
Total								224/318



Análise das Respostas NÃO (Total = 31/ 318)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da criança/ empatia
	B	Argumento baseado na solidariedade Comunidade/pertença
	C	Referência a Direito/ norma – Mínimos éticos
	D	Capacidade/ Benefício do grupo
	E	Alternativas pragmáticas
	F	Respostas múltiplas – englobam vários argumentos
	G	Respostas incoerentes

Categorias	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	1	0	0	0	0	1	0	0
B	1	0	0	0	3	9	2	0
C	0	0	0	0	0	0	0	0
D	0	0	0	1	0	3	0	5
E	0	0	0	0	0	0	0	0
F	0	0	0	1	0	0	0	1
G	0	0	0	0	1	0	1	1
Total								31/ 318



QUESTÃO 2:

Mohamed é um colega teu que não quer comer na cantina quando a ementa tem carne de porco, porque a sua religião o proíbe. Nesses dias ele só come o arroz, batatas ou os vegetais e a sopa. Achas que para que o Mohamed possa comer uma refeição completa, a cantina deverá trocar a comida de todos nesse dia?

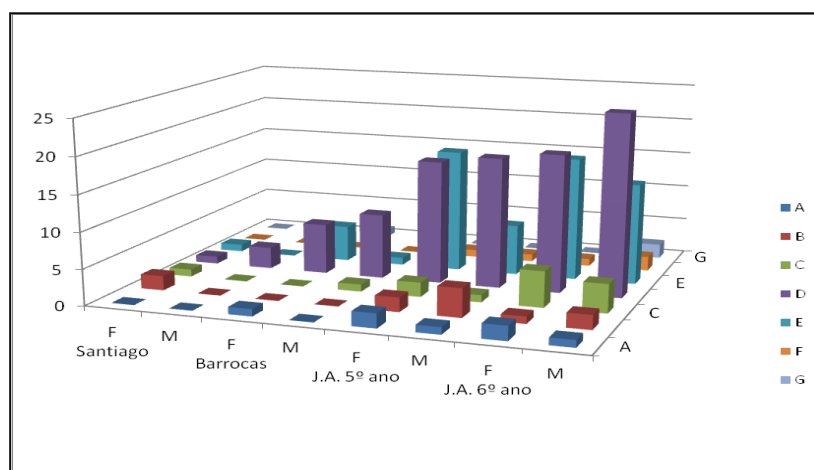
Análise das Respostas - Resumo

Tipo de Resposta	Nº de Respostas	Total de Respostas
Sim com Justificação	64	313
Não com Justificação	201	
Sim sem Justificação	17	
Não sem Justificação	30	
Respostas em branco	1	

Análise das Respostas NÃO (Total = 201/ 313)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da criança/ empatia
	B	Argumento baseado na solidariedade Comunidade/pertença
	C	Referência a Direito/ norma – Mínimos éticos
	D	Capacidade do grupo
	E	Alternativas pragmáticas
	F	Respostas múltiplas – englobam vários argumentos
	G	Respostas incoerentes

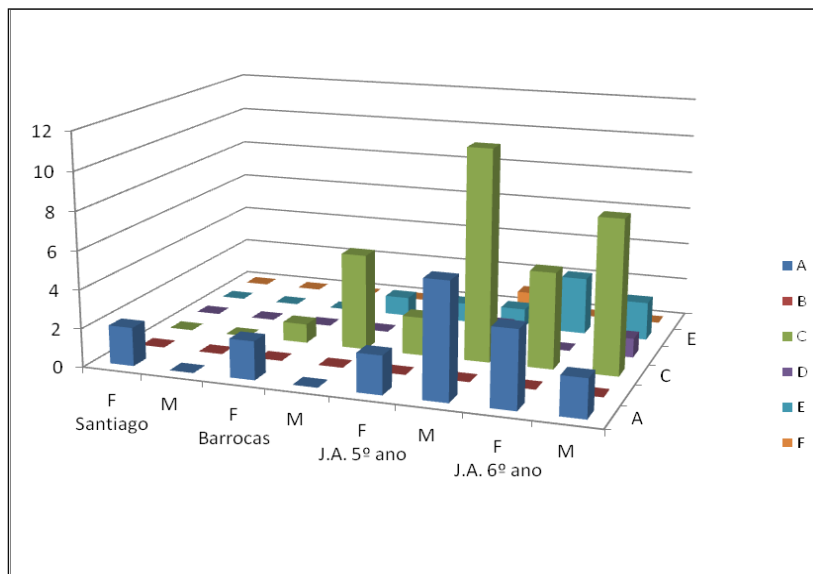
Categorias	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	0	0	1	0	2	1	2	1
B	2	0	0	0	2	4	1	2
C	1	0	0	1	2	1	5	4
D	1	3	7	9	17	18	19	25
E	1	0	5	1	17	7	17	14
F	0	0	0	0	1	1	1	2
G	0	0	1	0	0	0	0	2
Total								201/ 313



Análise das Respostas SIM (Total = 64/ 313)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da criança/ empatia
	B	Argumento baseado na solidariedade Comunidade/pertença
	C	Referência a Direito/ norma – Mínimos éticos
	D	Capacidade do grupo
	E	Alternativas pragmáticas
	F	Respostas múltiplas – englobam vários argumentos
	G	Respostas incoerentes

	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	2	0	2	0	2	6	4	2
B	0	0	0	0	0	0	0	0
C	0	0	1	5	2	11	5	8
D	0	0	0	0	2	1	0	1
E	0	0	0	1	1	1	3	2
F	0	0	0	0	0	1	0	0
G	0	0	0	0	0	0	1	0
Total								64/ 313



QUESTÃO 3:

Recebeste uma carta de um amigo ou amiga e os teus pais leram-na. Ficaste chateado?

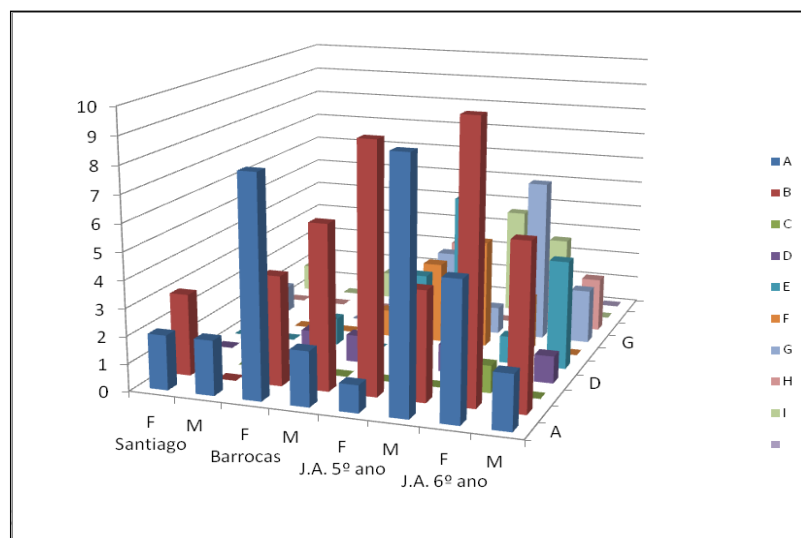
Análise das Respostas - Resumo

Tipo de Resposta	Nº de Respostas	Total de Respostas
Sim com Justificação	128	316
Não com Justificação	136	
Sim sem Justificação	22	
Não sem Justificação	26	
Respostas em branco	4	

Análise das Respostas NÃO (Total = 136/ 316)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Direitos dos Pais
	B	Relação de Confiança Pais-Filhos
	C	Reciprocidade
	D	Autoridade dos Pais
	E	Permissão de Acesso à Informação
	F	Protecção dos Pais
	G	Mediante tema da Carta
	H	Respostas Múltiplas
	I	Respostas Incoerentes

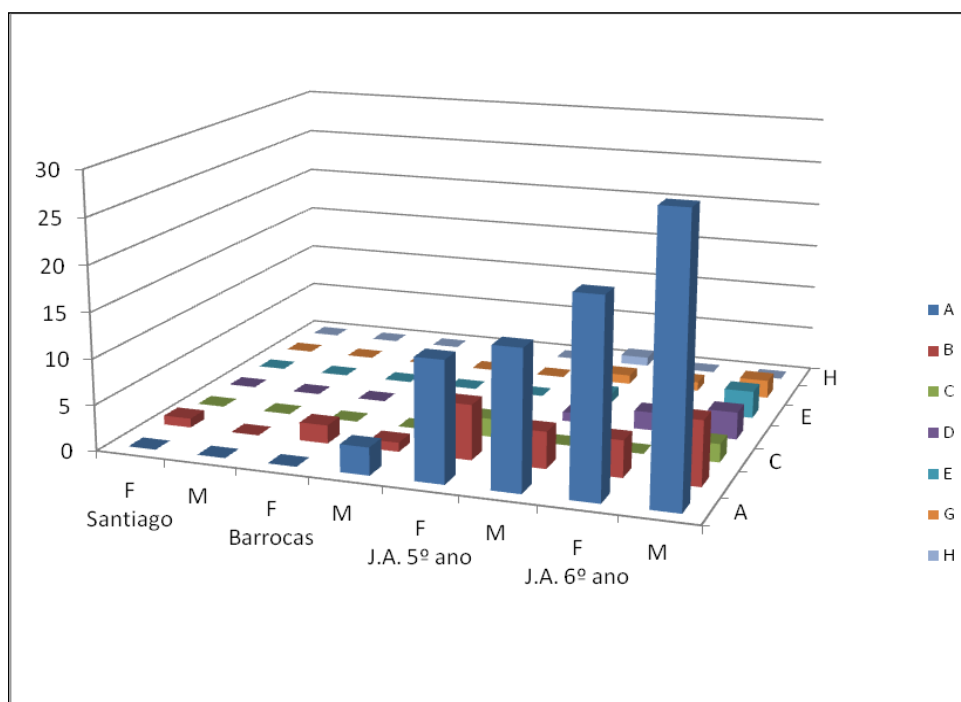
Categorias	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	2	2	8	2	1	9	5	2
B	3	0	4	6	9	4	10	6
C	0	0	0	0	0	0	1	0
D	0	1	1	1	0	1	0	1
E	0	0	1	0	3	6	1	4
F	0	0	0	1	3	4	2	0
G	1	0	0	0	3	1	6	2
H	0	0	0	0	3	0	2	2
I	1	0	1	1	2	4	3	0
Total								136/ 316



Análise das Respostas SIM (Total = 128/ 316)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Direitos à Privacidade
	B	Propriedade da Carta
	C	Prioridade de Leitura
	D	Reciprocidade
	E	Ausência de Direitos dos Pais
	F	Norma de Educação
	G	Respostas Múltiplas
	H	Respostas Incoerentes

Categorias	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	0	0	0	3	13	15	21	30
B	1	0	2	1	6	4	4	7
C	0	0	0	0	2	0	0	2
D	0	0	0	0	0	1	2	3
E	0	0	0	0	0	1	2	3
G	0	0	0	0	0	1	1	2
H	0	0	0	0	0	1	0	0
Total								128/ 316



QUESTÃO 4:

Os teus pais inscreveram-te numa actividade extracurricular e/ou tempos livres por acharem que era importante para ti. Pensas que eles te podem inscrever sem te perguntar por acharem que é importante para ti?

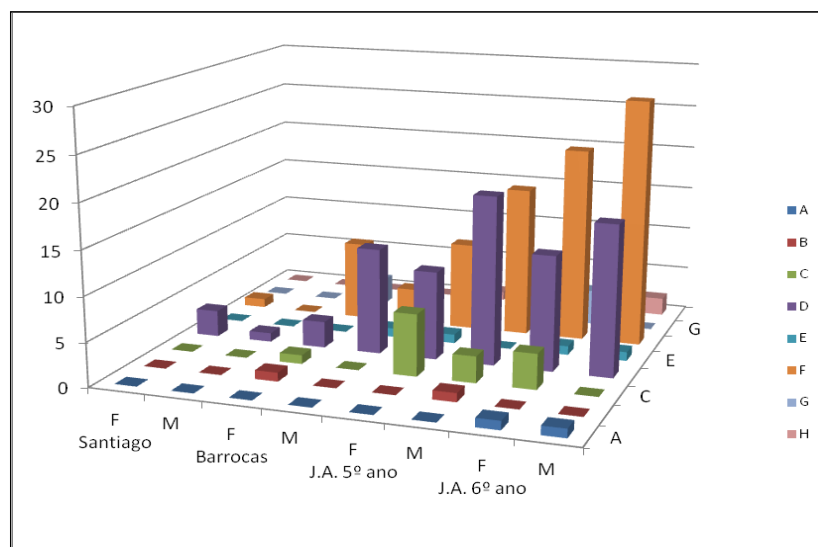
Análise das Respostas - Resumo

Tipo de Resposta	Nº de Respostas	Total de Respostas
Sim com Justificação	56	319
Não com Justificação	207	
Sim sem Justificação	23	
Não sem Justificação	32	
Respostas em branco	1	

Análise das Respostas NÃO (Total = 207/ 319)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Ausência dos Direitos dos Pais
	B	Autoridade dos Pais
	C	Relação de confiança Pais-Filhos
	D	Possibilidade de não gostar da actividade/querer essa actividade
	E	Mediante a actividade
	F	Direito a dar opinião/escolha
	G	Respostas Múltiplas
	H	Respostas Incoerentes

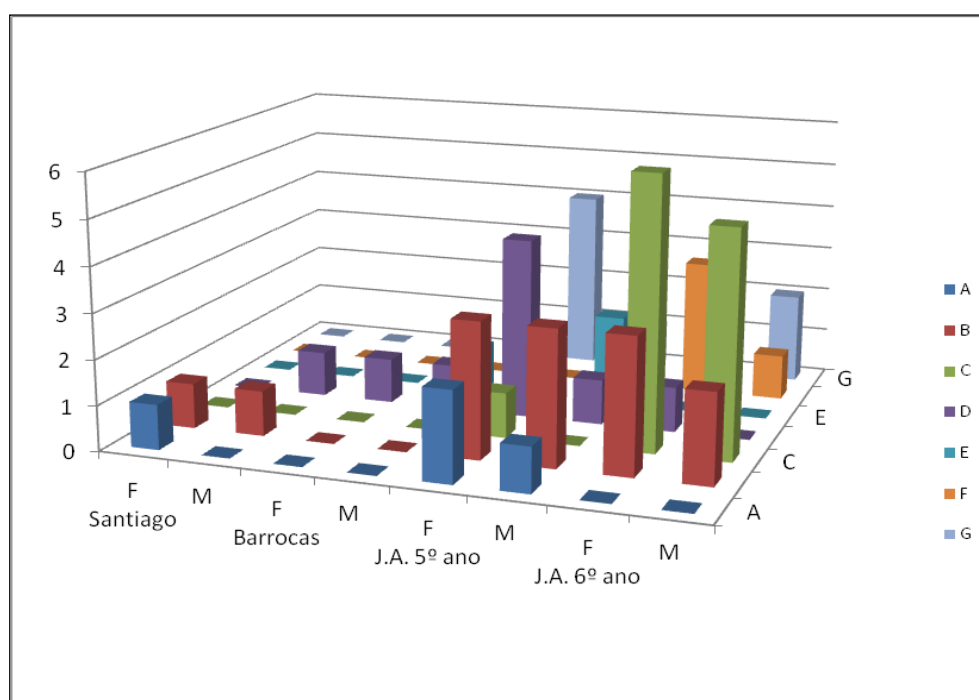
Categorias	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	0	0	0	0	0	0	1	1
B	0	0	1	0	0	1	0	0
C	0	0	1	0	7	3	4	0
D	3	1	3	12	10	19	13	17
E	0	0	0	1	1	0	1	1
F	1	0	9	4	10	17	22	28
G	0	0	3	1	1	0	4	0
H	0	0	0	0	1	1	2	2
Total								207/ 319



Análise das Respostas SIM (Total = 56/ 319)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Direitos dos Pais
	B	Autoridade dos Pais
	C	Protecção dos Pais
	D	Atitude/Aconselhamento positivo dos Pais
	E	Relação de Confiança Pais-Filhos
	F	Respostas Múltiplas
	G	Respostas Incoerentes

Categorias	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	1	0	0	0	2	1	0	0
B	1	1	0	0	3	3	3	2
C	0	0	0	0	1	0	6	5
D	0	1	1	1	4	1	1	0
E	0	0	0	1	1	2	0	0
F	0	0	0	0	0	0	3	1
G	0	0	0	1	4	1	2	2
Total								56/ 319



QUESTÃO 5:

Os pais da Maria e do João não podem tomar conta dos dois. Achas que é bom que durante algum tempo um dos dois irmãos tenha que ir viver com outra família que vive noutra cidade?

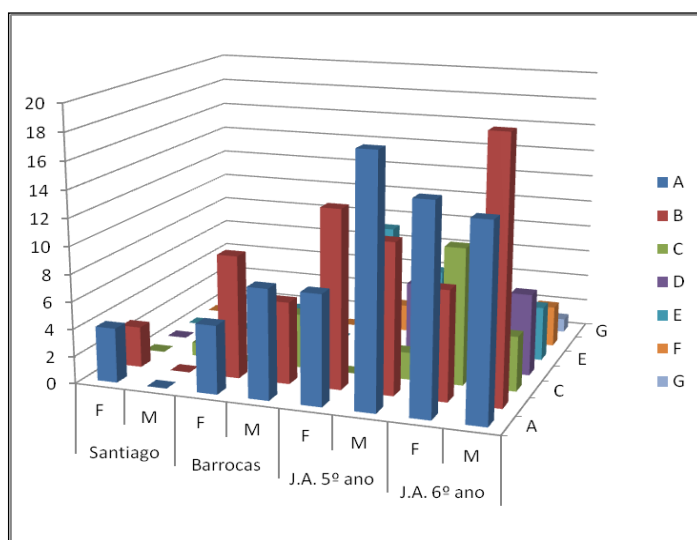
Análise das Respostas - Resumo

Tipo de Resposta	Nº de Respostas	Total de Respostas
Sim com Justificação	35	316
Não com Justificação	228	
Sim sem Justificação	8	
Não sem Justificação	40	
Respostas em branco	5	

Análise das Respostas NÃO (Total = 228/ 316)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da Criança/ Empatia
	B	Preservação da União Familiar
	C	Deveres dos Pais
	D	Direito/Norma – Mínimos Éticos
	E	Alternativas Pragmáticas
	F	Respostas Múltiplas – Englobam vários argumentos
	G	Respostas Incoerentes

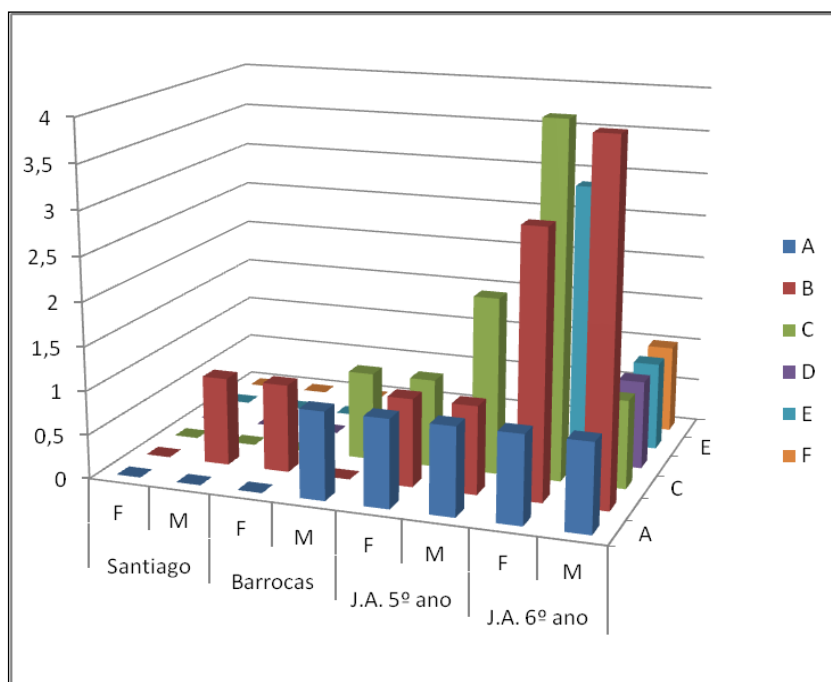
Categorias	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	4	0	5	8	8	18	15	14
B	3	0	9	6	13	11	8	19
C	0	1	0	4	0	2	10	4
D	0	0	1	0	6	6	5	6
E	0	0	2	0	9	6	5	4
F	0	0	1	0	2	1	6	3
G	0	0	1	0	0	0	1	1
Total								228/ 316



Análise das Respostas SIM (Total = 35/ 316)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da Criança/Empatia
	B	Bem-Estar da Criança/ Família
	C	Direito/norma – Mínimos Éticos
	D	Alternativas Pragmáticas
	E	Respostas Múltiplas – Englobam vários argumentos
	F	Respostas Incoerentes

Categorias	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	0	0	0	1	1	1	1	1
B	0	1	1	0	1	1	3	4
C	0	0	0	1	1	2	4	1
D	0	0	0	0	0	0	0	1
E	0	0	0	0	0	0	3	1
F	0	0	0	0	0	2	2	1
Total							35/ 316	



QUESTÃO 6:

Os pais de uma menina da tua turma separaram-se. Achas que ela deve ser ouvida sobre com quem quer ficar?

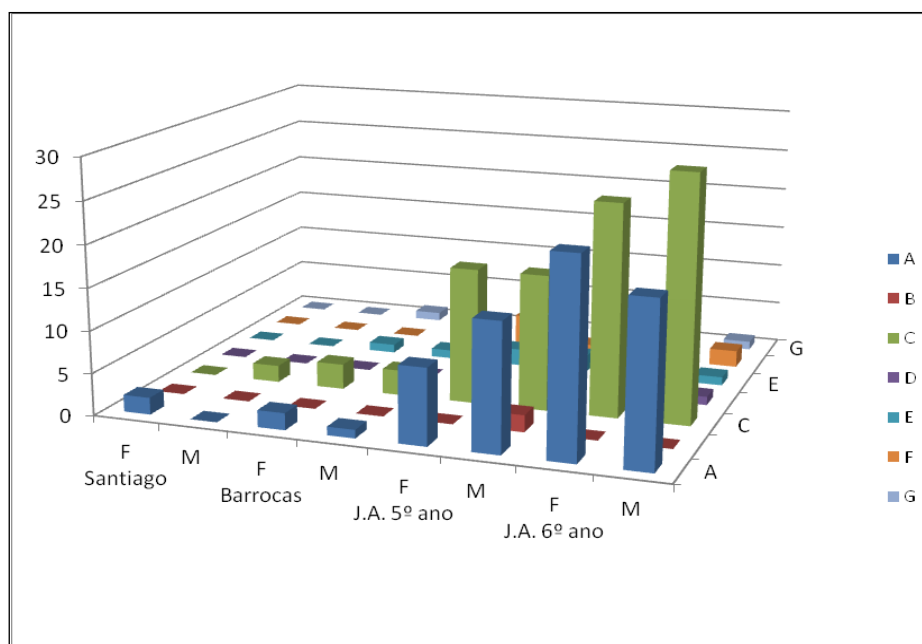
Análise das Respostas - Resumo

Tipo de Resposta	Nº de Respostas	Total de Respostas
Sim com Justificação	192	318
Não com Justificação	52	
Sim sem Justificação	51	
Não sem Justificação	16	
Respostas em branco	7	

Análise das Respostas SIM (Total = 192/ 318)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da Criança/Empatia
	B	Preservação da União Familiar
	C	Direito/Norma – Mínimos Éticos
	D	Protecção de uma entidade externa
	E	Alternativas Pragmáticas
	F	Respostas Múltiplas
	G	Respostas Incoerentes

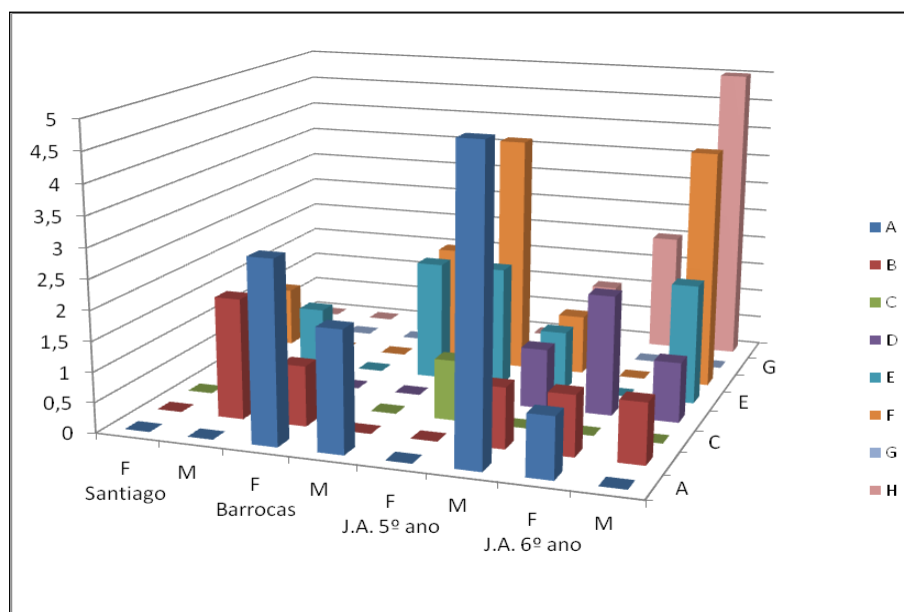
Categorias	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	2	0	2	1	9	15	23	19
B	0	0	0	0	0	2	0	0
C	0	2	3	3	16	16	25	29
D	0	0	0	0	1	0	0	1
E	0	0	1	1	2	2	0	1
F	0	0	0	0	4	1	4	2
G	0	0	1	0	2	1	0	1
Total								192/ 318



Análise das Respostas NÃO (Total = 52/ 318)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da Criança/Empatia
	B	Preservação da União Familiar
	C	Direito/Norma – Mínimos Éticos
	D	Protecção de uma entidade externa
	E	Alternativas Pragmáticas
	F	Assuntos com solução na família
	G	Respostas Múltiplas
	H	Respostas Incoerentes

Categorias	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	0	0	3	2	0	5	1	0
B	0	2	1	0	0	1	1	1
C	0	0	0	0	1	0	0	0
D	0	0	0	0	0	1	2	1
E	1	1	0	2	2	1	0	2
F	1	0	0	2	4	1	0	4
G	0	0	0	0	0	0	0	0
H	0	0	1	0	0	1	2	5
Total								52/ 318



QUESTÃO 7:

A tua família vai ter de mudar de casa. Achas justo que por causa disso tenhas que ir para outra escola onde não conheces ninguém e não possas continuar a brincar com os teus amigos?

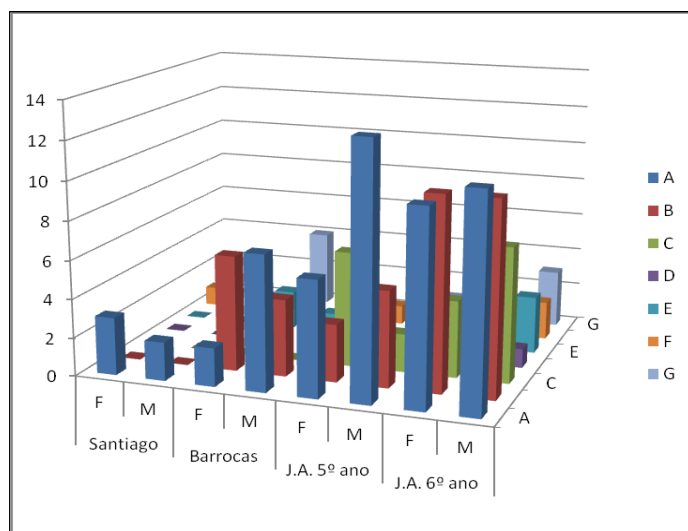
Análise das Respostas - Resumo

Tipo de Resposta	Nº de Respostas	Total de Respostas
Sim com Justificação	89	318
Não com Justificação	153	
Sim sem Justificação	20	
Não sem Justificação	47	
Respostas em branco	9	

Análise das Respostas NÃO (Total = 153/ 318)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da Criança
	B	Pertença a grupo/ comunidade
	C	Direito/Norma – Mínimos Éticos
	D	Preocupação com o Bem-Estar da Família
	E	Alternativas Pragmáticas
	F	Respostas Múltiplas
	G	Respostas Incoerentes

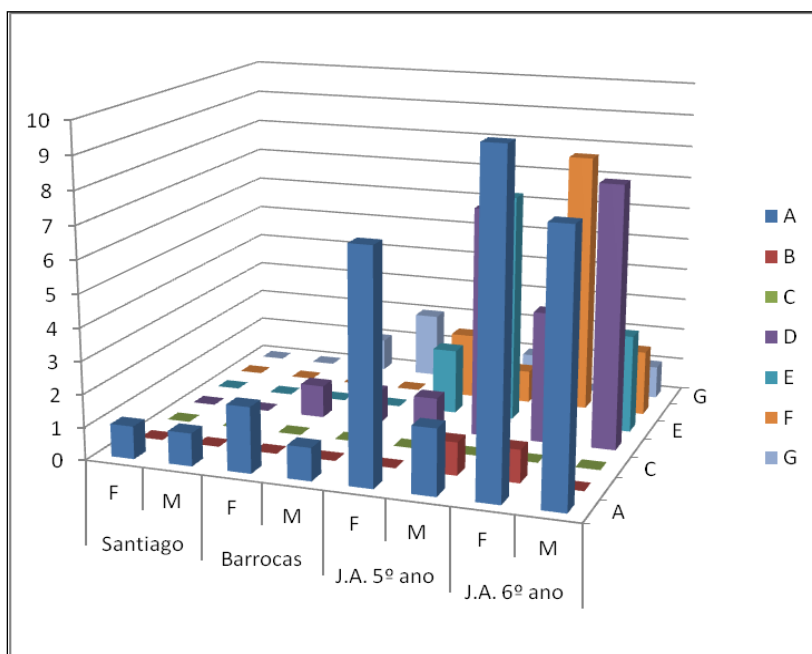
Categorias	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	3	2	2	7	6	13	10	11
B	0	0	6	4	3	5	10	10
C	0	0	0	0	6	2	4	7
D	0	0	0	0	0	1	1	1
E	0	0	2	1	2	4	7	3
F	1	0	0	1	1	1	1	2
G	0	0	4	1	0	1	4	3
Total								153/ 318



Análise das Respostas SIM (Total = 89/ 318)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da Criança
	B	Autoridade dos Pais
	C	Direito/Norma – Mínimos Éticos
	D	Preocupação com o bem-estar da família
	E	Alternativas Pragmáticas
	F	Respostas Múltiplas
	G	Respostas Incoerentes

Categorias	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	1	1	2	1	7	2	10	8
B	0	0	0	0	0	1	1	0
C	0	0	0	0	0	0	0	0
D	0	0	1	1	1	7	4	8
E	0	0	0	0	2	7	2	3
F	0	0	0	0	2	1	8	2
G	0	0	1	2	1	1	0	1
							Total	89/ 318



QUESTÃO 8:

Achas que os teus pais podem mudar de canal de televisão quando acharem que o programa que estás a ver não é para a tua idade?

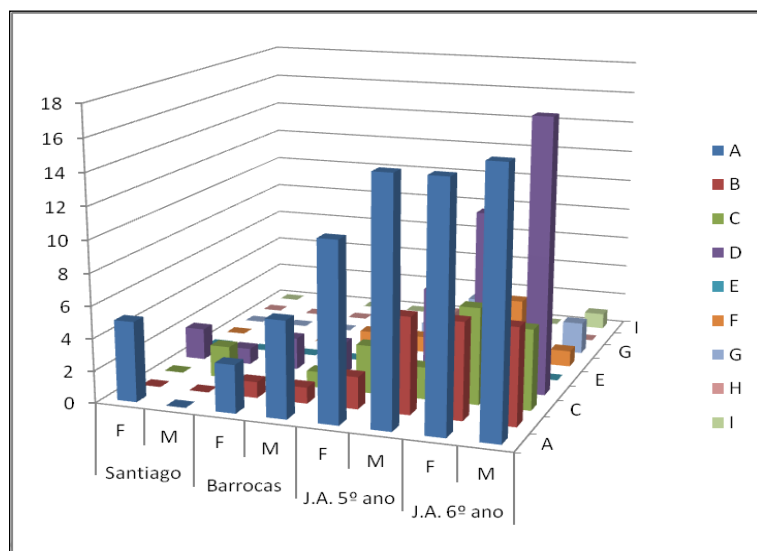
Análise das Respostas - Resumo

Tipo de Resposta	Nº de Respostas	Total de Respostas
Sim com Justificação	178	318
Não com Justificação	53	
Sim sem Justificação	71	
Não sem Justificação	12	
Respostas em branco	4	

Análise das Respostas SIM (Total = 178/ 318)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da Criança
	B	Autoridade dos Pais
	C	Direito à Educação
	D	Protecção dos Pais
	E	Alternativas Pragmáticas
	F	Respostas Múltiplas
	G	Respostas Incoerentes
	H	Mediante o Programa
	I	Reciprocidade

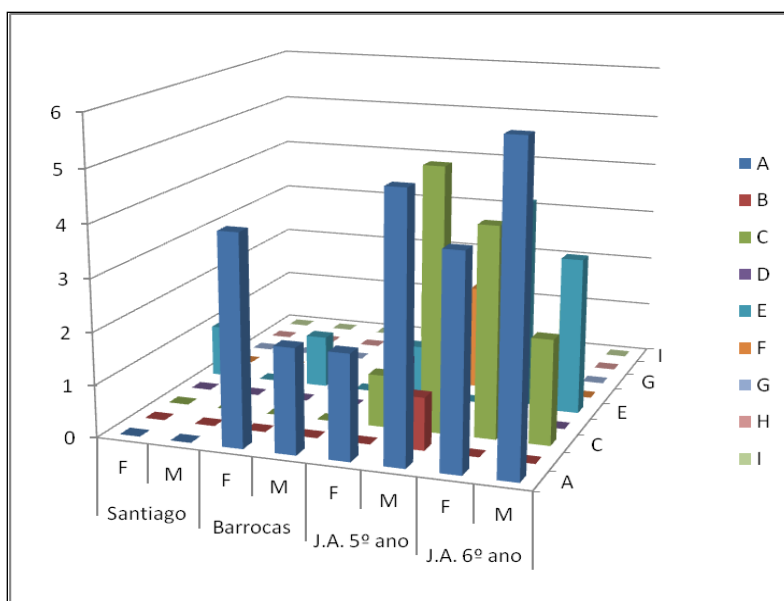
Categorias	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	5	0	3	6	11	15	15	16
B	0	0	1	1	2	6	6	6
C	0	2	0	1	3	2	6	5
D	2	1	2	2	7	6	11	17
E	0	0	0	0	0	0	0	0
F	0	0	0	1	1	1	4	1
G	0	0	0	0	1	3	1	2
H	0	0	0	0	1	0	1	0
I	0	0	0	0	0	0	0	1
Total								178/ 318



Análise das Respostas NÃO (Total = 53/ 318)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da Criança
	B	Autoridade dos Pais
	C	Direito/Norma – Mínimos Éticos
	D	Reciprocidade
	E	Ausência de Direitos dos Pais
	F	Alternativas Pragmáticas
	G	Respostas Múltiplas
	H	Respostas Incoerentes
	I	Mediante o Programa

Categorias	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	0	0	4	2	2	5	4	6
B	0	0	0	0	0	1	0	0
C	0	0	0	0	1	5	4	2
D	0	0	0	0	1	1	1	0
E	1	0	1	0	1	0	4	3
F	0	0	0	0	0	2	0	0
G	0	0	0	0	0	0	0	0
H	0	0	0	0	0	0	0	0
I	0	0	0	1	0	0	1	0
Total								53/ 318



QUESTÃO 9:

O Ruanda é um país muito pobre que fica em África. Neste país não há professores suficientes para dar aulas a todas as crianças. A tua professora decidiu ir para lá durante três meses para dar aulas a esses meninos. Achas bem que a tua professora falte à tua turma durante este tempo?

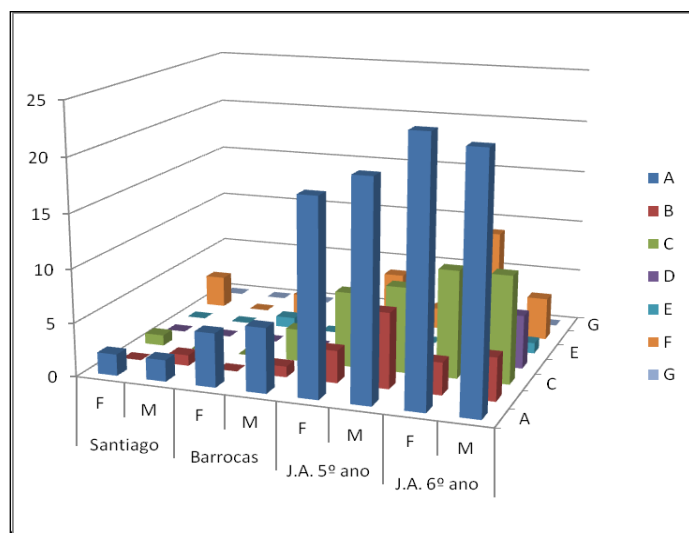
Análise das Respostas - Resumo

Tipo de Resposta	Nº de Respostas	Total de Respostas
Sim com Justificação	204	318
Não com Justificação	46	
Sim sem Justificação	45	
Não sem Justificação	20	
Respostas em branco	3	

Análise das Respostas SIM (Total = 204/ 318)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da Criança/Empatia
	B	Necessidade de Aprendizagem
	C	Referência a Direito/Norma – Mínimos Éticos
	D	Outros Argumentos
	E	Alternativas Pragmáticas
	F	Respostas Múltiplas
	G	Respostas Incoerentes

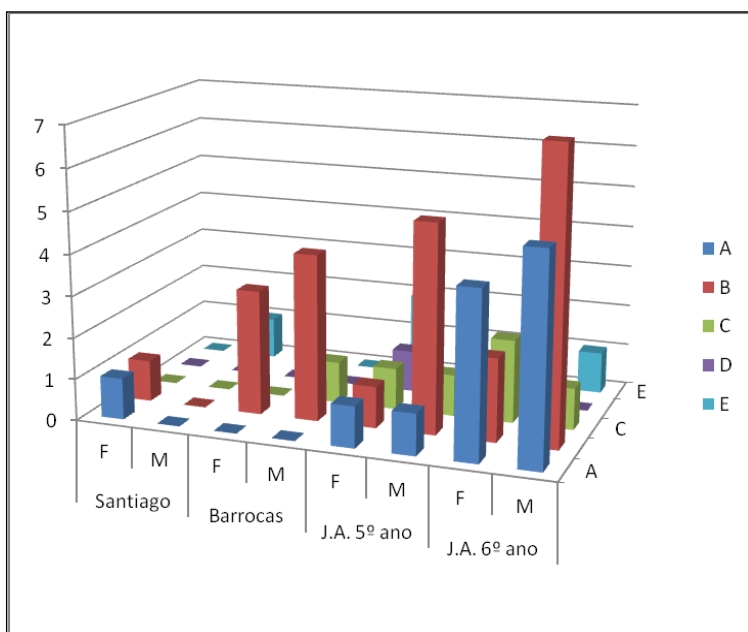
Categorias	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	2	2	5	6	18	20	24	23
B	0	1	0	1	3	7	3	4
C	1	0	0	3	7	8	10	10
D	0	0	0	0	0	5	2	5
E	0	0	1	0	2	0	3	1
F	3	0	2	0	5	2	10	4
G	0	0	0	0	0	1	0	0
Total								204/ 318



Análise das Respostas NÃO (Total = 46/ 318)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da Criança
	B	Direito à Aprendizagem
	C	Alternativas Pragmáticas
	D	Respostas Múltiplas
	E	Respostas Incoerentes

Categorias	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	1	0	0	0	1	1	4	5
B	1	0	3	4	1	5	2	7
C	0	0	0	1	1	1	2	1
D	0	0	0	0	1	0	0	0
E	0	1	0	0	2	0	0	1
Total								46/ 318



QUESTÃO 10:

Achas justo que nas festas da tua terra só possas organizar um jogo se os teus pais também participarem?

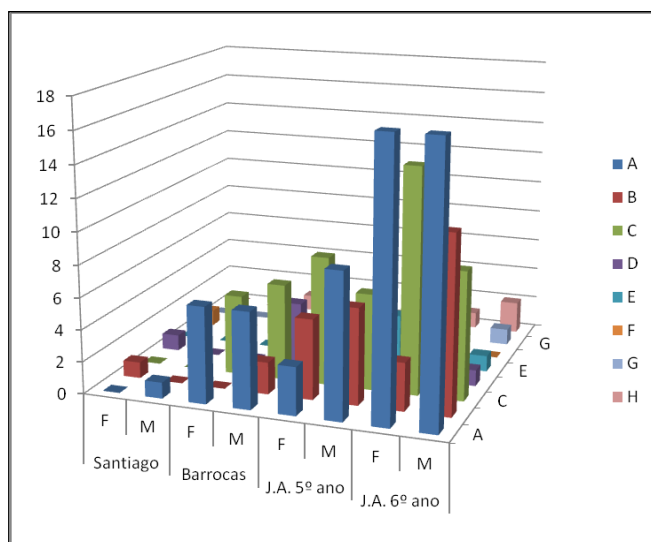
Análise das Respostas - Resumo

Tipo de Resposta	Nº de Respostas	Total de Respostas
Sim com Justificação	30	309
Não com Justificação	175	
Sim sem Justificação	30	
Não sem Justificação	63	
Respostas em branco	11	

Análise das Respostas NÃO (Total = 175/ 309)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da Criança
	B	Diferenciação de papéis Pai-Filho
	C	Direito/Norma
	D	Igualdade de Direitos Pais-Filhos
	E	Direitos dos Pais
	F	Alternativas Pragmáticas
	G	Respostas Múltiplas
	H	Respostas Incoerentes

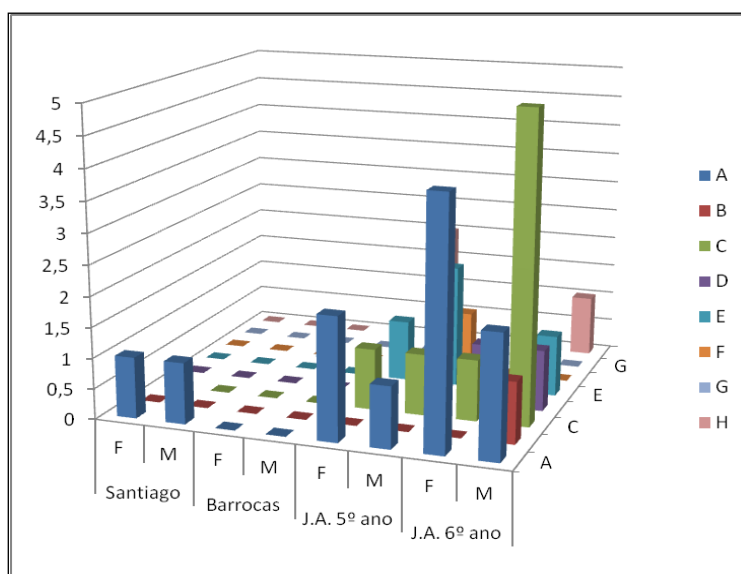
Categorias	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	0	1	6	6	3	9	17	17
B	1	0	0	2	5	6	3	11
C	0	0	5	6	8	6	14	8
D	1	0	0	4	2	2	5	1
E	0	0	0	0	2	3	5	1
F	1	0	2	1	0	2	0	0
G	0	0	0	0	1	2	0	1
H	0	0	1	0	0	1	1	2
Total								175/ 309



Análise das Respostas SIM (Total = 30/ 309)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da Criança
	B	Diferenciação de papéis Pai-Filho
	C	Direito/Norma
	D	Igualdade de Direitos Pais-Filhos
	E	Protecção dos Pais
	F	Alternativas Pragmáticas
	G	Respostas Múltiplas
	H	Respostas Incoerentes

Categorias	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	1	1	0	0	2	1	4	2
B	0	0	0	0	0	0	0	1
C	0	0	0	0	1	1	1	5
D	0	0	0	0	0	0	1	1
E	0	0	0	0	1	2	0	1
F	0	0	0	0	0	1	0	0
G	0	0	0	0	0	0	0	0
H	0	0	0	0	2	0	0	1
Total								30/ 309



QUESTÃO 11:

Os pais da Joana não a deixam ir a uma visita de estudo porque preferem que ela fique em casa com eles. Concordas com os pais da Joana?

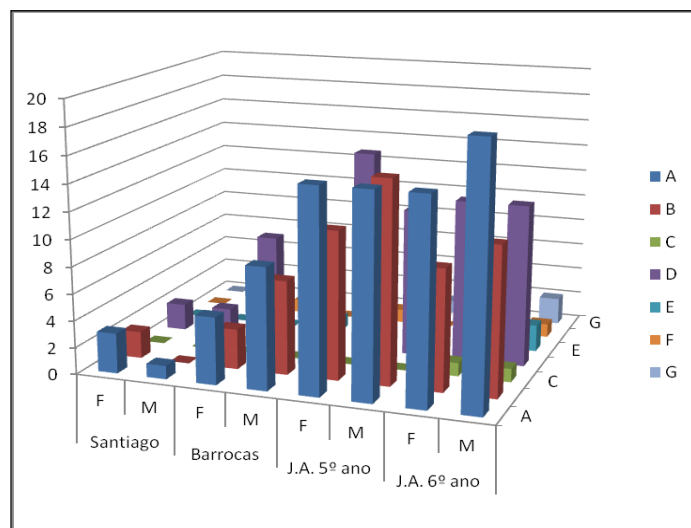
Análise das Respostas - Resumo

Tipo de Resposta	Nº de Respostas	Total de Respostas
Sim com Justificação	23	318
Não com Justificação	230	
Sim sem Justificação	6	
Não sem Justificação	50	
Respostas em branco	9	

Análise das Respostas NÃO (Total = 230/ 318)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da Criança/ Empatia
	B	Referência a Direito/Norma – Mínimos Éticos
	C	Alternativas Pragmáticas
	D	Necessidade de Aprendizagem/ Valorização Pessoal
	E	Respostas Múltiplas
	F	Respostas Incoerentes
	G	Conviver com os Amigos

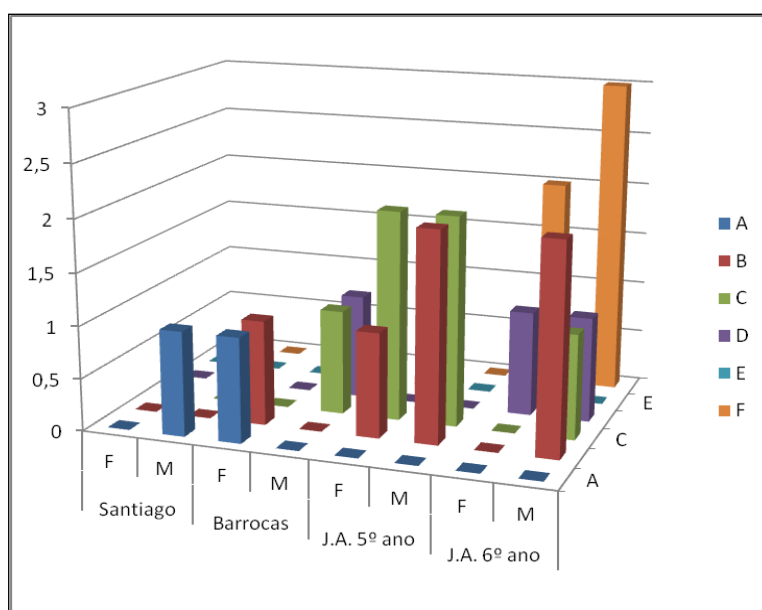
Categorias	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	3	1	5	9	15	15	15	19
B	2	0	3	7	11	15	9	11
C	0	0	0	0	0	0	1	1
D	2	2	8	3	15	11	12	12
E	0	0	0	1	2	5	4	2
F	0	0	1	0	1	0	1	1
G	0	0	0	0	0	1	2	2
							Total	230/ 318



Análise das Respostas SIM (Total = 23/ 318)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da Criança
	B	Preservação do Bem-Estar da Criança
	C	Necessidade de estar em Família
	D	Autoridade dos Pais
	E	Alternativas Pragmáticas
	F	Respostas Múltiplas
	G	Respostas Incoerentes

Categorias	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	0	1	1	0	0	0	0	0
B	0	0	1	0	1	2	0	2
C	0	0	0	1	2	2	0	1
D	0	0	0	1	0	0	1	1
E	0	0	0	0	0	0	0	0
F	0	0	0	0	1	0	2	3
Total								23/ 318



QUESTÃO 12:

O Marco é um colega teu que faltou à escola porque teve que ir trabalhar com os seus pais. Achas que é justo ele ter que trabalhar?

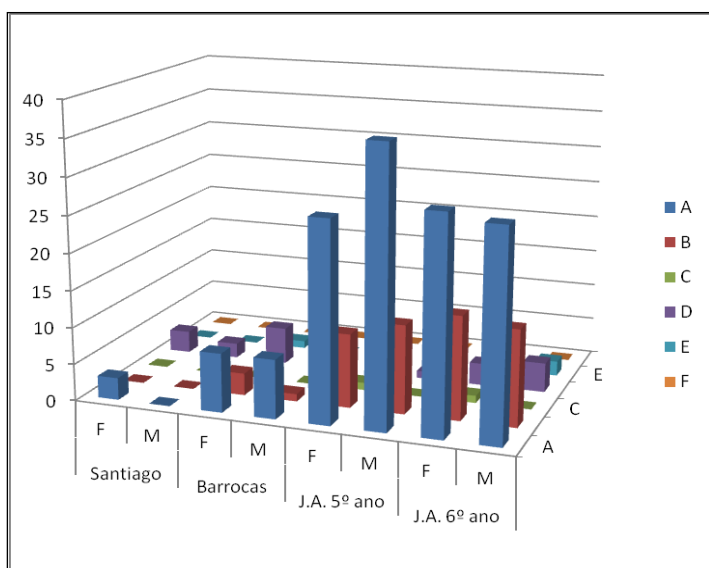
Análise das Respostas - Resumo

Tipo de Resposta	Nº de Respostas	Total de Respostas
Sim com Justificação	15	318
Não com Justificação	227	
Sim sem Justificação	20	
Não sem Justificação	50	
Respostas em branco	6	

Análise das Respostas NÃO (Total = 227/ 318)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da Criança/ Empatia
	B	Referência a Direito/Norma – Mínimos Éticos
	C	Alternativas Pragmáticas
	D	Necessidade de Aprendizagem/ Valorização Pessoal
	E	Respostas Múltiplas
	F	Respostas Incoerentes

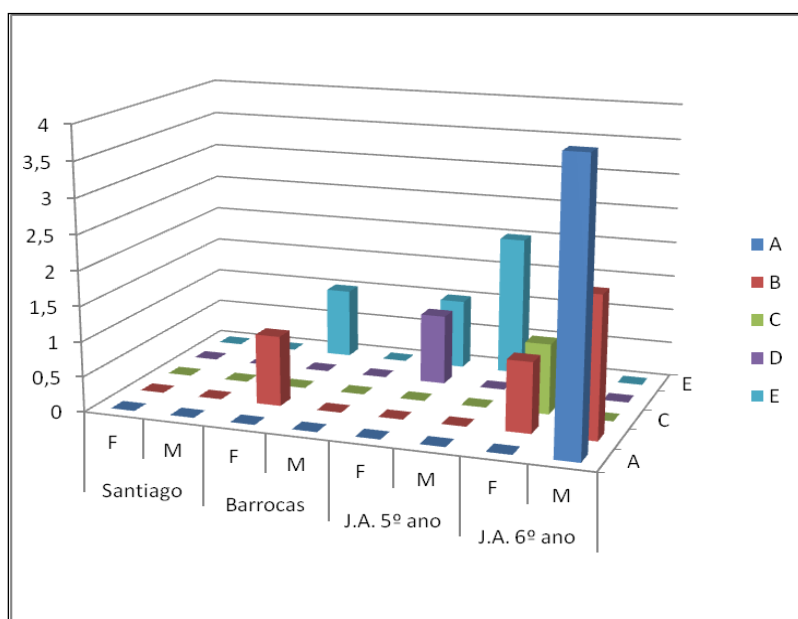
Categorias	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	3	0	8	8	27	37	29	28
B	0	0	3	1	10	12	14	13
C	0	0	0	0	1	0	1	0
D	3	2	5	4	2	1	3	4
E	0	0	1	0	2	1	2	2
F	0	0	0	0	0	0	0	0
Total								227/ 318



Análise das Respostas SIM (Total = 15/ 318)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da Criança
	B	Necessidade de ajudar os Pais
	C	Alternativas Pragmáticas
	D	Respostas Múltiplas
	E	Respostas Incoerentes

Categorias	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	0	0	0	0	0	0	0	4
B	0	0	1	0	0	0	1	2
C	0	0	0	0	0	0	1	0
D	0	0	0	0	1	0	0	0
E	0	0	1	0	1	2	1	0
Total								15/ 318



QUESTÃO 13:

O Manuel é um colega da tua turma que tem um comportamento incorrecto dentro da sala de aula e perturba as actividades da turma. A tua professora pensou em duas soluções para este problema. Assinala a opção com a qual concordas:

a) O Manuel é expulso da escola ☐

b) Os colegas ajudam o Manuel a melhorar o comportamento ☐

Porque escolheste esta opção?

Análise das Respostas - Resumo

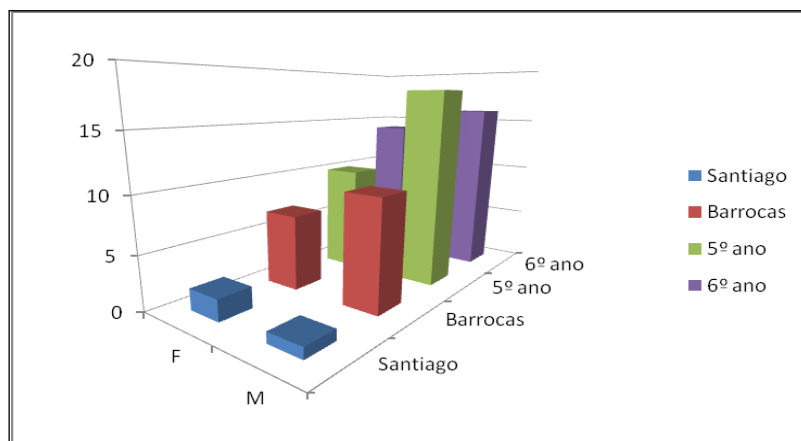
Tipo de Resposta	Nº de Respostas	Total de Respostas
A com Justificação	24	318
B com Justificação	232	
A sem Justificação	3	
B sem Justificação	54	
Respostas em branco	5	

Análise das Respostas B (Total = 232/ 318)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da Criança/ Empatia
	B	Referência a Direito/Norma – Mínimos Éticos
	C	Ajuda do Grupo/ Turma
	D	Alternativas Pragmáticas
	E	Necessidade de desenvolvimento de competências e aprendizagem
	F	Respostas múltiplas
	G	Respostas Incoerentes

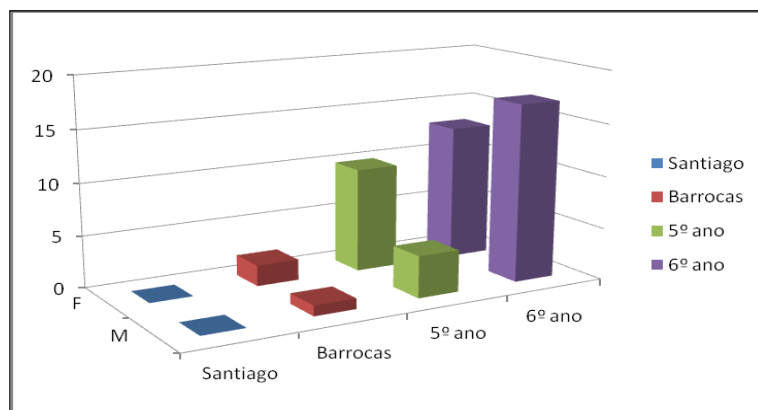
Categoria A:

	Santiago	Barrocas	5º ano	6º ano		
F	2	7	10	14	33	Total F
M	1	10	18	16	45	Total M
Total	3	17	28	30		
	20		28	30		
	Total 4º ano		Total 5º ano	Total 6º ano		



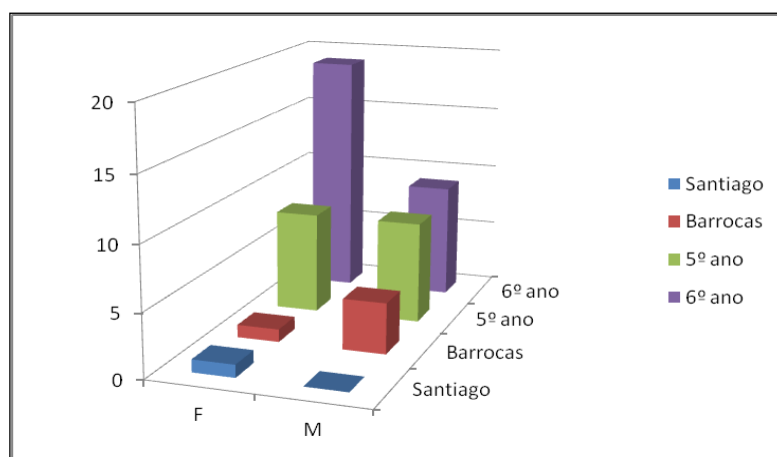
Categoria B:

	Santiago	Barrocas	5º ano	6º ano		
F	0	2	10	13	25	Total F
M	0	1	4	17	22	Total M
Total	0	3	14	30		
	3		14	30		
	Total 4º ano		Total 5º ano	Total 6º ano		



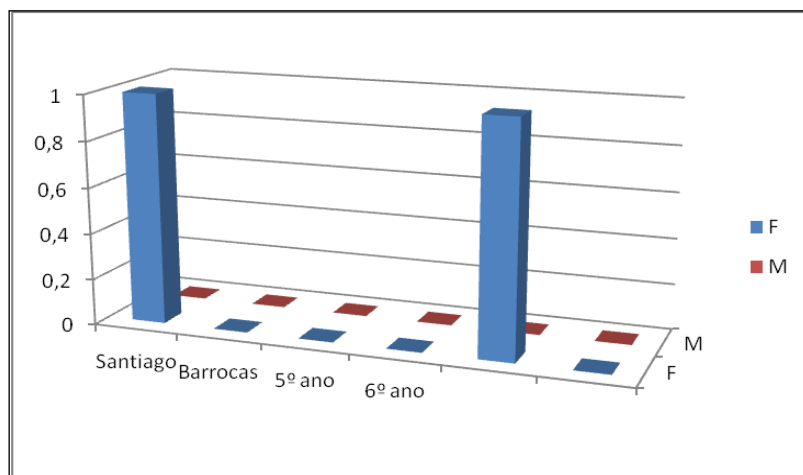
Categoria C:

	Santiago	Barrocas	5º ano	6º ano		
F	1	1	8	19	29	Total F
M	0	4	8	9	21	Total M
Total	1	5	16	28		
	6		16	28		
	Total 4º ano		Total 5º ano	Total 6º ano		



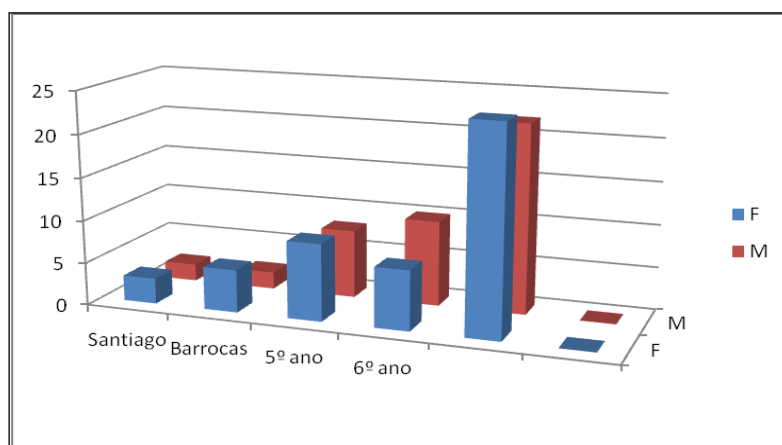
Categoria D:

	Santiago	Barrocas	5º ano	6º ano		
F	1	0	0	0	1	Total F
M	0	0	0	0	0	Total M
Total	1	0	0	0		
	1		0	0		
	Total 4º ano		Total 5º ano	Total 6º ano		



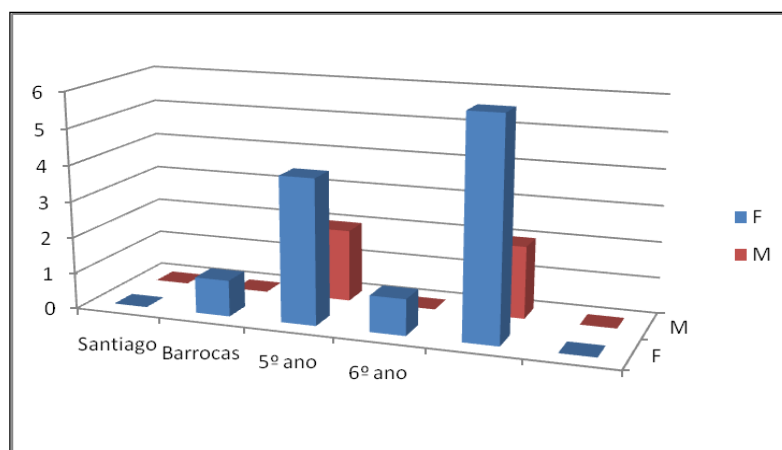
Categoria E:

	Santiago	Barrocas	5º ano	6º ano		
F	3	5	9	7	24	Total F
M	2	2	8	10	22	Total M
Total	5	7	17	17		
	12		17	17		
	Total 4º ano		Total 5º ano	Total 6º ano		



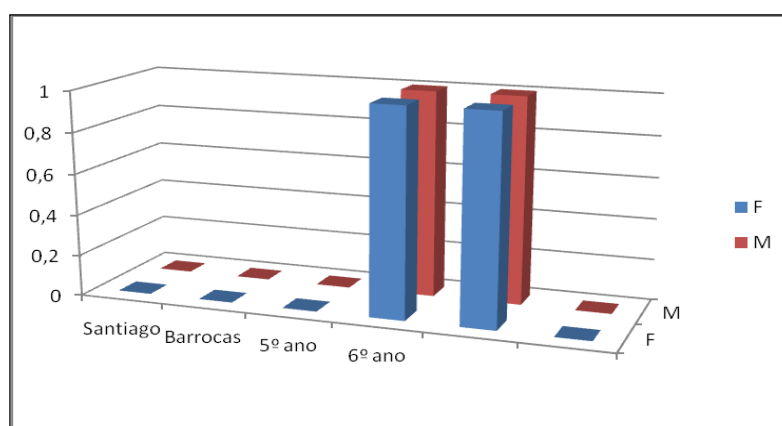
Categoria F:

	Santiago	Barrocas	5º ano	6º ano		
F	0	1	4	1	6	Total F
M	0	0	2	0	2	Total M
Total	0	1	6	1		
	1		6	1		
	Total 4º ano		Total 5º ano	Total 6º ano		



Categoria G:

	Santiago	Barrocas	5º ano	6º ano		
F	0	0	0	1	1	Total F
M	0	0	0	1	1	Total M
Total	0	0	0	2		
	0		0	2		
	Total 4º ano		Total 5º ano	Total 6º ano		

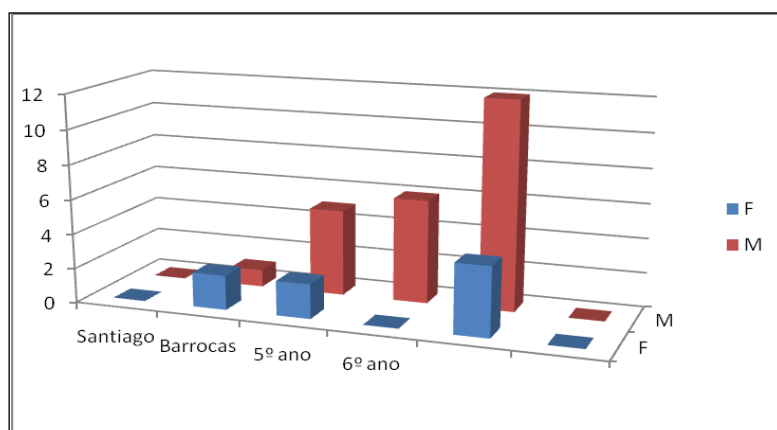


Análise das Respostas A (Total = 24/ 318)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da Criança
	B	Referência a Direito/Norma – Mínimos Éticos
	C	Responsabilização
	D	Alternativas Pragmáticas
	E	Respostas múltiplas
	F	Respostas Incoerentes

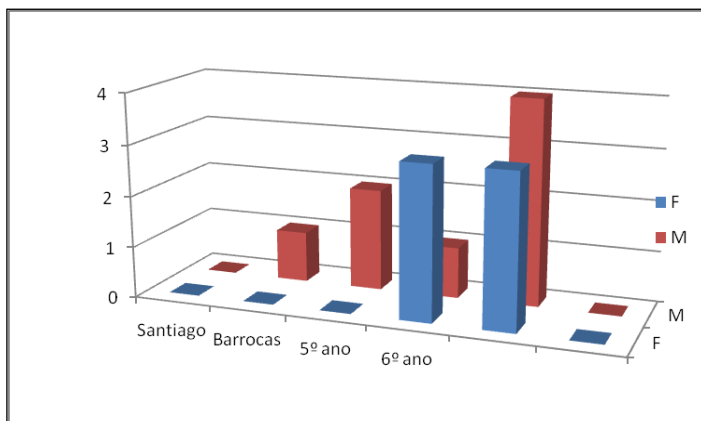
Categoria A:

	Santiago	Barrocas	5º ano	6º ano		
F	0	2	2	0	4	Total F
M	0	1	5	6	12	Total M
Total	0	3	7	6		
	3		7	6		
	Total 4º ano		Total 5º ano	Total 6º ano		



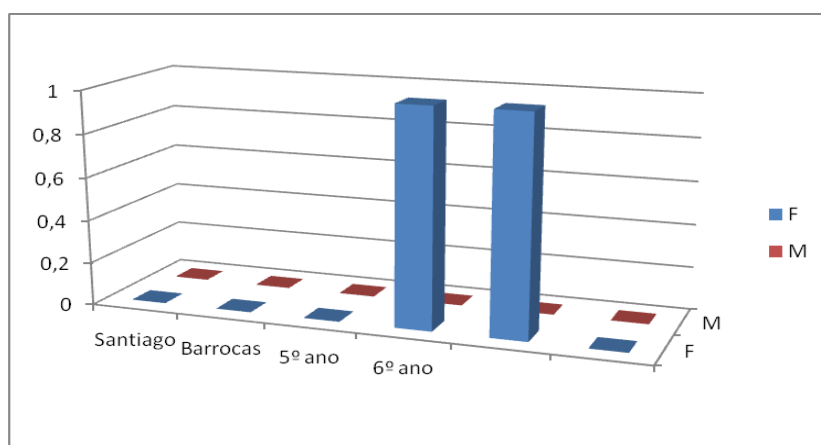
Categoria C:

	Santiago	Barrocas	5º ano	6º ano		
F	0	0	0	3	3	Total F
M	0	1	2	1	4	Total M
Total	0	1	2	4		
	1		2	4		
	Total 4º ano		Total 5º ano	Total 6º ano		



Categoria E:

	Santiago	Barrocas	5º ano	6º ano		
F	0	0	0	1	1	Total F
M	0	0	0	0	0	Total M
Total	0	0	0	1		
	0		0	1		
	Total 4º ano		Total 5º ano	Total 6º ano		



QUESTÃO 14:

A Isabel é cega e vai para uma escola especial mas ela gostava de estar na tua escola com os seus amigos. Achas que ela tem direito de frequentar a mesma escola que tu?

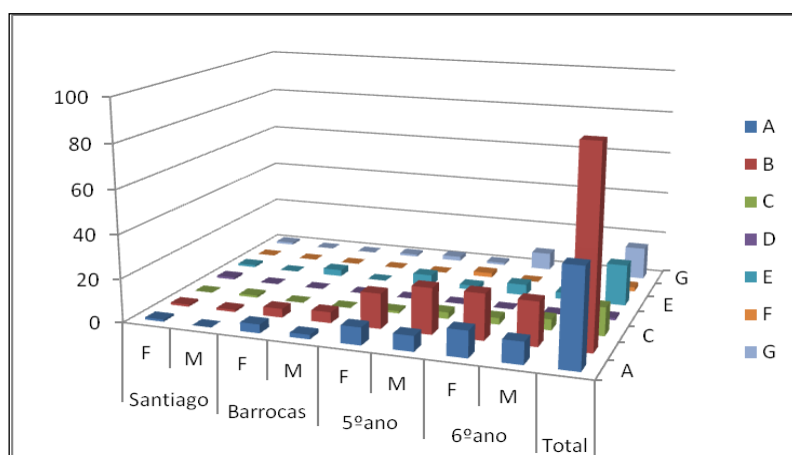
Análise das Respostas - Resumo

Tipo de Resposta	Nº de Respostas	Total de Respostas
Sim com Justificação	183	318
Não com Justificação	38	
Sim sem Justificação	70	
Não sem Justificação	15	
Respostas em branco	12	

Análise das Respostas SIM (Total = 183/ 318)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da Criança/ Empatia
	B	Referência a Direito/Norma – Mínimos Éticos
	C	Ajuda do Grupo/ Turma
	D	Alternativas Pragmáticas
	E	Necessidade de apoio especial
	F	Necessidade de aprendizagem
	G	Respostas Múltiplas
	H	Respostas Incoerentes

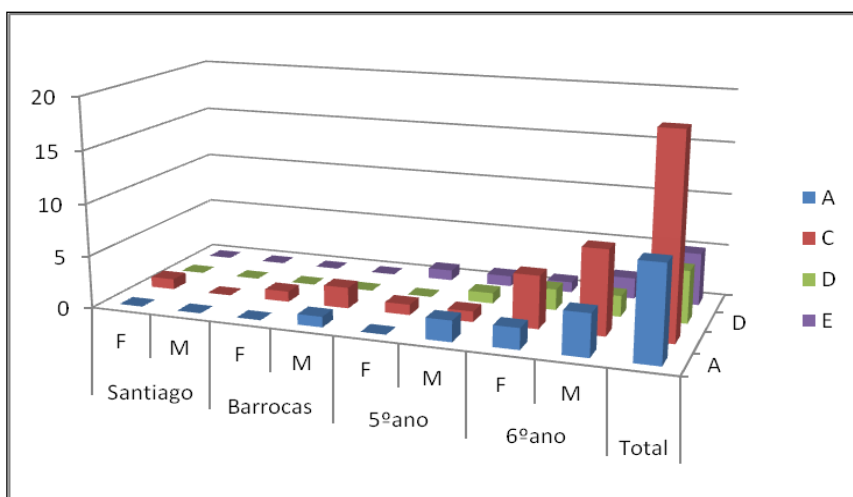
Categorias	Santiago		Barrocas		5ºano		6ºano		Total
	F	M	F	M	F	M	F	M	
A	1	0	4	2	8	7	12	10	44
B	1	1	4	5	16	21	21	20	89
C	0	1	0	0	1	3	3	5	13
D	1	0	0	0	0	0	0	0	1
E	1	0	3	0	5	2	5	3	19
F	0	0	0	0	0	2	0	0	2
G	1	0	0	1	2	1	8	2	15
Total									183/ 318



Análise das Respostas NÃO (Total = 38/ 318)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da Criança/ Empatia
	B	Referência a Direito/Norma – Mínimos Éticos
	C	Necessidade de ensino especial
	D	Limitações Físicas
	E	Necessidade de aprendizagem
	F	Respostas Múltiplas
	G	Respostas Incoerentes

Categorias	Santiago		Barrocas		5ºano		6ºano		Total
	F	M	F	M	F	M	F	M	
A	0	0	0	1	0	2	2	4	9
C	1	0	1	2	1	1	5	8	19
D	0	0	0	0	0	1	2	2	5
E	0	0	0	0	1	1	1	2	5
Total									38/ 318



QUESTÃO 15:

Os teus pais estão a planear as férias de Verão. Achas que deveriam perguntar-te o que gostavas de fazer nessas férias?

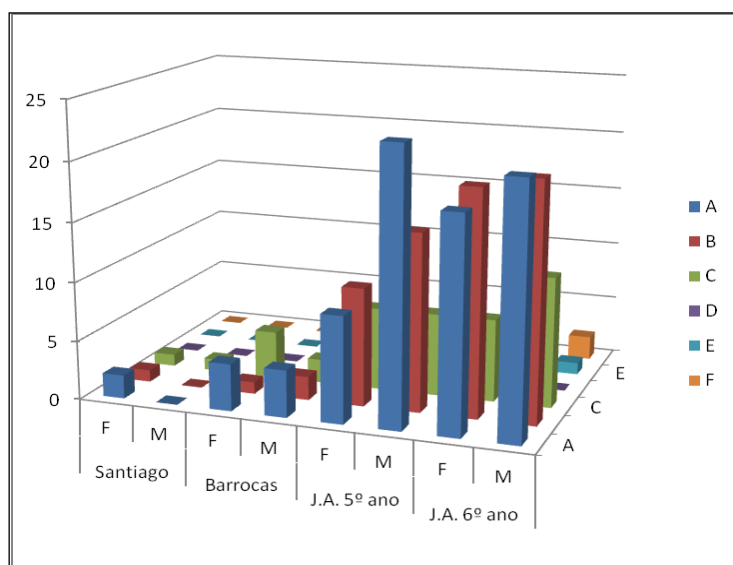
Análise das Respostas - Resumo

Tipo de Resposta	Nº de Respostas	Total de Respostas
Sim com Justificação	199	318
Não com Justificação	18	
Sim sem Justificação	91	
Não sem Justificação	7	
Respostas em branco	3	

Análise das Respostas SIM (Total = 199/ 318)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da Criança/ Empatia
	B	Referência a Direito/Norma – Mínimos Éticos
	C	Preocupação com o Bem-Estar individual e familiar
	D	Alternativas Pragmáticas
	E	Respostas Múltiplas
	F	Respostas Incoerentes

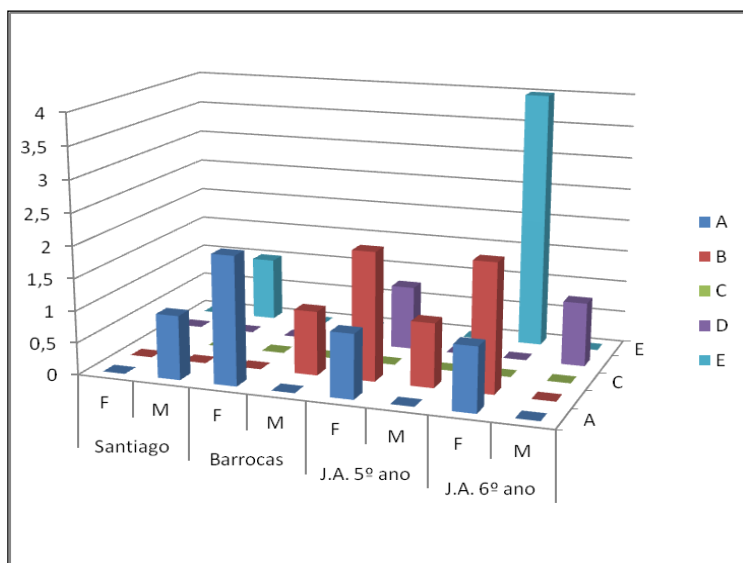
Categorias	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	2	0	4	4	9	23	18	21
B	1	0	1	2	10	15	19	20
C	1	1	4	2	7	7	7	11
D	0	0	0	0	0	0	1	0
E	0	0	0	0	0	0	1	1
F	0	0	0	0	1	2	2	2
Total								199/ 318



Análise das Respostas NÃO (Total = 18/ 318)

CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Perspectiva da Criança/ Empatia
	B	Referência a Direito/Norma – Mínimos Éticos
	C	Preocupação com o Bem-Estar individual e familiar
	D	Alternativas Pragmáticas
	E	Respostas Múltiplas
	F	Respostas Incoerentes

Categorias	Santiago		Barrocas		J.A. 5º ano		J.A. 6º ano	
	F	M	F	M	F	M	F	M
A	0	1	2	0	1	0	1	0
B	0	0	0	1	2	1	2	0
C	0	0	0	0	0	0	0	0
D	0	0	0	0	1	0	0	1
E	0	1	0	0	0	0	4	0
Total								18/ 318

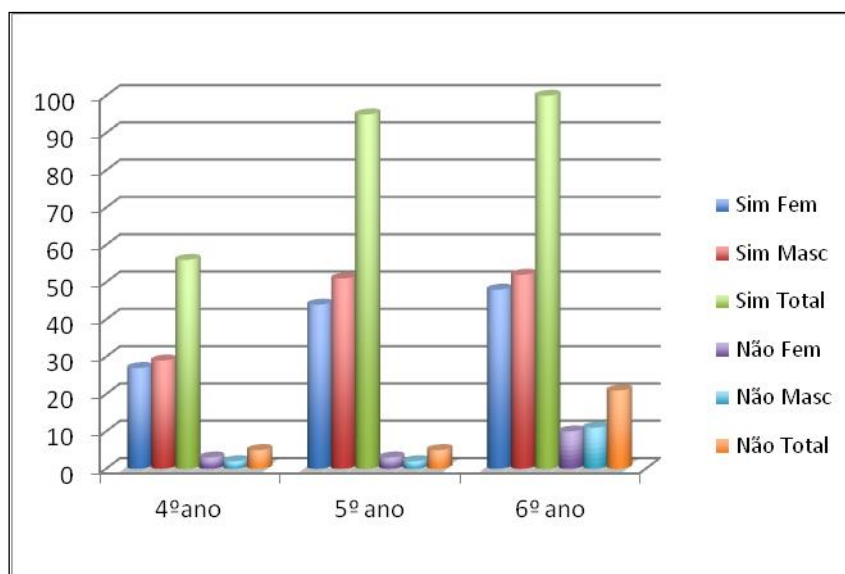


QUESTÃO 16:

Sabes o que é um direito?

Análise das Respostas - Resumo

Tipo de Resposta	Nº de Respostas	Total de Respostas
Sim com Justificação	76	318
Não com Justificação	0	
Sim sem Justificação	175	
Não sem Justificação	31	
Mais ou Menos	8	
Respostas em branco	29	

**Análise das Respostas SIM COM JUSTIFICAÇÃO (Total = 76/ 318)**

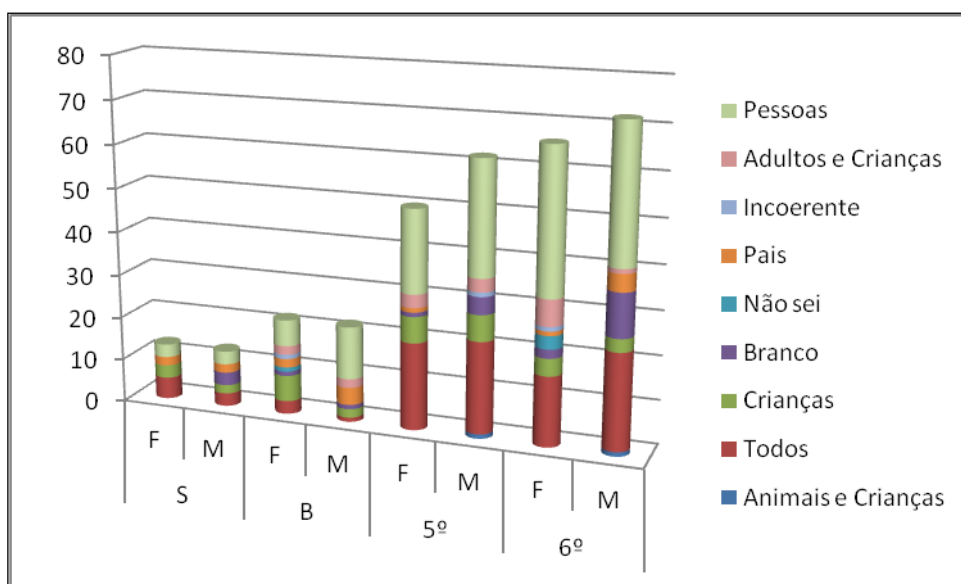
			Total de Respostas por Categoria
CATEGORIAS DE RESPOSTA	A	Referência a Direitos	13
	B	Direito = Dever/Obrigação	7
	C	Igualdade entre Pares	3
	D	Direito = Preferência/ Gostos Pessoais	4
	E	Direito = Permissão para fazer	27
	F	Conscien�alizac�o de que devem ter Direitos	7
	G	Direito = Recompensa	5
	H	Direito = Mandar	2

QUESTÃO 17:

Quem tem direitos?

Análise das Respostas - Resumo

Tipo de Resposta	Nº de Respostas	Total de Respostas
Adultos e Crianças	17	320
Pessoas	133	
Animais e Crianças	2	
Todos	91	
Crianças	32	
Pais	16	
Não Sei	4	
Respostas em branco	22	
Incoerentes	3	



QUESTÃO 18:

As crianças têm direitos?

Análise das Respostas - Resumo

Tipo de Resposta	Nº de Respostas	Total de Respostas
As Vezes, alguns	8	320
SIM	290	
EM BRANCO	16	
NÃO SEI	2	
NÃO	4	

	S		B		5º		6º		Total
	F	M	F	M	F	M	F	M	
As Vezes, alguns	0	0	1	0	1	1	3	2	8
SIM	13	11	18	21	48	57	60	62	290
EM BRANCO	0	1	1	1	1	3	2	7	16
NÃO SEI	0	0	2	0	0	0	0	0	2
NÃO	0	1	0	0	0	1	1	1	4
Total									320

QUESTÃO 19:

Se respondeste sim diz quais são.

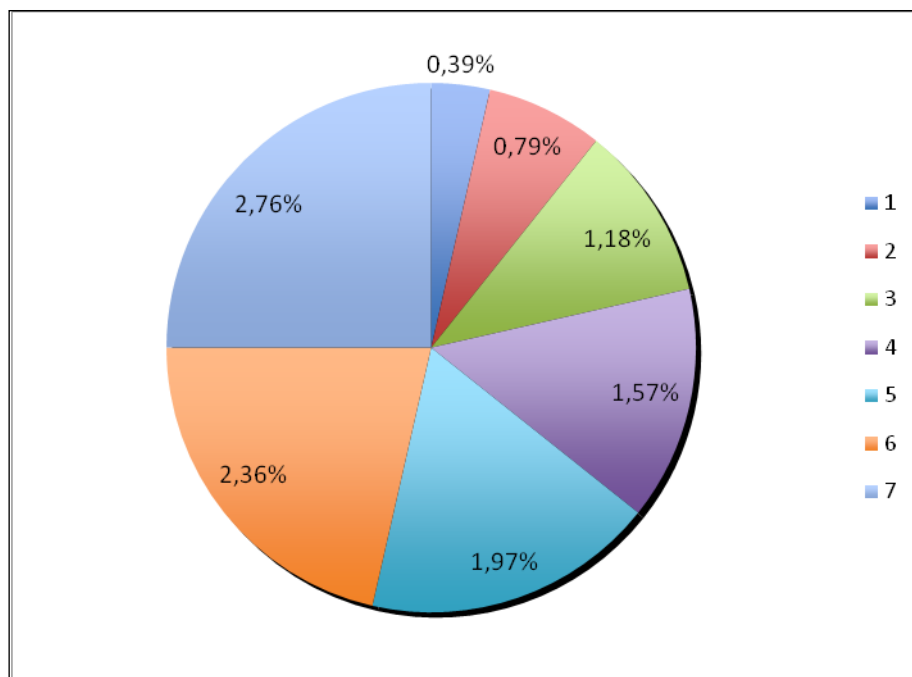
Análise das Respostas - Resumo

Tipo de Resposta	Nº de Respostas	Total de Respostas
Necessidades e Direitos	78	320
Referências às questões/ Dilemas apresentados	146	
Não Sei	11	
Muitos	9	
Em Branco	76	

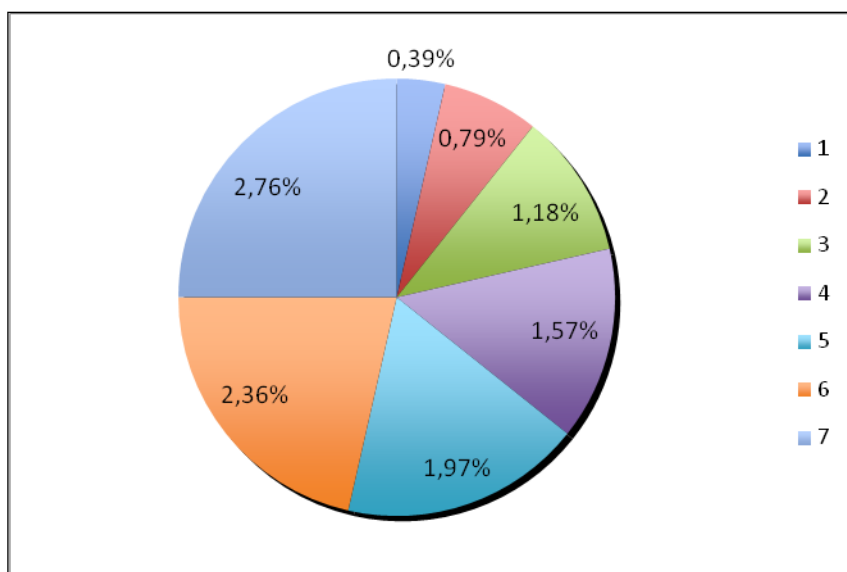
Questão 20:

Na tabela a seguir encontrarás alguns direitos, ordena-os de 1 a 6 de acordo com os que tu aches mais importantes para ti
(1- mais importante até 6- menos importante)

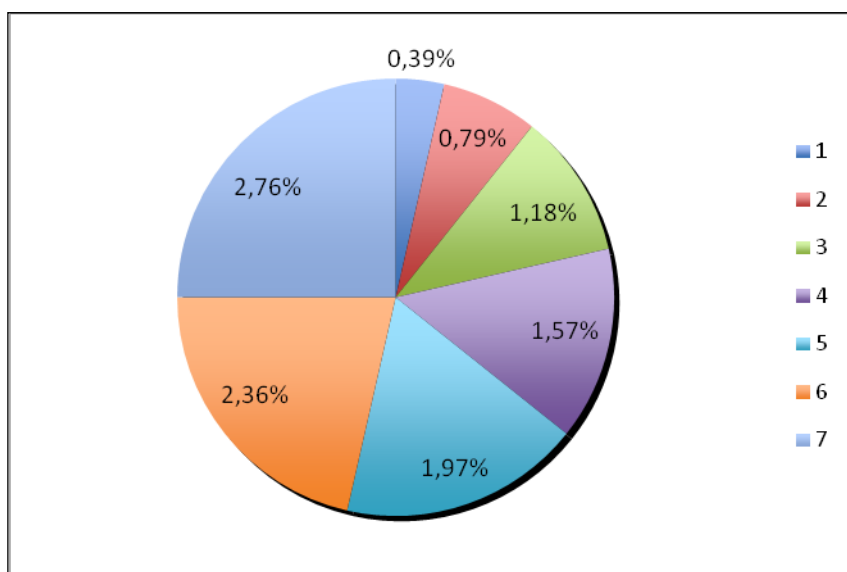
Direitos	Descrição	Ordem de importância para ti
Liberdade de expressão	Direito de dar a conhecer as tuas ideias, obter e dar informações	
Opinião da criança	Direito de dar opinião e que esta seja tomada em consideração	
Liberdade de pensamento, consciência e religião	Direito à liberdade de pensamento, consciência e religião	
Liberdade de associação	Direito de reunir e fazer parte de associações, clubes ou grupos	
Acesso a informação apropriada	Direito ao acesso a uma informação de interesse para ti. O Estado deve tomar medidas para te proteger contra informações que te possam prejudicar.	
Protecção da vida privada	Direito à tua privacidade, em família, na escola, correspondência e informações que aches que sejam só tuas.	

Análise das Respostas - Resumo**Liberdade de expressão:**

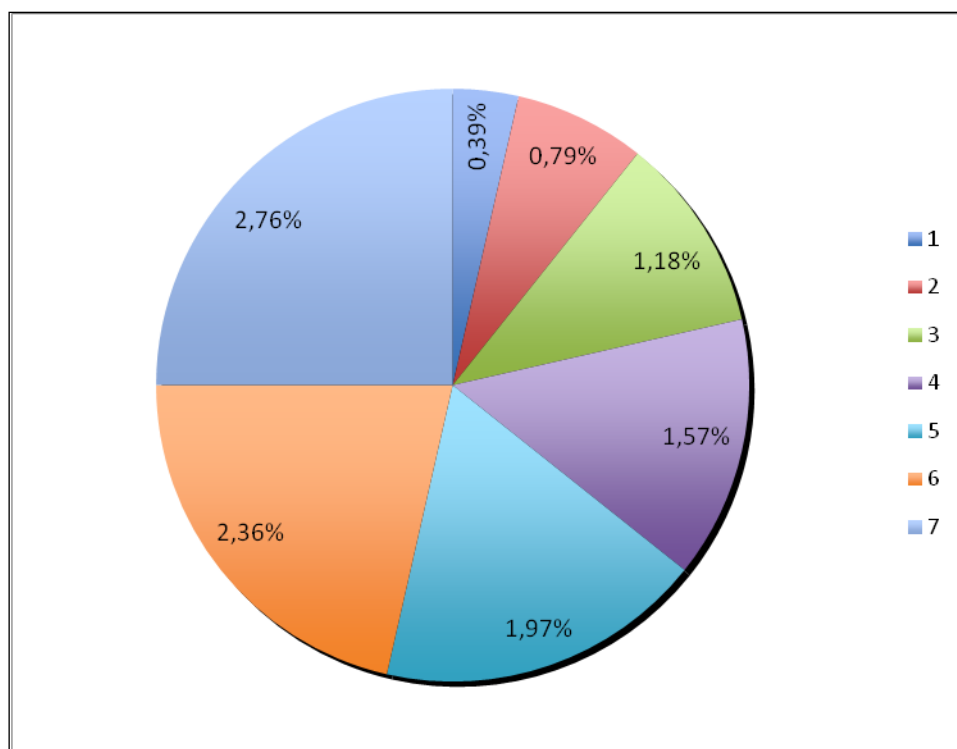
Opinião da Criança:



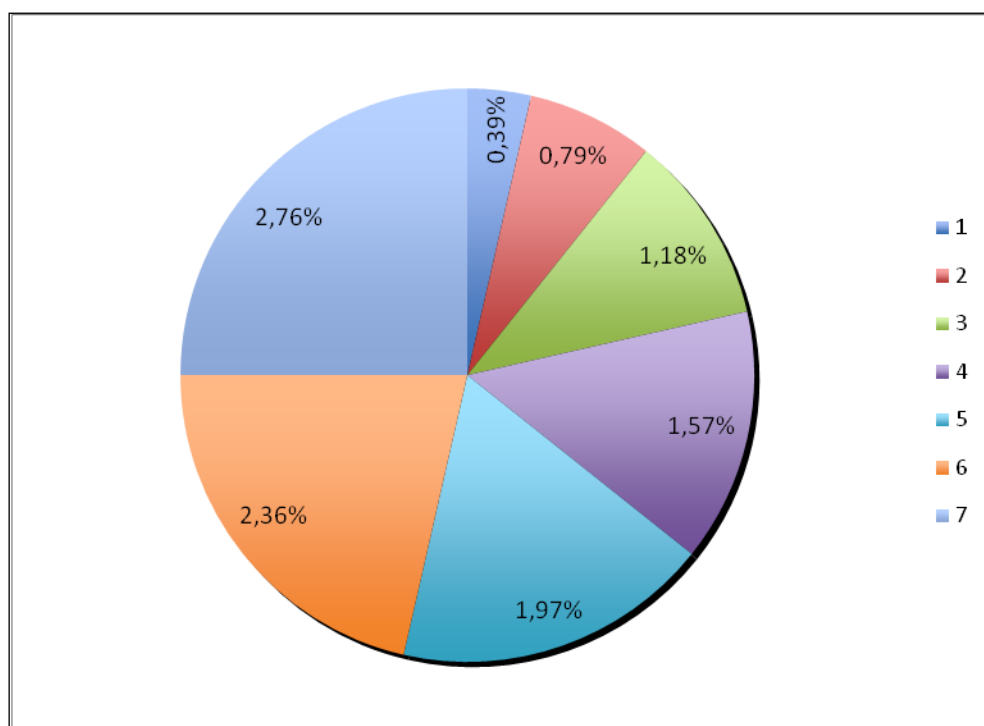
Liberdade de Pensamento, Consciência e Religião:



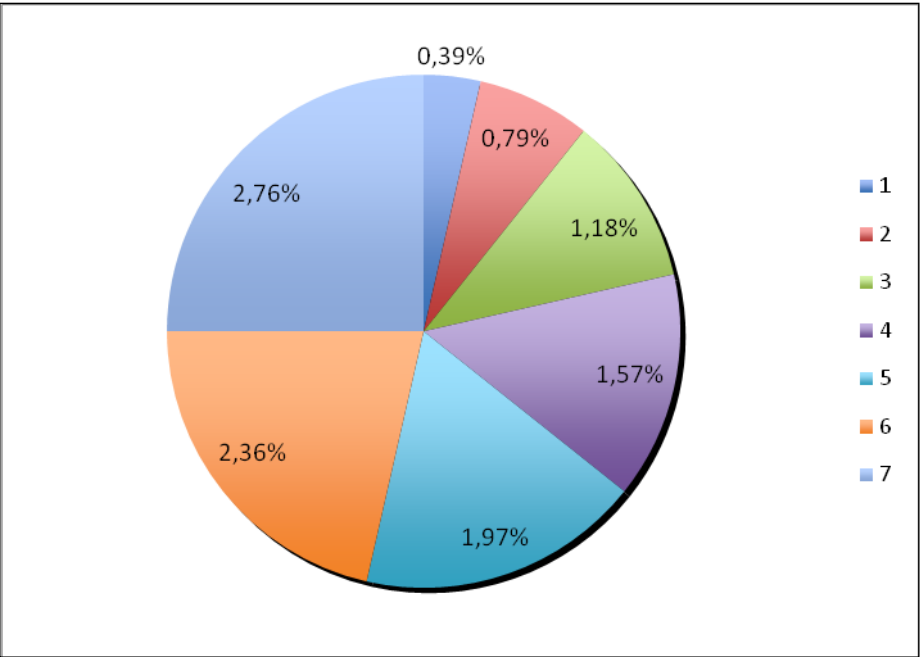
Liberdade de Associação:



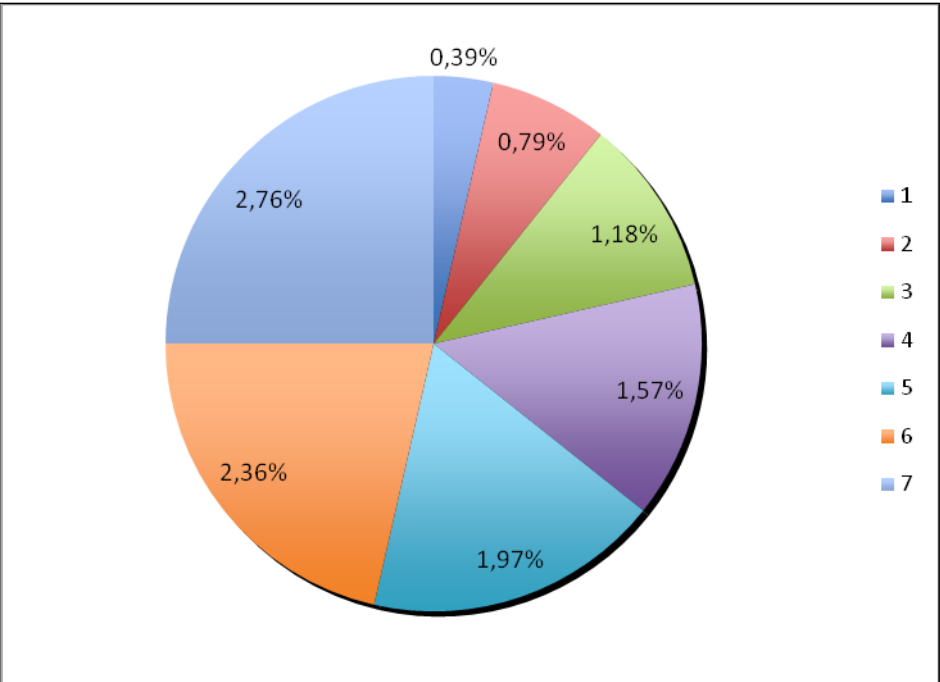
Acesso a Informação apropriada:



Protecção da Vida Privada:



Direito à Não Discriminação:



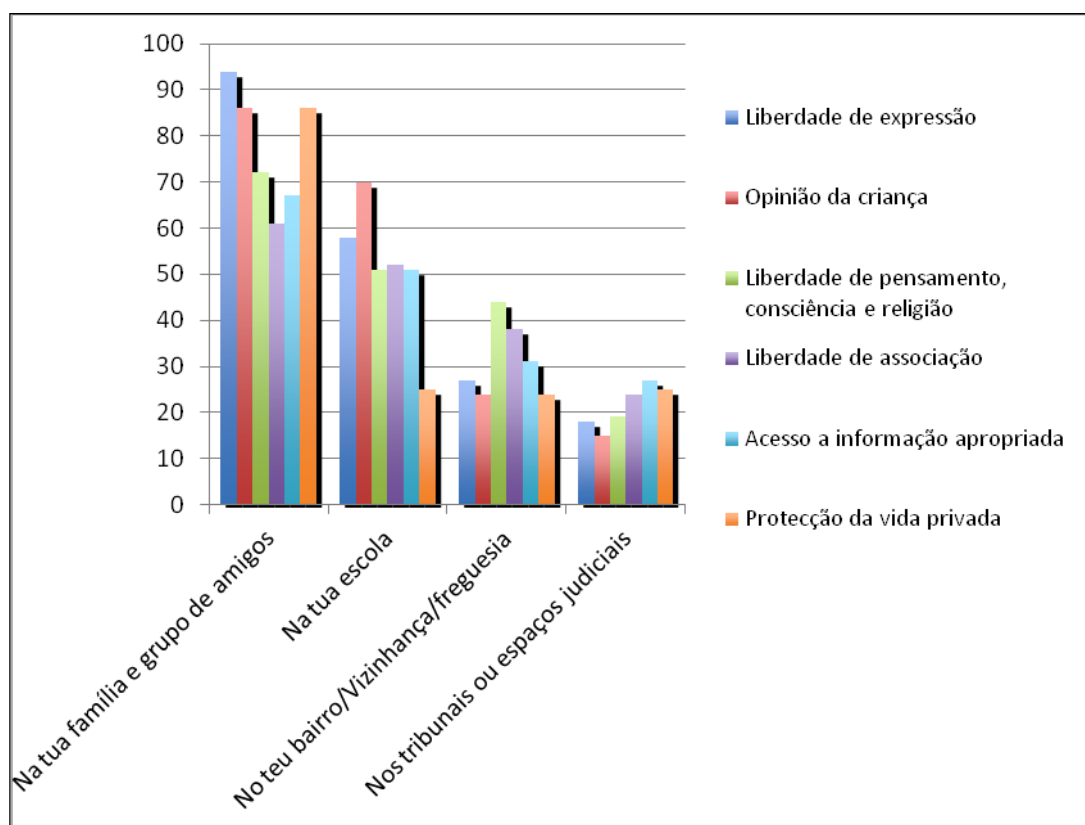
Questão 21:

Assinala com um X onde sentes que os teus direitos, apresentados na tabela, são mais respeitados:

Direitos	Na tua família e grupo de amigos	Na tua escola	No teu bairro/vizinhança/freguesia	Nos tribunais ou outros espaços judiciais
Liberdade de expressão				
Opinião da criança				
Liberdade de pensamento, consciência e religião				
Liberdade de associação				
Acesso a informação apropriada				
Protecção da vida privada				

Análise das Respostas – Resumo

Direitos	Número de respostas			
	Na tua família e grupo de amigos	Na tua escola	No teu bairro/vizinhança/freguesia	Nos tribunais ou espaços judiciais
Liberdade de expressão	94	58	27	18
Opinião da criança	86	70	24	15
Liberdade de pensamento, consciência e religião	72	51	44	19
Liberdade de associação	61	52	38	24
Acesso a informação apropriada	67	51	31	27
Protecção da vida privada	86	25	24	25



ANEXO III – Certificados de Participação no Seminário “Abrir Portas onde conversávamos entre Janelas...Pensar os Direitos da Criança no diálogo entre Crianças e Adultos” – Casa Alberto Souto



Certificado

Certifica-se que **C. F.** apresentou um Poster no Seminário *Abrir Portas onde conversávamos entre Janelas... Pensar os Direitos da Criança no diálogo entre Crianças e Adultos*, no âmbito do 22º Aniversário da Convenção dos Direitos da Criança, realizado na Universidade de Aveiro nos dias 25 e 26 de Novembro de 2011.

Pela Comissão Organizadora



Certificado

Certifica-se que **B. R.** apresentou um Poster no Seminário *Abrir Portas onde conversávamos entre Janelas... Pensar os Direitos da Criança no diálogo entre Crianças e Adultos*, no âmbito do 22º Aniversário da Convenção dos Direitos da Criança, realizado na Universidade de Aveiro nos dias 25 e 26 de Novembro de 2011.

Pela Comissão Organizadora



Certificado

Certifica-se que **D. S.** apresentou um Poster no Seminário *Abrir Portas onde conversávamos entre Janelas... Pensar os Direitos da Criança no diálogo entre Crianças e Adultos*, no âmbito do 22º Aniversário da Convenção dos Direitos da Criança, realizado na Universidade de Aveiro nos dias 25 e 26 de Novembro de 2011.

Pela Comissão Organizadora



Certificado

Certifica-se que **B. C.** apresentou um Poster no Seminário *Abrir Portas onde conversávamos entre Janelas... Pensar os Direitos da Criança no diálogo entre Crianças e Adultos*, no âmbito do 22º Aniversário da Convenção dos Direitos da Criança, realizado na Universidade de Aveiro nos dias 25 e 26 de Novembro de 2011.

Pela Comissão Organizadora



Certificado

Certifica-se que **J. P.** apresentou um Poster no Seminário *Abrir Portas onde conversávamos entre Janelas... Pensar os Direitos da Criança no diálogo entre Crianças e Adultos*, no âmbito do 22º Aniversário da Convenção dos Direitos da Criança, realizado na Universidade de Aveiro nos dias 25 e 26 de Novembro de 2011.

Pela Comissão Organizadora



Certificado

Certifica-se Maria Alice Júlio participou no Seminário *Abrir Portas onde conversávamos entre Janelas... Pensar os Direitos da Criança no diálogo entre Crianças e Adultos*, no âmbito do 22º Aniversário da Convenção dos Direitos da Criança, realizado na Universidade de Aveiro nos dias 25 e 26 de Novembro de 2011.

Pela Comissão Organizadora

ANEXO IV – Consentimento Informado para participação nos Grupos de Discussão Focalizada (*GDF*)

CARTA PARA OBTENÇÃO DO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estimado(a) Responsável Legal

No âmbito de estudos de Mestrado em Ciências da Educação na área de Especialização em Educação Social e Intervenção Comunitária, da Universidade de Aveiro, encontramos-nos a desenvolver um projecto de investigação sobre os Direitos da Criança, que tem como objectivo principal promover a participação das Crianças e Jovens em situação de “acolhimento institucional”.

Neste sentido, convidamos o jovem _____ a participar neste projecto de investigação.

Salienta-se que a qualquer momento da investigação as crianças e jovens são livres de tomar a decisão de desistir de participar sem qualquer prejuízo.

É garantida a confidencialidade e a protecção do anonimato das crianças e jovens participantes durante toda a investigação assim como nos resultados que serão veiculados através do projecto de mestrado.

Em qualquer fase da investigação é dada a garantia de acesso para esclarecimento de eventuais dúvidas.

Obrigada!

Atenciosamente

(Samanta Silva Marques)

Contacto:

Investigadora: Samanta Marques

Contacto telefónico: 917411096

E-mail: samanta.marques@ua.pt

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Confirmo que fui informado(a) dos procedimentos da investigação para a qual o jovem que represento legalmente foi convidado a participar. Sempre que surjam dúvidas ou necessidade de esclarecimento foi garantido o acesso à informação em qualquer fase da investigação.

Foi dada a garantia da confidencialidade e anonimato em relação ao jovem e certificaram-me que as informações recolhidas serão utilizadas apenas no projecto de mestrado.

Informaram-me que a qualquer momento o jovem pode retirar-se da investigação se assim o desejar.

Pelo presente documento, eu aceito que o jovem que represento legalmente _____ participe nesta investigação.

Assinatura do(a) Representante Legal

Data: __/__/____

CONSENTIMENTO

(Vídeo, Fotografia, Gravação áudio)

Consinto que o jovem _____ seja gravado ou fotografado durante a sua participação nesta investigação. Percebo que sou livre de aceitar que o jovem que represento legalmente participe ou não nesta parte da investigação.

Assinatura do(a) Representante Legal

Data: __/__/____

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, de _____ anos de idade, confirmo que fui informado dos procedimentos da investigação para a qual fui convidado a participar. Foi garantido o acesso à informação em qualquer fase da investigação.

Foi dada a garantia da confidencialidade e anonimato e certificaram-me que as informações recolhidas serão utilizadas apenas no projecto de mestrado.

Informaram-me que a qualquer momento posso retirar-me da investigação se assim o desejar.

Eu aceito participar nesta investigação.

A Criança Investigadora _____

Data: __/__/____

CARTA PARA OBTENÇÃO DO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

No âmbito de estudos de Mestrado em Ciências da Educação na área de Especialização em Educação Social e Intervenção Comunitária, da Universidade de Aveiro, encontramos-nos a desenvolver um projecto de investigação sobre os Direitos da Criança, que tem como objectivo principal promover a Participação das Crianças e Jovens em situação de “acolhimento institucional”.

Neste sentido, convidamo-lo a participar neste projecto de investigação.

Salienta-se que a qualquer momento da investigação pode tomar a decisão de desistir de participar sem qualquer prejuízo.

É garantida a confidencialidade e a protecção do anonimato durante toda a investigação assim como nos resultados que serão veiculados através do projecto de mestrado.

Em qualquer fase da investigação é dada a garantia de acesso para esclarecimento de eventuais dúvidas.

Obrigada!

Atenciosamente

(Samanta Silva Marques)

Contacto:

Investigadora: Samanta Marques

Contacto telefónico: 917411096

E-mail: samanta.marques@ua.pt

**ANEXO V – Nota de Campo sobre a aplicação dos questionários sobre
Direitos aos jovens da Casa Alberto Souto**

Nota de Campo nº1

- Atividade: Aplicação dos Questionários sobre Direitos -

No dia 25 de Abril de 2012, quarta-feira, feriado nacional, pelas 11h45m, cheguei à Casa Alberto Souto e, ao portão, o segurança anunciou a minha chegada. Um dos Educadores veio buscar-me ao portão e perguntou-me quem eram os jovens com quem iria estar, uma vez que o D.S. (ator social participante deste Projeto) tinha referido que seriam só três jovens a participar. Expliquei então ao Educador que necessitava da presença de todos, pois gostaria que todos participassem e preenchessem o questionário. Assim sendo, o Educador juntou todos os 14 jovens. Oito estavam a iniciar um jogo de futebol. Dois estavam a ver um filme na TV. Três estavam à minha espera cá fora e Um deambulava pelo corredor dos quartos.

Juntaram-se todos na sala de convívio que fica no 1º andar da Casa. Essa sala é composta por 2 zonas com 2 mesas retangulares grandes, 1 mesa com computador, 1 sofá com mesa de apoio e revistas e armários com utensílios de desenho e pintura e muitos jogos.

Os 14 jovens rapidamente assumiram as suas posições nas mesas, sendo que 2 deles adotaram uma postura de resistência à atividade.

O mesmo que deambulava sozinho no corredor dos quartos, sentou-se na mesa do computador com *headphones*, embora tivesse lugar nas mesas grandes junto aos grupos e, respondeu ao questionário, mas sempre mostrando alguma resistência. Fui passando por lá e fui tendo o cuidado de lhe perguntar se necessitava de ajuda. Ele, foi aceitando a ajuda e começou a ser mais colaborante. No final, quando a maioria dos jovens estava a terminar, ele solicitou-me ajuda e, como estava a ajudar um outro jovem na mesa de grupo, sugeri-lhe que se juntasse a nós. Veio prontamente. Concluiu o questionário e manteve-se na sala.

O outro jovem mais resistente à atividade, entrou na sala e, de uma forma agressiva, disse: “Não vou fazer isto”, sentou-se no sofá e começou a ver uma revista. Ninguém lhe deu importância e, eu pousei o questionário

na mesa em frente ao sofá e disse-lhe: “De qualquer forma deixo-te aqui o questionário para se o quiseres ver”. Entretanto, quando a maioria dos jovens estava já a meio, ele levantou-se e disse: “Quero uma caneta para preencher isto”. Não havia canetas disponíveis, então, um dos jovens disse: “Estou mesmo a terminar, já te dou a minha” e ele esperou ao lado deste mesmo jovem. Quando teve a caneta, sentou-se no sofá e preencheu o questionário. No final, manteve-se na sala e andou a ajudar a arrumar o material.

Na sala estavam dois jovens que não sabem ler nem escrever. Estes 2 jovens são irmãos. Então, os 2 educadores presentes estiveram a preencher os questionários com estes 2 jovens, numa das mesas de grupo. Enquanto eu estive na outra mesa de grupo a dar algumas orientações aos outros jovens.

No final, todos saíram da sala e foi-lhes pedido para se dirigirem para o refeitório para almoçar.

Um dos jovens, novo na Casa (2 meses de institucionalização), veio-me pedir para participar também neste projeto porque tinha gostado muito do tema.

Eu e 1 dos Educadores fomos à sala dos Técnicos e, 5 dos jovens vieram acompanhar-nos. 1 deles esteve a mostrar-me uma dança de *kuduro* que no dia anterior tinha apresentado em Aveiro, juntamente com o B.R. (ator social participante deste projeto) que foi também apresentar a sua música.

Despedi-me então destes jovens que me questionaram logo quando voltaria. Posteriormente, eles foram para o refeitório e eu fui conduzida por um dos educadores até ao portão de saída. Eram 13h15m.